

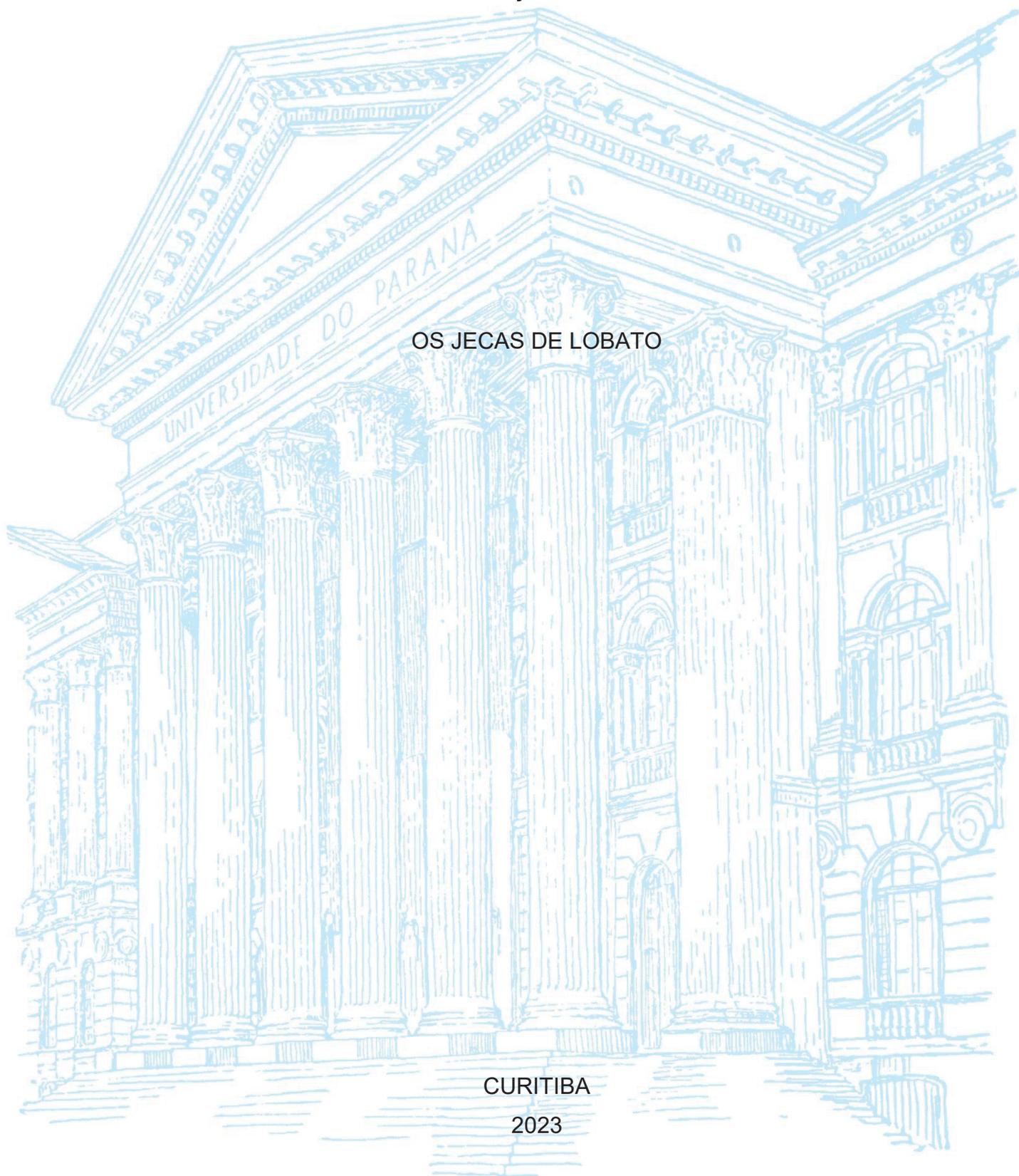
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RODRIGO GONÇALVES SOBRINHO

OS JECAS DE LOBATO

CURITIBA

2023



RODRIGO GONÇALVES SOBRINHO

OS JECAS DE LOBATO

Tese apresentada ao curso de Pós-Graduação em Letras, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do Título de Doutor em Letras.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Gil.

CURITIBA

2023

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SISTEMA DE BIBLIOTECAS – BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS

Gonçalves Sobrinho, Rodrigo
Os Jecas de Lobato. / Rodrigo Gonçalves Sobrinho. – Curitiba,
2023.

1 recurso on-line : PDF.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná, Setor de
Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Letras.
Orientador: Prof. Dr. Fernando Cerisara Gil.

1. Jeca Tatu. 2. Caipira. 3. Monteiro Lobato. I. Gil, Fernando
Cerisara. II. Universidade Federal do Paraná. Programa de Pós-
Graduação em Letras. III. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação LETRAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da tese de Doutorado de **RODRIGO GONÇALVES SOBRINHO** intitulada: **Os Jecas de Lobato**, sob orientação do Prof. Dr. FERNANDO CERISARA GIL, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa.

A outorga do título de doutor está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 31 de Julho de 2023.

Assinatura Eletrônica

01/08/2023 09:55:41.0

FERNANDO CERISARA GIL

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

02/08/2023 11:09:29.0

LUIS GONÇALES BUENO DE CAMARGO

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Assinatura Eletrônica

02/08/2023 14:55:52.0

EVANIR PAVLOSKI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA)

Assinatura Eletrônica

01/08/2023 08:47:43.0

ANTÔNIO MARCOS VIEIRA SANSEVERINO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL)

Assinatura Eletrônica

01/08/2023 09:13:08.0

MARIA ISABEL DA SILVEIRA BORDINI

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA)

A meus pais, pelos encontros e desencontros, que me ensinaram e me ensinam, diariamente.

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Fernando Gil, pela paciência, atenção e seriedade, diretrizes pelas quais conduziu este trabalho.

À Profa. Dra. Milena Martins, pela generosidade com a qual transmite seus conhecimentos sobre a obra de Monteiro Lobato.

Ao Prof. Dr. Evanir Pavloski, pela leitura atenta e crítica deste trabalho. A quem agradeço também pela colaboração e pela presença constante em minha vida acadêmica.

À Profa. Dra. Maria Isabel Bordini e aos Professores Dr. Luis Bueno, Dr. Antonio Marcos Sanseverino e Dr. Waltencir Oliveira, por comporem a banca de avaliação deste trabalho.

Ao Programa de Pós-Graduação, pela acolhida profissional, organização e condução dos processos de ensino, que vão além da recente avaliação, representando, de fato, a excelência almejada.

Ao Instituto Federal do Paraná, instituição que financia este trabalho, com a efetivação da política de afastamento dos servidores docentes e técnicos administrativos, contribuindo para a pesquisa neste país.

Aos Professores que conduziram minha formação até aqui. Foram tantos e tão importantes, que não arriscarei citá-los para não cometer injustiça.

Aos colegas dos cursos que encontrei na estrada até aqui, com os quais dividi momentos de aflição e de alegria nas diferentes etapas do processo de verticalização.

Aos amigos da vida, com os quais consegui compartilhar impressões e sentimentos em relação a este trabalho e à caminhada acadêmica em momentos oportunos.

As minhas irmãs, Fernanda, Rosemeri e Débora pela parceria e preocupação constantes.

Aos meus queridos sobrinhos, Júlia, Eduardo e Antônio, por me lembrarem quem sou e o que significo para eles.

A minha filha, Maria Eduarda Gonçalves, grata surpresa, luz de nossas vidas.

A minha companheira, Manu Dreveck, exemplo de serenidade, resistência e perseverança cotidianas.

É de sonho e de pó
O destino de um só
Feito eu perdido em pensamentos
Sobre o meu cavalo
É de laço e de nó
De gibeira o jiló
Dessa vida cumprida a sol
Sou caipira, pira, porá
Nossa Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura
E funda o trem da minha vida
Sou caipira, pira, porá
Nossa Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura
E funda o trem da minha vida
O meu pai foi peão, minha mãe solidão
Meus irmãos perderam-se na vida
A custa de aventuras
Descasei, joguei, investi, desisti
Se há sorte eu não sei, nunca vi
Sou caipira, pira, porá
Nossa Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura
E funda o trem da minha vida
Sou caipira, pira, porá
Nossa Senhora de Aparecida
Ilumina a mina escura
E funda o trem da minha vida
Me disseram, porém, que eu viesse aqui
Pra pedir de romaria e prece
Paz nos desaventos
Como eu não sei rezar, só queria mostrar
Meu olhar, meu olhar, meu olhar (...)

(Renato Teixeira)

RESUMO

Este estudo busca expor a multiplicidade da figura do Jeca Tatu proposta por Monteiro Lobato, observando as perspectivas adotadas pelo autor frente à matéria narrada ao longo de sua produção e, especificamente, em alguns contos da obra clássica *Urupês* (1918). Para que esta trajetória seja possível, olhamos para os atores deste processo, o caipira e o intelectual, além do contexto de produção das obras, sobretudo dos textos que aqui nos interessam. Resgatamos, primeiramente, o parâmetro civilizatório da Primeira República, em circunstâncias que as cidades ganham certa centralidade social em relação ao campo. Tentamos compreender a imagem do homem caipira a partir de diferentes visões, considerando uma identificação que varia, geralmente, entre as ideias de vadiagem e de trabalho. Num segundo momento, retomamos alguns episódios que resgatam a formação de Monteiro Lobato, bem como o contexto de produção de suas obras, destacando aquelas que versam sobre o Jeca. Em seguida, consideramos a trajetória do personagem, expondo diferentes visões sobre o mesmo, geralmente veiculadas em jornal, em livretos, ou em livro. Desse modo, observamos o nascedouro do personagem em 'Velha praga' (1914) e 'Urupês' (1914). Analisamos como o caipira lobatiano ganha nuances simbólicas nacionalistas no epílogo do livro *O Saci-pererê: resultado de um inquérito* (1918) e em alguns artigos da coletânea *Problema Vital* (1918). Comparamos as peças publicitárias *Jeca Tatuzinho* (1924) e *Zé Brasil* (1947), considerando diferentes momentos em que o personagem serviu interesses distintos do intelectual. Por fim, analisamos a presença dos caipiras em alguns contos de *Urupês* (1918), aparições de outra natureza, tendo em vista a particularidade do gênero textual da vez.

Palavras-chave: Jeca Tatu; Monteiro Lobato; Caipiras

ABSTRACT

This thesis aims to demonstrate the multiplicity of the figure of Jeca Tatu proposed by Monteiro Lobato, observing the perspectives adopted by the author in relation to what was narrated throughout his production and, specifically, in some short stories of his classic work *Urupês* (1914). In order to make it possible, we have looked at the actors in this process, the country bumpkin and the intellectual, as well as the context in which the works are produced, especially in the texts that interest us here. First, we have used the parameter of civilization in the First Brazilian Republic, in circumstances in which cities gained a certain social importance in relation to the countryside. We have tried to understand the image of the Brazilian country bumpkin from different perspectives, considering an identification that generally varies between the idea of laziness and work. Second, we have returned to some episodes that rescue Monteiro Lobato's formation, along with the context of production of his works, highlighting those that are about Jeca. Then, we consider the trajectory of the character, exposing different views about him, usually published in a newspaper, in booklets, or in a book. Thus, we observe the birth of the character in *Velha praga* (1914) and *Urupês* (1914). We have analyzed how the Lobato's Country Bumpkin gains symbolic nationalist shades in the epilogue of the book *O Saci-pererê: Result of an inquiry* (1918) and in some articles from the compilation *Problema Vital* (1918). We have also compared the advertisements *Jeca Tatuzinho* (1924) and *Zé Brasil* (1947), considering different moments in which the character served different interests of the intellectuals. Finally, not only have we analyzed the presence of the Brazilian country bumpkin in some short stories from *Urupês* (1918), but also its several appearances, considering the particularity of the textual genre at the time.

Key-words: Jeca Tatu; Monteiro Lobato; Brazilian country bumpkin; Brazilian caipira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO: UMA HISTÓRIA E UMA PROPOSTA.....	12
2	VISÕES SOBRE O HOMEM POBRE DO CAMPO	29
3	MONTEIRO LOBATO E SUA PRODUÇÃO.....	62
4	OS JECAS DE LOBATO.....	97
4.1	PRIMEIRAS IMPRESSÕES	97
4.2	CONTORNOS NACIONALISTAS.....	110
4.3	A SERVIÇO DAS CAUSAS LOBATIANAS.....	121
5	OS CAIPIRAS NA FICÇÃO DE LOBATO.....	133
5.1	UMA LEITURA DE 'BOCATORTA'	133
5.2	UMA LEITURA DE 'A VINGANÇA DA PEROBA'	147
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	158
	REFERÊNCIAS	162

1 INTRODUÇÃO: UMA HISTÓRIA E UMA PROPOSTA

Escrever um trabalho de conclusão de curso é a consequência de um entrecruzamento de circunstâncias e interesses, que se estabelecem conforme cumprimos as etapas dessa verticalização. Uma pesquisa em nível de doutorado é, nesse sentido, o fim de um processo de formação e, ao mesmo tempo, um aceno para a necessidade de recomeçar, de reestabelecer interesses acadêmicos, profissionais, políticos, repensar um projeto de vida, de existência, que se constituiu até aqui por meio de interlocutores diversos.

No meu caso professores, mestres, doutores, mas também pessoas iletradas, com pouca, ou nenhuma formação escolarizada, foram os sujeitos que me ensinaram saberes preciosos. A partir desta troca, desenvolvi a capacidade de entender a cultura do outro, a experimentar a vivência do outro, por meio da leitura muitas vezes, mas também por ouvir as pessoas ao meu redor. Sou um sujeito muito observador e gosto de boas histórias.

Hoje me reconheço um filho legítimo do homem caipira, mesmo demorando para me perceber como parte dessa cultura. Reconheço meus pais como indivíduos que possuem um modo próprio e legítimo de viver e de ver a vida, por meio de características e costumes singulares. Desse modo, esta tese simboliza, no âmbito pessoal, o encontro com a minha história, com a compreensão da cultura dos meus pais, tios e avós, caipiras, tal qual os Jecas de Lobato. Em outras circunstâncias históricas, políticas, sociais e geográficas, muito da cultura do piraquara do Vale do Paraíba chegou até mim por meio da vivência social com meus familiares, antes mesmo de qualquer pretensão acadêmica a este respeito.

Meu pai e minha mãe, sujeitos do campo, trazem consigo o acanhamento do Jeca, sua ausência de escolarização, o apreço por modinhas populares, o gosto pelas festas, a religiosidade, o impacto dos “graúdos lá de cima” (LOBATO, 2009, p. 176) sobre a vida prática, o hábito diário de tomar café e, esporadicamente, um flerte com a cachaça. Pessoas simples, dadas a “bailões” e festanças regionais, meio no qual se conheceram e combinaram a fuga do lugar onde “bagunçavam o coreto”, Farol, uma cidadezinha do Paraná, próxima a Campo Mourão.

Meus pais estão separados há 25 anos. Hoje, amigos, ficam com suas cismas e teorias sobre a vida, sobre sua honra, sobre seu espaço social cada vez mais

limitado pela velocidade do mundo contemporâneo, pela lógica das redes sociais, pelo modo como os filhos levam suas vidas, com demandas que eles já não podem acompanhar e com um modo de se relacionar que não compreendem e não reconhecem em meio a seus ensinamentos, elementos constituintes de sua cultura.

Um pouco da história de ambos.

Minha mãe relata que acreditou em um gracejo de meu pai, ainda na adolescência, acompanhando-o rumo à Curitiba.

Meu pai, responsável por sua mãe e irmãs desde os 17 anos, pois meu avô havia morrido devido a uma briga num bar, não conseguiu cumprir conosco o mesmo papel que tinha assumido perante a sua família. Foi, em suma, constantemente ausente, pois precisava trabalhar. Muito ligado a valores do espaço rural, à música caipira, sempre quis ter um filho homem: um sanfoneiro, quiçá um violeiro. Lembrome que, mesmo sem talento, arranhei a sanfona e calejei meus dedos no violão, lá pelos 10 anos de idade, já que fui o último a nascer e, único homem, como ele desejava.

Ambos foram criados no âmbito rural paranaense até virem para a capital no fim dos anos de 1970, em busca de uma vida melhor. Meu avô materno acreditou por muito tempo que minha mãe havia fugido grávida, não era o caso. De qualquer forma, a penalizou com o isolamento familiar em nome de sua honra manchada, o que só foi interrompido muitos anos mais tarde, quase em seu leito de morte.

Chegando na cidade, sobraram para ambos postos de trabalhos subalternos. Minha mãe rememora que vieram para a região do Novo Mundo. De imediato meu pai trabalhou como ajudante de motorista e ela, dada ao trabalho na roça, procurou sem demora um modo de sustento. O movimento mais óbvio era trabalhar como empregada doméstica.

Minha mãe é uma heroína de fato. Criou quatro filhos sozinha, sem saber ler e escrever, obtendo relativo sucesso ao que corresponde a afirmação social sobre “sermos alguém na vida”. Ela é ainda mais forte em seus relatos e anedotas sobre sua experiência pessoal, uma das histórias mais vivas em minha memória diz respeito a sua chegada a Curitiba.

Uma menina, vinda do interior, picão, como ela mesmo dizia, chega à capital, batendo de porta em porta, procurando trabalho. Lá pelas tantas, pergunta para o porteiro de um prédio se tinha emprego, pois precisava se sustentar. O rapaz, repleto

de malícia, responde que emprego não tinha, mas que ele possuía um quartinho e, se ela quisesse “ficar com ele por ali”, dinheiro não seria problema. Minha mãe responde: “No campo a gente não sabe ler, a gente é picão, é xucra, mas tem caráter, e entende o que é uma cantada sem vergonha! ”. Ela relata que usou todos os nomes possíveis para achincalhar o jovem oportunista.

Nesse momento, segundo sua própria narrativa, aparece um anjo, D. Junara, sua primeira patroa. A senhora intervém na briga, oferecendo-lhe uma diária. Deixa minha mãe trancada no apartamento, sem recursos, almoço ou produtos de limpeza. Minha mãe operou um pequeno milagre no carpete embolorado com uma mistura de água, detergente e vinagre, o que embasbacou a potencial contratante e a fidelizou no trabalho. O bônus da conquista é um misto quente com achocolatado no fim do dia e uma carona para casa, com recomendações a meu pai para cuidar da menina que ele havia retirado de casa.

D. Junara foi a primeira mulher a acolher minha mãe em sua casa. Depois veio uma italiana que a tratava por “cachorroneira”. Minha mãe até hoje mareja os olhos ao lembrar desse misto de carinho e grosseria. Via na mulher a mãe que perdeu aos seis anos de idade para a esquizofrenia. Depois ela ganhou patrões que volta e meia chama de pais: a quem atribui momentos divididos ao som de “De volta pro aconchego”, gravado por Elba Ramalho. “Estou de volta pro meu...” e perde a voz pelos patrões que se foram...

Os primeiros livros que li, os primeiros espaços destinados a estudos que entrei foram dessa gente. Lembro-me do quanto a biblioteca de um patrão médico, que também era professor, fascinava-me. Percorria os olhos pelos livros, pelo globo terrestre, pelo jogo de xadrez, que me traziam certo ar de espaço ficcional, que só agora consigo reconhecer.

Minha família cresceu, portanto, na condição de dependente, não mais de grandes proprietários como muitos caipiras em tempos passados, mas sob a piedade e a constante intervenção de pessoas da classe média alta curitibana. Os grã-finos precisavam do trabalho de minha mãe para manter suas casas em ordem e ela, de um meio para sustentar seus filhos. Condição material oriunda do trabalho de diarista, sua profissão por muitos anos, até que eu e minhas três irmãs nos tornássemos adultos e a chefe de nossa casa não pudesse mais trabalhar, o que ocorreu em 2015.

Minha família viveu, portanto, à margem de uma sociedade organizada. Eu e minhas irmãs crescemos em creches e escolas em período integral, num primeiro momento. Minha mãe me pendurava no colo, minha irmã imediatamente mais velha sobre os ombros, e as meninas, já mocinhas, com quatro/cinco anos, presas à roupa, para andar um trecho de 4,5 km diários.

Depois nos mudamos para Fazenda Rio Grande - PR, município localizado na região metropolitana de Curitiba, onde moramos à beira de um esgoto a céu aberto, numa lógica própria de cuidado e de desenvolvimento. Sozinhos em casa, nosso crescimento se deu baseado nos programas televisivos no início dos anos 1990 e no alimento pendurado à fiado no armazém de Seu Valdir, uma dieta baseada em pão, leite, salsicha ou ovo para mistura. Numa vida de criança, sem responsabilidades, ficávamos sob os cuidados de minha irmã mais velha, que tinha em torno de nove anos à época.

Com algum esforço de meus pais, mais tarde, deslocamo-nos para o Bairro Novo, na região do Sítio Cercado, periferia de Curitiba, onde vivemos de 1992 a 2014. A região foi promovida como a favela mais organizada do Brasil, quando inaugurada pelo então governador Jaime Lerner. Os moradores da região, em sua maioria oriundos do interior paranaense, organizavam suas novas vidas, desenvolvendo de modo muito tímido suas necessidades mais básicas: comércio e religião. Desse modo, foi fundada na região uma série de igrejas católicas, pautadas ainda na teologia da libertação, contexto no qual questões sociais eram bastante importantes para o debate e para a luta diária das Comunidades Eclesiais de Base - CEB's, que mais tarde formariam a Paróquia Profeta Elias, liderada pelos leigos da região e pelos freis carmelitas.

O Sítio Cercado é para nós um lar de alegria e dor. Aqui crescemos e nos desenvolvemos. Nossa casa nesta época ficava muito cheia de crianças e adolescentes. Talvez pela ausência de uma figura masculina e certamente pela ausência frequente de algum adulto, crescemos num contexto de liberdade (e risco) hoje inimaginável. Minha mãe trabalhava em um, dois ou três turnos. Meu pai estava viajando ou já não morava mais conosco. O centro das brincadeiras, alegrias, harmonias e confusões ocorriam lá em casa: golzinho, bola de gude, carrinho de rolimã, betes, esconde-esconde, alerta, casamento atrás da porta. A rua, ainda de terra, acolhia a todos. Nascidos na cidade, não desconfiávamos que, ao rirmos de

alguém ao chamá-lo de Jeca Tatu, tal ridicularização serviria para nós mesmos, filhos de pessoas pobres, oriundas do campo. De pés descalços éramos felizes e presos a uma ignorância divina. Minha mãe adorava nos contar histórias de assombração, repleta de personagens da cultura popular brasileira e também lobatianos: mula-sem-cabeça, saci-pererê, lobisomem... este último sabíamos exatamente quem era: o pinguço ruivo que carregava dentro de si a besta-fera. Nessa época, ansiosos, esperávamos minha mãe descer do ônibus que tinha seu ponto final cada vez mais próximo à nossa casa.

Os espaços sociais que frequentamos foram as escolas públicas e as igrejas católicas da região. As igrejas possuíam grupos de adolescentes e de jovens, espaços onde descobrimos uma série de possibilidades e de protagonismos. Atuação fundamentada naquele momento e naquele contexto numa prática religiosa que era também sensível à organização social, o que despertou em mim, mesmo que de modo confuso, certo apreço pela coletividade. Os grupos de adolescentes e de jovens garantiram para nós um espaço de educação não formal, onde os filhos daquela gente poderiam se desenvolver. Um lugar para discutir questões como esporte, lazer, pertencimento, comunidade, reflexões filosóficas, afetividade, liderança e juventude. Mesmo que sob os parâmetros religiosos, tais discussões supriram muitas vezes a ausência de políticas públicas na região.

Embora protegidos pela educação formal e não formal, testemunhamos um contexto de vulnerabilidade social de perto. Perdemos amigos vítimas de violência, estudamos em uma escola que a diretora ia armada com um facão, alegando proteção aos estudantes: todos os pais se orgulhavam da honra e da coragem de Maria do Facão. Sofremos batidas policiais, tivemos que sair de uma escola, pois era impossível passar a pé pelo banhado. Perseveramos apoiados principalmente pela minha mãe e também por uma rede de amigos extensa e diversa. Tal realidade nos fez perceber, desde muito cedo, que éramos responsáveis por nós mesmos.

No Sítio Cercado vimos chegar a energia elétrica, a água encanada, o asfalto, o comércio, o desenvolvimento de uma rede econômica e de atendimento de serviços públicos básicos, como educação e saúde.

Por meio de nossa formação escolar, mas também por nossa atuação na igreja católica, acessamos uma série de elementos culturais dos povos caipiras. As festas de São João, também conhecidas como festas juninas, repletas de casamentos

fictícios entre a Maria das Dores da vez e um Zé qualquer. A luta pelas construções do espaço religioso foi uma pauta constante de um povo humilde, que tentava forjar no bairro o sentido para sua nova vida. A valorização da religiosidade, que era movida por gestos concretos, compunha uma série de encontros entre famílias, que nos convidavam a perceber a vida de modo coletivo. Prática que, percebo agora, pretendia retomar a organização da vida caipira, relatada por Antonio Candido, em *Os parceiros do Rio Bonito*. A ideia de mutirão chegou a mim por meio da organização de festas religiosas. Minha realidade não alcançou o trabalho nas fazendas, mas as comunidades onde cresci levaram desta prática a organização coletiva dos afazeres diversos.

Foi no meio católico do Sítio Cercado que crescemos e nos desenvolvemos, muito pela insistência de minha mãe, que tentava com que nossa vida não se restringisse à nossa família. Ela inventava passeios para nos distrair da condição de pobreza em que vivíamos. Com sua sabedoria iletrada, ensinou-nos, insistentemente, que na nossa mesa sempre cabe mais um: “quem tem corre em dobro pelo que não tem”. Postura que despertou em mim determinado espírito de luta.

Disposto a compreender a dinâmica da realidade onde estava inserido, procurei, em minha trajetória acadêmica, atender ao pedido de minha mãe, que encontrou na limpeza da casa dos mais ricos um meio de vida e um modo de sustentar os quatro filhos: “Estuda menino!”, “Esta nota é boa ou ruim?”, “Vai em frente!”.

Este trabalho se insere, portanto, no histórico de um menino marginalizado, que acessou o ensino superior em 2005, devido ao esforço de sua mãe. Ela sempre enxergou na educação e nas letras, que não conhecia, a possibilidade de um caminho.

Ingressei no curso de Letras - Português/Inglês e Respectivas Literaturas numa faculdade particular, voltada para trabalhadores na região sul de Curitiba. As informações do PROUNI eram, pelo menos para mim, muito obscuras e burocráticas. Naquela época ou eu trabalhava para pagar a faculdade, ou fazia estágio para ampliar meus conhecimentos na área. Minha escolha foi, recorrentemente, a manutenção de uma vida minimamente digna e a garantia da mensalidade para estudar. O desejo de me tornar um pouco menos ignorante me empurrava, contraditoriamente, para fora da área. Tive muitas dúvidas em seguir na graduação, mas como a área de estudos literários me atraía muito, persisti, acompanhando o exemplo de meus jovens

professores Evanir Pavloski e Jaqueline Koehler, na época mestre e mestranda pela Universidade Federal do Paraná - UFPR.

Em 2008, iniciei uma especialização bem estruturada numa grande universidade particular de Curitiba, sob a coordenação da Professora Marta Morais da Costa, que atuava também na UFPR. Ainda com um esforço grande para custear os estudos, contei durante o curso com ajudas financeiras das patroas de outrora. A biblioteca da instituição me fascinava e eu tomava consciência de como tinha coisas a aprender. Lembro-me de me deliciar na seção B.869, destinada à Literatura Brasileira.

Minha formação como leitor esteve sempre atrelada aos estudos literários em espaços formais, durante a graduação e a especialização. Antes disso, muita mensagem de momento espírita no grupo de adolescentes, alguns clássicos ao acaso e muitos *best sellers*. Durante a faculdade e a especialização conheci alguns clássicos brasileiros, literatura a qual me identifico e me dedico de modo mais contundente.

Particpei também do projeto “Curitiba Lê”. Não cheguei a concluir a formação e me tornar um mediador de leitura devido aos horários de trabalho. Mas durante o processo de formação, conduzido pela Profa. Assionara Souza, acessei textos que marcaram profundamente a composição de meu repertório. Listo parte deste feliz e fundamental encontro a seguir: ‘Felicidade Clandestina’, de Clarice Lispector, ‘O Vitral’, de Osman Lins, *A Metamorfose*, de Kafka, ‘O bilhete de loteria’, de Tchekhov, ‘Continuidade dos Parques’, de Cortázar, ‘A espiral’, de Ítalo Calvino...

Durante a especialização, refleti sobre leitura em diferentes perspectivas: comunicação, rádio, TV, artes plásticas, música, jornalismo, acervo e literatura. Formação que fez com que eu desenvolvesse um repertório cultural genérico básico, além de uma enorme admiração pela nossa Música Popular Brasileira - MPB.

Sem pular etapas, como muitos trabalhadores do Brasil, consegui empregos melhores, sofrendo preconceitos de classe e de cor. Eu não acompanho os padrões físicos e comportamentais da elite curitibana. Sempre fui um estranho no ninho, tal qual nosso amigo Jeca.

Em 2010, passei em um concurso de assistente em administração, no Instituto Federal do Paraná - IFPR, cargo que estou até o momento. Nessa instituição aprendi na prática que não só a minha trajetória era marcada pela sombra da pobreza. No IFPR conheci e reconheci a importância de políticas afirmativas voltadas ao ingresso,

permanência e êxito de estudantes em vulnerabilidade social. Desse modo, pude observar a importância de escolas como a nossa para a sociedade contemporânea. No Instituto, oitenta por cento das vagas são destinadas a estudantes oriundos de escolas públicas, na tentativa de inverter a exclusão histórica, replicada muitas vezes pelos sistemas de ensino.

No âmbito profissional a pobreza de modo geral e de modo particular no espaço do campo são temas que chegam ao nosso cotidiano por meio de demandas diversas. Historicamente no Brasil as escolas profissionais estão voltadas para os filhos de trabalhadores, destinadas aos mais pobres. Essas instituições foram e ainda são compreendidas como instrumento de retroalimentação de trabalhadores a determinados setores¹. Hoje a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, da qual o IFPR faz parte, baseia-se em políticas afirmativas, que levantam discussões sociais profundas, escancarando o caráter múltiplo e bastante desigual de nosso país.

Somente em 2014 acessei a universidade pública, trabalhando onze horas por dia e envolvido na gestão da Pró-Reitoria de Ensino - PROENS, unidade de minha lotação há mais de 13 anos. Nessa época dirigia mais de duzentos quilômetros, duas ou três vezes por semana, para assistir às disciplinas obrigatórias do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - PPGEL, na Universidade Estadual de Ponta Grossa - UEPG, orientado pelo Professor Evanir Pavloski. Já não sentia o custo econômico do deslocamento, ou aquisição de materiais bibliográficos. Minha vida acadêmica apenas fluía. O curso foi para mim um respiro de inteligência, inspiração e conhecimento: intervenção demandada pelo peso da rotina corporativa. Fiz inúmeras disciplinas. Reflexões importantes sobre leitura, sobre exílio, sobre literatura e filosofia, sobre a obra de Graciliano Ramos e também sobre a dinâmica entre História e Literatura compuseram meu repertório nos anos que estive nessa estrada.

A UFPR sempre estive ali, há trinta, há dezessete ou há doze quilômetros dos lugares onde morei. Eu, porém, **tinha medo do elitismo que poderia vir da universidade, pois estudar nesta instituição era inalcançável para alguém de minha origem social**. Após terminar o mestrado, no entanto, prestei duas provas para o doutorado. Passei nas duas, optando finalmente por encarar o desafio da UFPR.

¹ A obra *Educação Profissional e Tecnológica no Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades*, organizada por Jaqueline Moll, expõe essas e outras questões específicas sobre a modalidade de ensino.

O contratempo da vez foi uma filha inesperada, que chegou cheia de alegria e bagunçando a rotina de estudos demandada pelas atividades do curso. Do meu ingresso até aqui, minha companheira interrompeu sua carreira para cuidar de nossa pequena durante um ano, o que exigiu a retomada de suas atividades posteriormente. Diante disso, tentei dividir a execução de tarefas rotineiras de um casal com uma criança, no intuito de equilibrar as demandas por gênero, pelo menos no espaço social que nos compete, nossa casa.

Os meses de isolamento social, sem creches ou escolinhas disponíveis e com episódios de Covid-19 em nossas famílias, adicionaram ingredientes peculiares ao contexto de produção desta tese, desafiando-me a cumprir com êxito as atividades acadêmicas em momentos cruciais do curso.

No período pós-pandêmico, em 2021, logo depois da qualificação, desenvolvi uma depressão profunda, que só consegui tratar a partir de setembro de 2022. Chego aqui, portanto, pela insistência, filho legítimo de dois caipiras, que tenta refletir a respeito de sua própria história a partir da trajetória de outros, seguindo em busca de expressar, no fim das contas, apenas um olhar...

Para além das particularidades de minhas vivências, acredito que o processo de verticalização acadêmica é marcado por um esforço de deixar de lado pressupostos não críticos. O meu ingresso e permanência no Programa de Pós-Graduação em Letras - PPGL, da UFPR, certamente contribuiu para a desconstrução de tais suposições. Conforme cumpro as etapas propostas pelo curso, acessei conhecimentos críticos e historicamente constituídos, ampliando meu repertório histórico, político e literário. Ler Saramago de modo mais detalhado, reler Clarice Lispector, reler Graciliano Ramos, ler pela primeira vez autores como Hugo de Carvalho Ramos e Simões Lopes Neto, reler Machado de Assis, encarar alguma teoria e tentar compreender a produtiva vida de Monteiro Lobato edificaram minha caminhada no curso. Sou imensamente grato por isso.

No âmbito de minha trajetória acadêmica esta pesquisa se vincula também a meu rol de interesses, pois no referido mestrado pesquisei, considerando a mesma época aqui abordada, questões que associavam a ideia de leitura a elementos narrativos em quatro textos de João do Rio. Analisei os contos 'Dentro da noite', 'O bebe de tarlatana rosa', 'Emoções' e 'História de gente alegre'², observando a

² Textos publicados em *Dentro da noite* (1910), grande sucesso ficcional de João do Rio.

repetição de comportamentos que expunham tensões de cunho social e sexual entre os personagens. O interesse pelos retratos da cidade do Rio de Janeiro compostos por Paulo Barreto, principalmente em *A alma encantadora das ruas* (1908) vem desta época, estabelecendo uma ponte entre o meu repertório e o problema que motivava o Professor Fernando Gil, no momento em que me aceitou para compor sua equipe de orientandos.

Em 2017, quando prestei a prova para cursar o doutorado na UFPR, o plano era abordar crônicas e contos de João do Rio, considerando as ideias de leitura e de leitor. O projeto ainda imaturo não foi lá muito convincente, pois tinha como objeto de análise gêneros textuais distintos e não expunha como lidar com tais diferenças, uma vez que o fio condutor do problema também merecia amadurecimento.

Já como aluno do Programa, eu e o Prof. Fernando tínhamos um objeto em comum para problemas diferentes. Enquanto minha perspectiva teórica considerava a estética da recepção, o interesse do orientador voltava-se para a discussão entre literatura e sociedade, principalmente quanto à figuração dos pobres e a relação entre o autor e a matéria narrada. Enquanto para mim as crônicas de João do Rio funcionavam como uma espécie de leitura do Rio de Janeiro da época, para o professor, os textos revelavam parte da realidade social num contexto específico.

Devido aos interesses divergentes, o Prof. Fernando me questionou quanto à abertura de encarar um novo desafio: refletir sobre os pobres e sobre a pobreza, a partir de João do Rio e também, por meio da obra de outros autores do início do século XX. Ele me explicou que seu objetivo era conduzir a constituição de uma antologia que reunisse e analisasse textos diversos sobre o tema. A ideia era apresentar diferentes perspectivas sobre a população marginalizada no Brasil daquele tempo. A partir dessa conversa, não tive dúvidas: assumiria um trabalho com um viés político definido, que faria sentido para mim e para minha história.

Com dificuldades para estabelecer o objeto da tese, já no fim do segundo ano, fiz uma disciplina sobre a obra de Monteiro Lobato, ofertada pela Professora Milena Martins. Nessa ocasião, consegui aprofundar os conhecimentos sobre a produção do autor, que estava entre o meu rol inicial de escritores.

Depois das disciplinas cursadas nos dois primeiros anos, meu quinto semestre de doutorado foi voltado para levantamento de textos sobre os pobres e sobre a pobreza, escritos no início do século XX. Percebi, no entanto, que uma pesquisa dessa

magnitude exigiria um repertório e uma compreensão histórico-social que não correspondia a meus conhecimentos até ali constituídos. De qualquer forma, reuni textos de Alcides Maya, Benjamim Costallat, Euclides da Cunha, Graciliano Ramos, Ildelfonso Albano, João do Rio, Lima Barreto, Monteiro Lobato, Olavo Bilac e Oliveira Viana sobre a temática em pauta. Percebemos, por fim, que esse material era bastante extenso e rico, demandando um levantamento e uma análise coletiva. Além da contribuição do professor Fernando em todo o material mencionado acima, o colega Gustavo Vasquez selecionou textos importantes, destacando entre sua seleção a produção de Coelho Neto.

Atualmente, o Professor Fernando Gil lidera uma pesquisa que enfrenta essa pluralidade de opiniões e nuances sobre os marginalizados do Brasil entre 1889 a 1930. Esse projeto persiste ainda na elaboração de uma antologia e no desenvolvimento de análises de diversos artigos, crônicas e ensaios, que discorrem sobre os pobres e sobre a pobreza nesse período específico, em ambientes rural e urbano. A maioria do material até agora selecionado foi veiculado, primeiramente, em jornal, compondo, posteriormente, coletâneas de textos, geralmente por autoria. O trabalho se desenvolve a partir da pré-seleção realizada em 2020. Esses textos passam por nova seleção realizada periodicamente por parte dos orientandos do Prof. Fernando Gil, por meio de um grupo de trabalho, que vem relendo o material e selecionando os registros que entrarão para a antologia e conduzirão análises mais específicas.

Apesar de ter esboçado algo sobre os pobres e sobre a pobreza de modo mais geral, inclusive para o texto apresentado no exame de qualificação, minha experiência no curso foi marcada, indelevelmente, pela disciplina que pautou a obra de Monteiro Lobato, ofertada pela Profa. Milena Martins. A partir de suas aulas, elaborei e ofereci um curso de extensão denominado 'Lobato e o Jeca', em parceria com o colega Gustavo Vasquez, junto ao PPGL - UFPR, formalizando à época um estágio de docência.

O conhecimento adquirido por meio da participação na disciplina e na oferta do curso despertou meu interesse em delimitar o objeto da tese, destacando a autoria específica de Lobato e sua representação do homem pobre do campo, o Jeca Tatu. Com essa alteração minha pesquisa se consolidou a partir de uma perspectiva mais tradicional, fazendo uso de um autor apenas.

De todo modo, as impressões de Monteiro Lobato sobre os pobres do campo são múltiplas e oscilam entre um momento e outro de sua produção. À medida que tentamos acompanhar e compreender esses movimentos, a partir de um conjunto de textos e seus respectivos contextos, é possível inferir as motivações e os interesses do autor. Embarcamos assim, em possibilidades de leituras de um personagem que é múltiplo e também fruto de concepções que se transformam ao longo do tempo, figurado de modos distintos em gêneros textuais diferentes. Essa tese tenta, em resumo, demonstrar alguns desses movimentos.

O recorte desta pesquisa é bastante delimitado, acionado por meio de textos de Lobato que trazem consigo a figura do caipira. Abordagem que, obviamente, não encerra o problema sobre o Jeca no início do século, tampouco abrange a totalidade dessa questão naquele contexto. Tentamos, contudo, levantar pontos importantes para a compreensão do personagem, considerando sua relevância ao que diz respeito à representação da população caipira na literatura e na cultura brasileira. Esta proposta se insere, portanto, na discussão ampla entre literatura e sociedade, entre o objeto ficcional e a realidade social, tendo em vista articulações entre tempos diferentes, ou a partir de uma perspectiva sincrônica, que pretendemos aderir na maior parte das análises apresentadas.

No primeiro capítulo da tese, discutimos sobre o pobre habitante do campo, condicionado às mudanças decorrentes de eventos históricos como a Abolição da Escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889). No contexto apresentado, a população do campo sintetiza o atraso, resistindo às ideias de progresso e de modernização, tendência nos centros urbanos da época. Propomos, neste sentido, uma reflexão sobre as tensões que se desenvolveram a respeito do lugar habitado pelo Jeca, o interior, trazendo à pauta a noção de sertão. Discutimos acerca do estigma histórico sofrido pelo ambiente rural brasileiro de modo geral, compreensão trazida dos tempos da colonização. Essa marca ratificou a perspectiva que valorizou historicamente a ideia de civilização, em detrimento ao modo que se vivia nos campos, visto como “bárbaro”.

A lógica de compreensão do ambiente se estende para os sujeitos. Os pobres são vistos, ao longo do tempo, de modo pejorativo. O olhar sobre essa população no ambiente rural não é diferente. Tentamos demonstrar que os sertanejos, caipiras, agregados, dependentes foram vistos, durante um período considerável, por meio de

uma perspectiva elitista e enviesada. Posteriormente, apresentaremos visões que perceberam o homem do campo por meio da ideia de trabalho.

No capítulo seguinte, apresentaremos alguns episódios da vida de Monteiro Lobato, com o intuito de caracterizar, em linhas gerais, a formação do autor, suas relações e interesses. Tentamos observar os movimentos de sua vida, para que possamos pontuar, posteriormente, as relações de suas experiências com suas compreensões do caipira. Destacamos nesta abordagem a presença do Jeca Tatu, compreendendo que essa distinção é metodológica. Percorrer a trajetória de Lobato, a partir das publicações que consideram o homem do campo, aciona uma chave, entre tantas outras possíveis.

Cartas, campanhas e livros são alguns dos caminhos que podem nos conduzir à pessoa do escritor Monteiro Lobato. Será que conduzem mesmo? O caso é que nem todas as veredas ao longo das quais Monteiro Lobato viveu sua vida dão conta dela. Pois que caminhos dão conta da vida de uma pessoa? Mas são pelo menos, rastros de um caminho (...). (LAJOLO, 2000, p. 10)

Diante disso, consultamos neste capítulo as obras *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida* (2000), de Marisa Lajolo, e *Monteiro Lobato: furacão na Botocúndia* (2000), escrita por Carmen Lúcia de Azevedo, Marcia Camargos e Vladimir Sacchetta, com o objetivo de estabelecer uma linha do tempo segura, considerando alguns movimentos do autor e importantes aspectos de sua vida. Destacamos neste momento também algumas impressões do próprio Lobato, a partir da comunicação estabelecida com Godofredo Rangel por meio de correspondências. Cartas publicadas pelo volume intitulado *A barca de Gleyre* (2010), obra clássica nos estudos sobre o autor. O guia para os comentários realizados sobre a produção lobatiana, destinada a adultos, parte, em sua maioria, de artigos que compõem a coletânea *Monteiro Lobato livro a livro: Obra adulta* (2014), organizada por Marisa Lajolo. As referências à obra infantil se estabelecem por meio de produção correlata: *Monteiro Lobato livro a livro: obra infantil* (2009), organizada por João Luís Ceccantini e Marisa Lajolo. Adicionalmente, as obras de Monteiro Lobato destinadas a adultos foram consultadas nas edições da Globo e as obras infantis nas edições da Ciranda Cultural, publicadas entre 2007 e 2020.

A partir dessas referências, resgatamos algumas circunstâncias marcantes na vida de Lobato até 1914, tentando evidenciar aspectos de seu desenvolvimento como

intelectual. Elencamos situações vividas no período da infância e da adolescência, caracterizando seu gosto pela leitura e também o ingresso no curso de Direito, à época uma consequência natural para alguém de sua origem. Rememoramos episódios de sua juventude burguesa com a turma do Cenáculo. Retomamos o período que o autor atuou como promotor em Areias - SP, passando em seguida a administrar a fazenda herdada de seu avô, o Visconde de Tremembé. Como fazendeiro, destacamos o início da relação entre Lobato e o Jeca, por meio do lançamento dos artigos 'Velha praga' e 'Urupês'.

Ressaltamos, a seguir o contexto no qual circularam as produções que projetaram Lobato e o Jeca. O caipira protagoniza os artigos clássicos, revelando uma crítica social coerente mesclada à indignação do fazendeiro, o que promove criador e criatura no contexto cultural de São Paulo. Cada vez mais próximo ao fazer jornalístico, em 1917, Lobato admite mudar de opinião sobre o Jeca Tatu. A menção ao personagem, no epílogo da obra *O Saci-pererê: resultado de um inquérito*, ganha destaque por meio da ideia de originalidade, ratificando as preocupações do autor voltadas ao estabelecimento de uma cultura nacional. O Jeca ganha diferentes nuances na obra *Urupês*, enquanto Lobato se surpreende com o estrondoso sucesso do livro. Nessa época, o autor se alia a ideias higienistas, transformando o caipira em objeto de piedade e de um *slogan* nacionalista. Tal posicionamento foi registrado em artigos que viriam a compor a coletânea *Problema Vital*. Nessa toada, destacamos ainda a composição de *Jeca Tatuzinho*, livreto produzido e distribuído em massa pelo interior do Brasil, em parceria com Cândido Fontoura.

Na parte final do capítulo, abordamos o momento em que o intelectual produz as histórias do Sítio do Picapau Amarelo, destacando o pioneirismo do autor no contexto da literatura infantil. Elencamos ainda os momentos em que o escritor morou nos Estados Unidos, nomeado adido comercial pelo governo de Washington Luís. Lobato ficou seduzido por aquele país e por seu potencial tecnológico. Questões específicas como o beneficiamento do ferro e a adesão pela pauta petrolífera ocuparam a atenção do autor nesse período. Depois de preso pelo Estado Novo, o intelectual ainda se vinculou a lideranças do Partido Comunista Brasileiro - PCB. No fim de sua trajetória, houve tempo para a última aparição do caipira, agora atendendo pelo nome Zé Brasil.

No capítulo seguinte, detalhamos as transformações do Jeca Tatu. Nosso parâmetro para tal abordagem é o artigo ‘Jeca Tatu em três tempos’³, escrito por Marisa Lajolo. Nele, a estudiosa defende uma multiplicidade de perspectivas do autor em torno da figura do caipira: “De 1914 a 1947, Monteiro Lobato parece ter percorrido quase todas as posições ideológicas disponíveis para um intelectual de seu tempo” (LAJOLO, 1983, p. 101).

Esta tese admite que Lajolo possui absoluta razão. Nesta perspectiva, tentamos demonstrar as maneiras encontradas pelo intelectual para evidenciar tais mudanças. Para nós o Jeca Tatu ganha complexidade conforme seu criador caminha. Trata-se, portanto, de um personagem que suscita questões e se transforma de acordo com os momentos vividos por seu inventor, atendendo demandas, interesses e propostas estéticas diversas ao longo do tempo. O Jeca Tatu de Lobato se modifica e adquire caráter múltiplo, não se limitando apenas a imagem modorrenta e sorna, difundida a partir do sucesso de ‘Urupês’.

Desta forma, propomos leituras das facetas do caipira lobatiano, observando a figura do Jeca Tatu, inferindo questões que possam se tornar relevantes nas diferentes proposições do autor. Nascido por meio de um jato de estigmas, o personagem adquire nuances de nacionalidade, tendo em vista seu potencial produtivo e cultural. O caipira recebe desculpas, compreensão, compaixão, adesão e relevância, a partir das modificações sofridas pelo seu criador, um antigo proprietário de terras.

O caminho proposto por Lajolo consiste em reconhecer três fases da escrita lobatiana sobre o Jeca: i) os artigos clássicos ‘Urupês’⁴ (1914) e ‘Velha praga’⁵ (1914); ii) a peça publicitária *Jeca Tatuzinho*⁶ (1920) e iii) a peça publicitária intitulada *Zé Brasil*⁷ (1947).

O primeiro capítulo de análise, sem dúvida, observa o percurso da crítica estabelecida, voltando às origens do pensamento sobre o caipira nos artigos ‘Velha praga’ e ‘Urupês’. Em seguida, inserimos nesta discussão o epílogo do livro *O Saci-*

³ Trabalho que compõe a obra *Os pobres na literatura brasileira* (1983), organizado por Roberto Schwarz

⁴ Texto acessado e referido nesse trabalho por meio da edição da Globo de 2009.

⁵ Texto acessado e referido nesse trabalho por meio da edição da Globo de 2009.

⁶ Texto acessado e referido nesse trabalho por meio da obra *Problema Vital, Jeca Tatu e outros textos*, edição da Globo de 2010.

⁷ Texto acessado e referido nesse trabalho por meio da obra *Problema Vital, Jeca Tatu e outros textos*, edição da Globo de 2010.

pererê: resultado de um inquérito, publicado pela primeira vez também em 1918. Essa obra opõe a figura do Jeca Tatu ao Capilé, modelos representativos dos habitantes do campo e da cidade, respectivamente. Analisamos, ainda que genericamente, os textos sobre o saneamento do Brasil, resgatados pela obra *Problema Vital*⁸, publicada originalmente em 1918. Por fim, observamos as peças publicitárias *Jeca Tatuzinho* e *Zé Brasil*, publicadas em 1924 e 1947, respectivamente. Consideramos para esta divisão além dos três tempos propostos por Lajolo, dois gêneros textuais distintos: os artigos e as peças publicitárias.

Existe uma relação de tensão entre o intelectual e Jeca, que pode ser lida como certa repetição do comportamento histórico da elite brasileira diante dos mais vulneráveis. Tal perspectiva pode ser observada nos artigos 'Urupês' e 'Velha praga', primeiras impressões do autor sobre o sujeito da roça. No entanto, essa afirmativa não resolve o problema. Lobato acusa o Jeca Tatu preocupado com o homem que desafia sua posição social à época. No entanto, o autor também observa um problema de relevância nacional, diante de uma enxurrada de notícias sobre a Primeira Grande Guerra. Neste sentido, o articulista denuncia o desmatamento da Serra da Mantiqueira, por meio da imagem do piolho da terra, que ganha nuances realistas frente a imagem idealizada da tradição.

Posteriormente, Lobato rearticula o pensamento sobre o Jeca, ampliando sua visão em torno do sujeito do campo. O autor aponta no epílogo de *O Saci-pererê: resultado de um inquérito* a relevância que o personagem possuía para o estabelecimento da cultura nacional. O Jeca se torna símbolo de resistência e originalidade, frente ao modo de vida plagiário adotado pelos habitantes da cidade. O homem citadino estava, para o autor, inserido numa lógica de imitação dos padrões culturais europeus.

Ainda sob um viés nacionalista, Monteiro Lobato olha para o caipira nos textos que compõem a obra *Problema Vital*, valorizando seu potencial produtivo. A proximidade com as ideias sanitaristas revela preocupações com as condições de saúde do Jeca Tatu agora vitimizado. O pobre do campo estava doente. Era preciso curá-lo, para que pudéssemos dispor de braços para o trabalho e, desse modo, conseguir o tão almejado progresso.

⁸ Texto acessado e referido nesse trabalho por meio da obra *Problema Vital, Jeca Tatu e outros textos*, edição da Globo de 2010.

Essa perspectiva é assumida também em *Jeca Tatuzinho*, libreto que pregava a higienização dos caipiras para o público infantil. Devido ao caráter pedagógico da narrativa e a uma parceria com Cândido Fontoura, o material se torna almanaque e é distribuído pelos rincões do país. Em 1947, com estratégia parecida no aspecto formal, o autor lança *Zé Brasil*, revisitando suas impressões históricas sobre o caipira, invertendo os polos de identificação. Se nas primeiras impressões o autor serviu de porta voz dos proprietários de terras, agora Lobato assume uma identificação com o trabalhador, questionando a postura do dono do poder frente ao caipira empobrecido.

No capítulo final da tese olhamos para dois contos de *Urupês*: *'Bocatorta'* e *'A vingança de peroba'*. Aqui nos dedicamos a analisar, pelo menos em parte, os caipiras presentes na ficção lobatiana. Esse gênero possui característica particular. Diante disso, procuramos compreender as maneiras pelas quais os caipiras aparecem no clássico que projetou o autor e o personagem. Tentamos nesse capítulo perceber as maneiras como os caipiras se multiplicam, não mais ao longo da produção de Monteiro Lobato, mas a partir de sua obra ficcional de destaque, por meio de um olhar não idílico, sendo explorados por nuances e diferenciações entre os "tipos humanos" que compõem as narrativas.

2 VISÕES SOBRE O HOMEM POBRE DO CAMPO

O contexto da Primeira República escancara de imediato contradições sociais fortes. A recente Proclamação da República, a Abolição da Escravatura e a promessa de uma sociedade mais justa e igualitária gerava nos mais pobres a possibilidade de crescimento e de participação social. Essas expectativas iam além da estrutura rígida vivida nos tempos do Império, circunstâncias nas quais as condições de vida eram determinadas, conforme as condições sociais marcadas no momento do nascimento.

Lilia Schwarcz, na obra *A abertura para o mundo: 1889 - 1930*, parte da mudança de expectativa dos mais pobres tanto no campo quanto na cidade, tendo em vista que a nova ordem política alimentava as esperanças da população historicamente oprimida: negros, mulatos, mestiços, imigrantes e sertanejos. Essas populações se apoiavam nas mudanças recentes para nutrir expectativas de uma vida mais digna. Participariam pela primeira vez de um país que não privilegiaria somente os bem-nascidos. Seria possível ascender socialmente, experimentando as benesses da liberdade e de um regime político autônomo e democrático.

O cenário que então se abriu era propício a todo tipo de utopia e projeção. A República surgiu alardeando promessas de igualdade e de cidadania – uma modernidade que se impunha menos como opção e mais como etapa obrigatória e incontornável. O grande modelo civilizatório seria a França, com seus circuitos literários, cafés, teatros e uma sociabilidade urbana almejada em outras sociedades. (SCHWARCZ, 2012, p. 19)

Não demorou muito, porém, para que essa superexpectativa fosse frustrada, uma vez que a suposta liberdade e a recente democracia se transformaram na prática em governos autoritários, como nos comandos de Marechal Deodoro e Marechal Floriano, por exemplo. Ademais, denuncia Schwarcz (2012), originou-se nessa época uma divisão social que passou a considerar características físicas como fator preponderante para ocupar determinados espaços sociais. Essa lógica teve respaldo na circulação de teorias raciais, que passaram a reclassificar as pessoas, principalmente os pobres, de acordo com suas características físicas, deixando os negros, mulatos, mestiços, indígenas, imigrantes e as diferentes populações do campo estagnados ao lugar de marginalidade que ocuparam historicamente.

(...) Narizes, bocas, orelhas, cor de pele, tatuagens, expressões faciais e uma série de “indícios” foram rapidamente transformados em “estigmas”

definidores da criminalidade e da loucura. O resultado foi a condenação generalizada de largos setores da sociedade, como negros, mestiços e também imigrantes, sob o guarda-chuva da biologia. (SCHWARCZ, 2012, p. 21)

Houve com isso um desconforto generalizado, uma vez que famílias de mulatos, por exemplo, que tinham ascendido socialmente às duras penas passaram a ser confundidos com ex-escravos, tumulto que impactou a vida de muitas pessoas nas cidades, levando determinados grupos de pessoas negras a defender a volta da monarquia, por exemplo. O contexto geral era contraditório, pois ao mesmo tempo que se expressavam o fascínio ao aderir reformas e novos projetos em cidades, expunha-se determinado assombro diante dos pobres, outrora marginalizados pela origem social e agora por suas características físicas. As teorias raciais legitimaram iniciativas de higienização social lideradas pelas elites brasileiras, que apostaram nas reformas das cidades de Rio de Janeiro, de São Paulo e na construção da cidade de Belo Horizonte. Era preciso civilizar-se, imitando a realidade europeia modernizada, repleta de automóveis, cinematógrafos, cafés, faixadas, moda, clubes sociais, clubes esportivos e avenidas. Símbolos do entusiasmo dos bem-nascidos frente à nova lógica, repleta de mudanças estruturais nos centros urbanos.

Os pobres e tudo que lhe dizia respeito não combinavam com a ideia de progresso. Esse grupo social tinha sua moradia destruída na cidade e eram empurrados para o subúrbio, passando a constituir mais favelas, vivendo de pequenas profissões, numa lógica de vida distante do projeto civilizatório. Assim como o homem do campo, o pobre da cidade não cabia nas leis do progresso, não se encaixava com a nova realidade, com as expectativas diante de tantas novidades. O homem mestiço que portava camisa e rosário no peito no interior de São Paulo, ou os negros que rememoravam sua prática religiosa de além-mar não combinavam com a ordem católica, rígida, branca e tradicional. Os pobres passaram a ser vistos como curiosidades e consequência da modernização. Descrições burguesas, seja da realidade do campo ou da cidade, demonstram certa curiosidade em relação ao modo de vida dessas pessoas. Não demorou muito para o plano de se “livrar da ralé” ficar explícito, uma vez que seus hábitos, vestes, modo de se expressar não combinariam com as demandas do mundo novo que se anunciava.

Houve nessa época um crescimento populacional, econômico e social, principalmente no que diz respeito às cidades de São Paulo, Belo Horizonte e a então

capital federal, Rio de Janeiro. As contradições sociais que se iniciam neste momento marcam o período da Primeira República. Em conjunto com o projeto de urbanização dessas cidades se manifestavam cada vez mais as contradições da modernização, principalmente pela vivência dos pobres empurrados para espaços marginais no meio urbano ou de volta ao campo:

(...) Marco paralelo e complementar a toda essa cantinela das novidades foi a expulsão da população pobre que habitava os casarões da região central e a destruição dos famosos “cabeças de porco”. Era a ditadura do “bota-abaixo” que demolia casas, sobretudo as antigas e pobres, disseminando cortiços e hotéis baratos – os “zunga” –, onde famílias inteiras deitavam-se no chão ou mudavam para as chamadas “periferias” das novas urbes. Isso sem esquecer a repressão às festas populares, que se submetiam, igualmente, a esse “processo civilizatório”: saía o estrudo mestiço, entrava o limpo Carnaval de Veneza. (SCHWARCZ, 2012, p. 44-45)

Nos costumes havia certa artificialidade, as reformas de fachada ocorriam também no dia a dia. O automóvel, a velocidade nos meios de comunicação, a ideia de progresso, a adesão a teorias diversas, o teatro, a publicidade, o cinema, as conferências introduziam novas linguagens que funcionavam muitas vezes de modo artificial na sociedade brasileira. Existia, portanto, um projeto político de progresso, de civilização de adesão à modernização europeia. A seguir o exemplo de São Paulo.

(...) Na verdade, velhos padrões de sociabilidade, próprios do mundo rural escravocrata e patriarcal brasileiro, continuavam presentes nessa São Paulo em expansão. Ao lado das novas tecnologias, das atividades econômicas e ocupações sociais mais recentes – e propriamente urbanas – permaneciam os rastros de um passado revigorado, em que as hierarquias sociais eram dadas por padrões rígidos de nascimento e inserção. (SCHWARCZ, 2012, p. 47)

Schwarcz (2012) informa que, em nome da modernização da cidade, foram emitidas no contexto paulistano as chamadas “posturas”, que proibiam determinadas atividades, que não combinavam com o projeto urbano paulista. A comercialização de galinhas, de vassouras, de fruta e legumes são os exemplos de proibições da época. Em São Paulo o gesto de expulsar os pobres para outros espaços, derrubar suas casas, destruir favelas, empurrando-os do espaço central, dos casarões da Av. Paulista marcou o processo de “embelezamento” da cidade.

Segundo Schwarcz (2012) o movimento de urbanização das grandes cidades trouxe consigo um contexto de divergências, rebelando grupos anteriormente integrados, ou não claramente isolados como “gaúchos, afro-brasileiros, sertanejos,

seringueiros, indígenas da floresta” (SCHWARCZ, 2012, p. 22). As cidades em plena adesão à modernização europeia eram vistas pela elite brasileira como moradia inevitável das “camadas perigosas”, “dos de baixo”, que faziam barulho e evidenciavam o atraso, contradizendo o ideal da ordem vigente.

Empurrar os pobres para os campos foi uma das saídas vistas por alguns de nossos intelectuais durante o contexto da Primeira República, mesmo anos mais tarde. Coelho Neto em sua crônica ‘Vício’ (1923), texto da obra *Às quintas*, reconhece a condição vitimizada dessa população. Embriagados pela cachaça, largados aos cantos e aos morros da cidade, os pobres teriam como alternativa uma vida produtiva no campo. A visão do autor é utilitária em nome do trabalho e do progresso. As pessoas aglomeradas nas cidades poderiam trabalhar nos campos. Segundo a visão do cronista, o âmbito rural e suas demandas produtivas ofereceriam melhores condições que as ruas da cidade, espaços destinados ao vício e ao crime.

Tirar o pobre da Avenida é quase impossível. Ali quer ele ficar, embora à chuva e com fome, maltrapilho, descalço, enfermo, esmolando humildemente até que a miséria faça com ele o que faz com o chupista a cana: atirando-o de borco na sarjeta: morto.
Entretanto, quisesse esse desvalido que por aí choraminga, oferecendo-se em espetáculo deprimente aos transeuntes e a vida lhe sorrisse, fagueira. Há uma porta larga, aberta diante dele, que o porá no caminho da felicidade, e que o poderá levar à riqueza se ele o trilhar com prudência: é o caminho florido dos campos, rumo à lavoura. (COELHO NETO, 1923, p. 356)

Coelho Neto parece ofertar aos pobres um contrafluxo produtivo, numa época em que se relata crescimento industrial e econômico nas grandes cidades. O cronista vê nos campos uma alternativa aos braços nacionais, relegados a tarefas marginais no contexto rural ou urbano. Neste momento, indicar aos pobres o trabalho nos campos é legitimar o posicionamento dos industriais, que só admitiram a presença dos trabalhadores pobres nacionais, muitos deles vindos da roça, no fim da década de 1930. Replica-se no ponto de vista político do autor o posicionamento ideológico das elites brasileiras, que subjugarão o lugar dos pobres no sistema de trabalho organizado por muito tempo.

Oito anos antes o posicionamento de Lima Barreto sobre o mesmo problema é visto por perspectiva oposta. Na crônica ‘A volta’ (1915), o autor questiona a postura adotada em relação ao movimento migratório dos campos para as cidades,

questionando a postura das autoridades que teriam como solução o retorno dessa população para o ambiente rural.

O governo resolveu fornecer passagens, terras, instrumentos aratórios, auxílio por alguns meses às pessoas e famílias que se quiserem instalar em núcleos coloniais nos estados de Minas e Rio de Janeiro.

Os jornais já publicaram fotografias edificantes dos primeiros que foram procurar passagens na chefatura da polícia. (BARRETO, 2004, v.1, p. 166)

Lima Barreto alerta para o caráter não confiável da política pública proposta, denunciando intenções questionáveis por parte de organizações como a polícia e o governo: representantes das leis, que repeliam os mais pobres.

A experiência pessoal do cronista evidencia seu caráter marginalizado, uma vez que o jornalista já havia encarado a delegacia sob a pecha de louco, sendo internado algumas vezes no Hospício Nacional dos Alienados, no Rio de Janeiro. O crédito depositado em instituições estatais é nulo, o que baliza certamente sua compreensão de mundo:

É duro entrar naquele lugar. Há um tal aspecto de sujidade moral, de indiferença pela sorte do próximo, de opressão, de desprezo por todas as leis, de ligeirezas em deter, em prender, em humilhar, que eu, que lá entrei como louco, devido à inépcia de um delegado idiota, como louco, isto é, sagrado, diante da fotografia que estampam os jornais, enchi-me de uma imensa piedade por aqueles que lá foram como pobres, como miseráveis, pedir, humilhar-se diante desse Estado que os embrulhou. (BARRETO, 2004, v.1, p. 166)

Quanto à população oriunda dos campos, o autor mostra identificação em relação às suas condições. O cronista não vê soluções que considerem sua realidade, abandonada nas cidades. Lima Barreto problematiza a imagem ilusória que seduziu os pobres para o meio urbano. O deslumbre com o progresso enganou os mais vulneráveis, que deixaram sua miserabilidade e partiram em busca de condições de vida melhores.

Porque o senhor Rio Branco, o primeiro brasileiro, como aí dizem, cismou que havia de fazer do Brasil grande potência, que devia torná-lo conhecido na Europa, que lhe devia dar um grande exército, uma grande esquadra, de elefantes paralíticos, de dotar a sua capital de avenidas, de *boulevards*, elegância bem idiotamente binoculares e toca a gastar dinheiro, toca a fazer empréstimos; e a pobre gente que mourejava lá fora, entre a febre palustre e a seca implacável, pensou que aqui fosse o Eldorado e lá deixou as suas choupanas, o seu sapé, o seu aipim, o seu porco, correndo ao Rio de Janeiro

a apanhar algumas moedas da cornucópia inesgotável. (BARRETO, 2004, v.1, p. 166)

Lima Barreto evidencia seu descontentamento com as políticas sociais adotadas à época. Tais práticas tinham a intenção e alguma urgência em retirar os pobres da cidade, empurrando-os novamente para o campo. Existe, nesse contexto, uma tentativa de escondê-los dos olhares estrangeiros.

O cronista aponta para uma lógica social perversa, na qual a população empobrecida seria enganada duas vezes: pela ilusão das oportunidades dispostas no contexto citadino e pela política de cadastramento dos pobres, que os concebia como população ociosa, vadia, a perambular pela cidade.

Ninguém os viu lá, ninguém quis melhorar a sua sorte no lugar que o sangue dos seus avós regou o eito. Fascinaram-nos para a cidade e eles agora voltam, voltam pela mão da polícia como reles vagabundos.
É assim o governo: seduz, corrompe e depois... uma semicadeia.
(BARRETO, 2004, v.1, p. 166)

Complementarmente a alusão realizada sobre o trabalho escravo, o articulista problematiza a questão étnica, associando-a a pobreza. Lima Barreto denuncia a postura elitista de setores do Estado, por meio de uma prática hipócrita e higienista desejada pelo governo: "(...) o Rio de Janeiro, capital de um país que recebeu durante três séculos milhões de pretos, não deve ter pretos" (BARRETO, 2004, v.1, p. 166).

A divisão entre os espaços do campo e da cidade permeou certa compreensão do país nos tempos de Lobato. Sob esta perspectiva, o âmbito rural foi visto, recorrentemente, como lugar de uma cultura menor. Quanto mais longe das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, espaços do progresso e da modernização, mais distante da "civilização" se encontrariam os sertões e seus habitantes. Schwarcz aponta um cenário complexo, repleto de divisões geográficas e de classes a partir dos marcos da Abolição da Escravatura e da Proclamação da República. Esse contexto evidencia a adesão à ideia de desenvolvimento e de modernização do espaço da cidade, como se o mesmo fosse reservado para a elite brasileira. A autora ainda expõe algumas faces do Brasil, que não se encaixavam com a versão "civilizada", seja pela antiga condição escravizada, ou pela distância geográfica dos lugares do progresso.

(...) De um lado, a cidade, definida pela indústria, pelas oportunidades de trabalho, pelo mercado, mas também por uma política de exclusão e de distanciamentos. De outro lado, os “demais Brasis”, perdidos nos sertões, longínquos na realidade e na imaginação, ou nas florestas fechadas. Aí estavam os “dois Brasis” que eram na verdade um só, mas a conviver de maneira ambivalente e conflituosa. (...) (SCHWARCZ, 2012, p. 24)

Ao voltar seu raciocínio para o campo, Schwarcz (2012) enxerga os movimentos sociais armados oriundos de Canudos - BA (1896), de Juazeiro - CE (1872 a 1924) e do Contestado (1912-1916) como consequência do processo de “modernização a qualquer custo”. O conflito armado no interior da Bahia é visto como um massacre de nossa gente pobre, que vivia numa lógica própria de produção e de governo, legitimado pela fé e distante da prática de imitação e importação dos valores europeus, em voga nos centros urbanos.

(...) Para Euclides da Cunha, existiria um abismo entre as diferentes regiões do país e tornava-se premente que as elites intelectuais e políticas voltassem às costas à Europa e olhassem, finalmente, para seu interior. E mais: o conflito de Canudos não era contingencial, ele correspondia a uma longa história, que teria primado por deixar à margem importantes grupos sociais. (SCHWARCZ, 2012, p. 56)

As distâncias entre a realidade dos grandes centros e dos sertões tiveram ainda os dois exemplos citados acima. Na região de Juazeiro a liderança do Padre Cícero Romão Batista adicionada à sua fama de milagreiro provocaram ciúme na Igreja Católica e em candidatos concorrentes oriundos da República. Ao Sul, destacavam-se três monges que reclamavam a região da divisa entre Paraná e Santa Catarina para os seus, defendendo a ideia de monarquia e uma vida distante dos valores modernos.

A religiosidade dos sujeitos que habitavam diferentes espaços rurais brasileiros era baseada em maneiras diversas de compreender esferas como a política e a fé, visões e hábitos que não cabiam nos modelos excludentes da cidade. A vida prática no campo considerava outra estrutura de poder, geralmente conduzida por binômios como: “(...) padres/fiéis, coronéis/dependentes, padrinhos/afilhados, beatos/seguidores, santos/devotos (...)” (SCHWARCZ, 2012, p. 56-57).

(...) A proximidade com o sagrado fazia parte do cotidiano caboclo, que misturava feitiços, quebrantos, preces e toda sorte de orações dedicadas a santos igualmente variados. Missas, procissões, rezas coletivas faziam parte do dia a dia e mostravam modos diferentes de lidar com o tempo e a temporalidade. Não apenas a roça era itinerante, as festas interrompem o

trabalho, ao mesmo tempo que o constituíam. Em vez do ritmo apressado das cidades – agora tomadas por bondes, relógios de bolso e de parede, carros, jornais, telégrafos –, no campo, o calendário era marcado por outras referências, mais vinculadas à experiência pessoal. (SCHWARCZ, 2012, p. 65)

A vida do homem definido como agregado, matuto, sertanejo, gaúcho, ou caipira, conforme a região do país que residia, possuía, portanto, outra lógica religiosa, não se vivia a partir de um modelo importado da sociedade francesa. A fé do homem rústico misturava elementos diversos, pautando-se fortemente no catolicismo. Sua existência possuía caráter distinto em relação aos grandes centros, uma rotina pautada em outras vivências, condicionadas ao trabalho cotidiano no campo.

Ainda se referindo ao espaço rural a autora esclarece que os ex-escravos se aglutinaram aos pobres do campo, formando um grupo ainda maior de excluídos, de pessoas que supostamente não se encaixavam no processo de civilização vivido nos grandes centros urbanos:

(...) Dizem os relatos que após a Abolição era possível observar ex-escravos isolados ou comunidades inteiras vagando pelos campos, ou estabelecendo-se por curto tempo, para voltar a perambular. A explicação para tanta mobilidade pode ser encontrada na experiência prolongada da escravidão, que jamais conheceu o sentido de propriedade. Por outro lado, uma vasta população de caipiras, sertanejos, caboclos, paulistas ou mineiros habituara-se a formar roças volantes e deslocar-se sazonalmente, atuando como vaqueiros, tangedores, domadores de cavalos, trabalhadores por jornada nas planícies do Sul ou na frágil pecuária nordestina. (...) (SCHWARCZ, 2012, p. 63)

A gente pobre do interior vivia, portanto, distante dos padrões europeus, o que ocasionava certa curiosidade do homem das letras em busca da compreensão do sujeito nacional. O Jeca Tatu de Lobato é uma tentativa de expressar essa compreensão, apresentando o indivíduo do espaço rural que já estava distante da perspectiva cidadina em 1914.

Por fim, Schwarcz menciona que cronistas, sanitaristas e viajantes negligenciaram a face do Brasil do interior, do sertão, seguindo a lógica do colonizado, negando as “(...) sociabilidades dessas populações mestiças (consideradas evolutivamente atrasadas e condenadas ao desaparecimento), como seus costumes, religiosidades e saberes (...)” (SCHWARCZ, 2012, p. 65).

Em diferentes dicionários a palavra “caipira” é definida também por meio de seu lugar de origem, o campo. Esse espaço funciona de modo particular, ligando seu

habitante a certo traço de rusticidade em uma oposição histórica à realidade da cidade. Pertencer ao interior, a um ambiente desconhecido dos habitantes dos espaços urbanos impulsiona uma série de estigmas às populações pobres do meio rural, que não pertencem ao grupo social dominante. Os sujeitos identificados como caipiras, sertanejos, agregados foram colocados à margem do processo civilizatório, habitando diversas regiões vistas como espaço da barbárie, distante da lógica e das normas civilizatórias, ditadas pelas pessoas e pelos costumes oriundos primeiramente da metrópole e posteriormente, no contexto brasileiro, dos centros urbanos dispostos no litoral.

Janaina Amado em seu artigo intitulado 'Região, Sertão, Nação' recupera uma série de discussões a respeito do espaço rural como local de práticas desconhecidas, vistas como selvagens. A reflexão histórica proposta pela estudiosa considera a categoria sertão. Admitimos aqui que suas ponderações podem ser estendidas para a ideia de ambiente rural, campo, ou interior, que juntamente com a ideia de sertão, definem os espaços que abrigam a população pobre do campo. O levantamento realizado pela autora registra percepções do lugar e, por conseguinte, de suas populações ao longo do tempo, rememorando uma trajetória de dominação, opressão, preconceito, resignação ou desconhecimento. A autora afirma que as palavras "sertão" ou "certão" foram utilizadas desde o século XV em Portugal para identificar espaços territoriais portugueses distantes de Lisboa. Depois desse momento o termo passou a ser usado para "(...) nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas sobre as quais pouco ou nada sabiam: (...)” (AMADO, 1995, p. 147).

Desde então, sertão é um lugar distante, desconhecido, imenso, onde habita a população a ser colonizada, pessoas de culturas diversas, geralmente vistas como menores, descritas por meio de um processo de estranhamento, que tem como consequência a imposição do modelo europeu. A autora afirma ainda que a partir do século XVI, o termo foi utilizado por diversos cronistas e viajantes para se referir às regiões interioranas de territórios conquistados por Portugueses como a Ásia, a África e a América.

(...) No Brasil, são numerosíssimos os exemplos disso na documentação oficial: (...) “Se os não puder obter (os recursos solicitados), Senhor, não sei o que será feito desses fiéis servos de Vossa Majestade, abandonados à sorte cruel entre os sanguinários selvagens habitantes desses certões.”

(Relatório do presidente da Província do Mato Grosso, 1778) (AMADO, 1995, p. 147)

Os sertões passam a ser o lugar a ser conquistado, desbravado. Desse modo, a categoria ganha movimento a partir do local de emissão do discurso, que define o próximo ponto de exploração. Em certo momento da história o restante de Portugal funcionou como sertão de Lisboa. Posteriormente, regiões da Ásia, da África e da América foram vistas como sertões de Portugal. Por fim, muitas regiões interioranas do Brasil foram percebidas como sertões de cidades brasileiras, geralmente constituídas a partir da faixa litorânea. À medida que a história da colonização ganha a América e se instalam centros civilizatórios, os emissores dos discursos de dominação mudam de perspectiva, o que altera o espaço designado como sertão. A partir da perspectiva do sujeito que expressa a opinião sobre lugares desconhecidos e suas populações, já em terras brasileiras, a categoria sertão ganha multiplicidade, referindo-se na maioria das vezes a regiões distantes de centros vinculados às ideias de progresso e modernização.

O sertão é, portanto, o avesso da civilização regida pela prática religiosa de ordem católica e conservadora, pelas legislações impostas pela coroa e por um conjunto de valores ligados à ideia de desenvolvimento. Elementos como a palavra escrita, atitudes ligadas à sociabilidade, conforme o padrão estabelecido de tempo em tempo, e padrões morais de comportamento compõem historicamente a distância entre o grupo de pessoas reconhecidas como civilizadas frente aos indivíduos taxados como bárbaros, que residem nas regiões longínquas.

De modo geral, denotava “terras sem fé, lei ou rei”, áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios “selvagens” e animas bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente. (AMADO, 1995, p. 148)

O sertão ganha, portanto, caracterização negativa. Local fora do alcance e do monitoramento dos poderes constituídos por instituições como a Igreja, o Poder Moderador e a Coroa, designando lugares “desconhecidos, inacessíveis, isolados, perigosos, dominados pela natureza bruta (...)” (AMADO, 1995, p.149). A partir desta lógica os homens que ali viviam foram concebidos muitas vezes como “bárbaros, hereges, infiéis” (AMADO, 1995, p. 149).

Saint-Hilaire, botânico, naturalista, viajante e cronista de origem francesa, civilizado, advindo da Europa do início do Século XIX, lugar repleto de elementos de modernização em relação ao interior de São Paulo, caracteriza o local por meio da ideia de deserto, de isolamento, ratificando os argumentos de Amado. “Esses homens não eram os únicos que se espalhavam pelos desertos;” (SAINT-HILAIRE, [s.d.], p. 35)

Ao descrever a população pobre do campo por muito tempo o emissor do discurso se colocou na posição de colonizador, caracterizando o sujeito local pela ausência de uma série de elementos que compõem o modo de viver citadino. Ideias como trabalho, produtividade, instrução, escrita, intelectualidade, moda, estrutura e, sociabilidade consolidaram certos paradigmas aos estudiosos que se propuseram a observar a população pobre do campo no contexto brasileiro, estabelecendo uma lógica colonizadora e dominante a partir da perspectiva do litoral.

(...) Ambas foram categorias complementares porque, como em um jogo de espelhos, uma foi sendo construída em função da outra, refletindo a outra de forma invertida, a tal ponto que, sem seu principal referente (litoral, costa), “sertão” esvaziava-se de sentido, tornando-se ininteligível e vice-versa: (...) (AMADO, 1995, p. 149)

Sujeitos identificados como civilizados, intelectualizados, integrados ao progresso, à cultura ocidental europeia, geralmente oriundos da região da modernização (metrópole, litoral, cidade, capital) levam a registros tendenciosos da realidade. Apontamentos intelectuais podem revelar concepções de mundo, e de um momento, que olhar para o outro era olhar para alguém estigmatizado. Por isso a ideia de sertão, o espaço do outro, encarou significações que definiu o interior brasileiro como local da desordem, de certo obscurantismo, lugar difícil de ser controlado.

Para os habitantes do sertão, no entanto, a percepção dos espaços designados como tal era outra. O ambiente rural era um lar, algo familiar, nada assustador, desconhecido, perigoso, estranho, como para o homem da cidade.

Para alguns degredados, para os homiziados, para os muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, para os escravos fugidos, para os índios perseguidos, para os vários miseráveis e leprosos, para, enfim, os expulsos da sociedade colonial, “sertão” representava liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz. (...) (AMADO, 1995, p. 149-150)

O entendimento do lugar denominado como sertão é, portanto, uma compreensão que é constituída a partir da perspectiva do enunciador. Isso é muito importante para refletirmos sobre as caracterizações negativas sofridas pelo homem pobre do campo ao longo do tempo. Estar em um espaço estigmatizado e ocupar lugares sociais marcados negativamente fazem com que esta população seja descrita a partir de paradigmas enviesados.

O homem pobre de modo geral é definido, historicamente, por meio de características negativas. O caipira não foge dessa regra. Essa população carregou consigo a pecha de vadios, improdutivos, indolentes, inertes e incapazes. Descritos muitas vezes como responsáveis máximos de nosso atraso. Essas definições surgem a partir de intelectuais: pessoas letradas, partícipes da civilização, geralmente favoráveis às ideias de progresso. Esses sujeitos se propõem a registrar o estado diverso do homem pobre do campo: comumente iletrados, resistente às mudanças trazidas pela tendência modernizadora. A contradição entre um mundo e outro fazem surgir muitas vezes, pelo menos até o início do século XX, uma percepção elitista, que resumiu o sujeito do meio rural por meio de definições pejorativas.

Ao que parece os discursos dos diversos intelectuais sobre os pobres do campo foram legitimados ao longo do tempo, multiplicando tais percepções. Desse modo os sentidos da palavra caipira foram perpetuados e ganharam contornos depreciativos, funcionando ainda em contexto contemporâneo, como certa oposição às supostas características positivas, que descreveriam as pessoas da cidade.

Desde os tempos coloniais a população caipira foi descrita, portanto, por meio de aspectos de cunho negativo. Os exemplos de tais caracterizações são inúmeros, perceptíveis no discurso dos primeiros cronistas estrangeiros, como Saint-Hilaire. O autor observava os gestos do sujeito caipira de modo comparativo à cultura do litoral assumindo uma perspectiva colonizadora e dominante:

(...) seu andar é pesado, e tem o ar simplório e acanhado. Pelos mesmos têm os habitantes da cidade pouquíssima consideração, designando-os pela alcunha injuriosa de *caipiras*, palavra derivada possivelmente do termo *curupira*, pelo qual os antigos habitantes do país designavam demônios malfazejos existentes nas florestas. (SAINT-HILAIRE, [s.d.], p. 189)

A ideia de sertão como o abrigo do desconhecido retorna a partir da descrição de Saint-Hilaire. O autor rememora um personagem folclórico que possui o pé às avessas, anda na mata, na contramão do progresso e do mundo estabelecido no

litoral. A insistência na diferença do homem esperado pelo modelo civilizatório em relação ao seu contrário é evidente. Espera-se um homem desenvolvido, expressivo, culto, moderno, por excelência. O homem pobre do campo é definido pelo oposto dessas expectativas.

O trabalho de Saint-Hilaire ganha força ao reconhecer o campo de modo detalhado, próximo à realidade, conforme almeja Lobato em 'Urupês'.

Parei, para passar a noite, em Rio das Pedras, espécie de aldeia formada por algumas casinhas, denotando todas elas extrema pobreza, e habitadas por diversos irmãos e *agregados*. O rancho em que me alojei estava em melhor estado do que essas cabanas; mas pareceu-me que não se davam ao trabalho de varrê-lo, porque os *bichos de pé* (*pulex penetrans*) nos devoravam.

Enquanto descrevia e examinava as plantas, aproximou-se um homem do rancho, permanecendo várias horas a olhar-me, sem proferir qualquer palavra. Desde Vila Boa até Rio das Pedras, tinha eu tido quiçá cem exemplos dessa estúpida indolência. Esses homens, embrutecidos pela ignorância, pela preguiça, pela falta de convivência com seus semelhantes, e, talvez, por excessos venéreos prematuros, não pensam: vegetam como as árvores, como as ervas dos campos. (SAINT-HILAIRE, [s.d.], p. 113)

A semelhança entre a descrição de Saint-Hilaire e o raciocínio de Monteiro Lobato ao se referir à população pobre do campo é notória. A inércia do homem encontrado pelo cronista do século XIX muito se assemelha com o caipira encoscorado revelado pelo autor de 'Urupês' muitos anos depois. Os traços de ignorância, preguiça e timidez ganharão no século XX novo fôlego nos artigos lobatianos de maior sucesso. O caipira do cronista colonial não vive, vegeta, tal qual o caipira comparado a um urupê de pau podre, alienado, em plena Primeira República. A população observada é descrita pelo oposto do homem que a descreve. O intelectual, detentor do conhecimento, representante do trabalho e da sociabilidade civilizatória encontra no pobre do campo uma figura degenerada.

A ideia de trabalho caminha com a ideia de produtividade, de progresso, atendendo certa noção de acumulação, o que não está na perspectiva do homem pobre do campo, retratado por Saint-Hilaire. O valor que se dá ao gesto de acumular está numa perspectiva modernizante de existência, na qual todos devem trabalhar, produzir e gerar resultados. O caipira de São Paulo está fora desta lógica por uma série de razões, contexto incompreensível para o intelectual, que se alegra ao encontrar um homem do campo que "produz":

“(…) Tal encontro, anunciativo do homem trabalhador, não poderia deixar de encantar o viajante, cujos olhos mantiveram-se entristecidos durante vários meses, pelo aspecto dos desertos, da indolência e da pobreza.” (SAINT-HILAIRE, [s.d.], p. 163).

A perspectiva do cronista é, portanto, alinhada à ideia de desenvolvimento, elemento pertencente à lógica modernizadora proveniente da Europa, que não se via em regiões de um Brasil compreendido como isolado, preguiçoso, empobrecido e arcaico.

Os registros de Saint-Hillaire são detalhados quanto à realidade do sujeito pobre do interior paulista de seu tempo. O relato sobre as mulheres, por meio da interlocução com mulheres ricas, vale notar, evidenciam certo elitismo em seu discurso. As mulheres pobres são alvo de observação, de certo mexerico dos mais abastados, o que demonstra uma lógica sádica da sociedade imperial e a marca de valores sociais e morais de uma época. Existe por parte do cronista certo lamento quanto às condições das mulheres pobres do campo, que são obrigadas a se prostituir num sertão que ganha vida à noite.

As mulheres ricas, informaram-me, trabalham em leves serviços no interior de suas casas – bordam, fazem flores, enquanto que um grande número de mulheres pobres permanecem em ociosidade durante o dia, e, quando a noite, espalham-se pela cidade, dedicando-se ao tráfico de seus encantos, como único recurso de subsistência. É incontestável que logo após o pôr do sol vêem-se nas ruas muito mais pessoas do que durante o dia; ficam as mesmas repletas de homens e de mulheres que andam à procura de aventuras. (...) Em nenhuma parte do mundo por mim percorrida vi tamanho número de prostitutas; eram de todas as cores; as calçadas ficavam, por assim dizer, cobertas de mulheres dessa baixa espécie. (SAINT-HILAIRE, [s.d.], p. 187)

Apesar das marcas do tempo e do caráter pessoal da descrição de Saint-Hillaire, existe em seu relato uma observação dos espaços que visita, quanto ao funcionamento social, o que agrega uma riqueza particular em sua obra. A presença da coletividade empobrecida em busca de aventuras noturnas retoma a simbologia que vinculava a população caipira a demônios, conforme exemplifica o cronista quando relaciona o termo caipira à expressão curupira, a vagar pela floresta. Este caráter fantasmagórico relembra o quanto o interior é um ambiente hostil e diverso do local ideal para o intelectual que o descreve.

Os caipiras ainda são definidos como grosseiros, assim, como os camponeses franceses, que, por sua vez, sociabilizam-se, cantando e rindo recorrentemente.

Segundo o autor, os camponeses brasileiros não se expressam, não socializam. Ficam tristes antes ou depois de alcoolizados. Novamente a comparação entre a expectativa do cronista e a realidade é exposta. Os homens da cidade correspondem as suas suposições, o campônio europeu também, mas o comportamento indolente do caipira incomoda sua compreensão de mundo.

(...) Têm toda a simplicidade e os modos grosseiros de nossos camponeses, mas não possuem, seja sua alegria, seja sua atividade. Se quinze camponeses de França se reúnem num domingo, cantam, riem, discutem, os de que trata apenas falam, não cantam, não riem e mantêm-se tão tristes depois de ter bebido *cachaça*, como o estavam antes da ingestão dessa bebida alcoólica. (SAINT-HILAIRE, [s.d.], p. 267-268)

De todo modo, a denúncia social do cronista é também marca de sua escrita que observa o estado de pobreza do interior paulista: “(...) não se podem ver senão verdadeiros camponeses: não possuem escravos e são eles próprios que plantam e colhem, vivendo, geralmente, em grande penúria. ” (SAINT-HILAIRE, [s.d.], p. 267). Outra preocupação do autor se concentra nas habitações dos caipiras. O intelectual não se comporta como um hóspede que reclama de suas acomodações. Sua descrição é de alguém que está em choque por compreender que existem pessoas vivendo de modo muito diverso ao que ele considera digno:

Os casebres que se viam esparsos nos campos constituíam uma prova flagrante da pobreza da região, tal a pequenez e a falta de conforto dos mesmos, demonstrando, mais do que mera pobreza, uma aflitiva indignação. (SAINT-HILAIRE, [s.d.], p. 281)

Ao visitar uma região específica, o caipira de Saint-Hilaire ganha contornos de miserabilidade. O cronista francês denuncia a subnutrição e a pobreza, vinculando essas condições físicas à ideia de preguiça, de vadiagem, de ausência de trabalho de um modo geral.

(...) pela lividez da pele e pela magreza extrema demonstravam servir-se de alimentação pouco substancial ou insuficiente; muitos dentre eles eram desfigurados por enorme papo. As mulheres tinham os cabelos despenteados e o rosto e o peito cobertos de sujeira; as crianças pareciam enfermas e eram tristes e apáticas; os homens eram abobados e estúpidos. Parece que esses infelizes tinham muita preguiça para o trabalho, só cultivando o estritamente necessário à satisfação das próprias necessidades, e a seca do ano anterior levou ao cúmulo a sua miséria. Quase por toda parte me pediam esmola; desde que me encontrava no Brasil não presenciara em parte alguma tamanha pobreza. (SAINT-HILAIRE, [s.d.], p. 288)

Na obra *Os caipiras de São Paulo*, Brandão argumenta que o sujeito pobre da região foi visto e pensado pela “gente letrada e urbana”. O caipira foi caracterizado pelo que não possuía, constituindo assim, a “face negada do homem burguês”, por caricaturas feitas de longe. As diferenças entre sujeitos do campo e da cidade são vistas pelos intelectuais como uma série de defeitos, opostos as supostas qualidades do homem urbano. “(...) Se o seu lugar de vida é o contrário do da cidade e o seu trabalho é invisível, por ser o oposto ao “da cidade”, o seu modo de ser e a cultura são o oposto do que a cidade considera “civilização”, “civilizado”. (...)” (BRANDÃO, 1983, p. 12). Compreendemos que a visão de Saint-Hilaire sobre os caipiras corrobora com as afirmações de Brandão.

Oliveira Viana foi um importante sociólogo brasileiro, que escreveu a clássica obra *Populações meridionais do Brasil*. Nessa obra o autor delimita a sociedade brasileira do período colonial. O autor divide a população nacional em três tipos, conforme sua região de habitação: o gaúcho, ligado ao extremo sul do país, o sertanejo, o homem do norte, e o matuto, o sujeito do centro-sul. Os modelos propostos pelo autor questionam uma compreensão histórica que entende o ambiente rural como espaço distante e isolado. Para Oliveira Viana a economia colonial se estabeleceu a partir da expansão dos grandes latifúndios e do desenvolvimento proporcionado pelos grandes proprietários, protagonistas da sociedade.

O fator que nos interessa, porém, são as maneiras como o autor percebe os pobres em seu tratado, uma vez que seu olhar se constitui a partir dos potentados rurais. Os agregados, para ele, comporiam a margem da organização social da colônia.

O grande domínio açucareiro ou pastoril extrema as duas classes coloniais: o patriciado dos “homens bons” e a plebe dos emigrados, dos aventureiros e dos mestiços livres, tumultuantes no vasto remoinho colonial. Ele é que classifica os homens. Ele é que os desclassifica. (...) (VIANA, 2005, p. 117)

Para Oliveira Viana o processo produtivo determina o local social ocupado pelos sujeitos. As pessoas que alcançam o domínio do meio produtivo, tornando-se um grande latifundiário adquiriam papel de destaque no processo econômico e na sociedade colonial, os que fracassam nesta busca estariam destinados à margem do

processo, definidos como desclassificados: “(...) nesse grupo indefinido da plebe, entre a escravaria e a mestiçagem. (...)” (VIANA, 2005, p. 118).

O autor rememora ainda que a origem do agregado é o colono peninsular livre, que tentou trabalhar nas atividades agrícolas e não conseguiu, devido a presença do regime de escravidão. Não havendo espaço para ele, dada a onipotência da economia fazendeira. Ele se torna um indivíduo inútil. Para além disso, o caráter escravista das atividades rebaixaria esse sujeito, o que lhe causa certa resignação em servir. (VIANA, 2005, p. 126). A ordem social embasada em espaços bastante definidos, entre o latifúndio e a escravidão, possibilitou poucos postos de trabalho e de ações aos pobres de modo geral. Fator que ocasionou essa gama de desclassificados, primeiramente por meio da figura do colono português, condição que não demora a atingir outros grupos étnicos.

Logo depois das primeiras fundações vicentistas, essa plebe rural entra a receber contingentes estranhos, vindos de origem completamente diversa. São o transbordo das senzalas repletas, as récovas da escravaria, o sobejo da mestiçagem das fazendas. São os mamelucos. São os cafuzos. São os mulatos alforriados. Egressos do trabalho rural, esses mestiços repululantes fogem da servidão dos engenhos para a vida livre de colonato. (VIANA, 2005, p. 127)

Para Oliveira Viana a plebe rural está fora da ordem produtiva, isolados em sua ausência de recursos para produzir, condenados à condição de dependentes dos grandes latifundiários. Lembram de modo contumaz a descrição das primeiras impressões lobatianas sobre o Jeca Tatu, que vegeta, que age como um parasita em terras alheias, que colhe o que está ao alcance da mão.

São uma sorte de colonos livres. (...) Esses agregados são moradores, ou foreiros. Habitam fora do perímetro das senzalas, em pequenos lotes aforados, em toscas choupanas, circundantes ao casario senhorial, que, do alto da sua colina, os centraliza e domina. Da terra fértil extraem, quase sem nenhum trabalho, o bastante em caça, frutos e cereais para viverem vida frugal e indolente. Representam o tipo do pequeno produtor consumidor, vegetando ao lado do grande produtor fazendeiro. (VIANA, 2005, p. 125-126)

Segundo o autor, os mestiços possuíam certa resistência ao trabalho no meio rural, pois se tratava de uma das principais tarefas do negro escravizado. As equiparações às populações cativas repeliam o colono livre, o agregado, o mestiço, parte da plebe rural. Trabalhar nas mesmas atividades que os negros, nos engenhos

ou nos eitos era se rebaixar socialmente. Oliveira Viana relata que essa população tentava o movimento contrário.

Essa classificação, porém, é provisória ou, melhor, ilusória. O mestiço, na sociedade colonial, é um desclassificado permanente. O branco superior, da alta classe, o repele. Como, por seu turno, ele foge das classes inferiores, a sua situação social é indefinida. Ele vive continuamente numa sorte de equilíbrio instável, sob a pressão constante de forças contraditórias. (VIANA, 2005, p. 129)

O autor também resgata as atividades de defesa do latifúndio, exercidas pela população rural pobre e desclassificada. Oliveira Viana atenta para o fato de que essa demanda existia a partir dos potentados rurais, uma vez que a sociedade colonial possuía uma imensa quantidade de indivíduos desocupados. Esses sujeitos aceitariam postos destinados à defesa dos limites da propriedade, em troca de uma pequena quantidade de terra.

(...) O vadio das estradas, o caçador bandoleiro, o rixento, o brigão, o valente dos engenhos é agora o seu guarda, o seu infante, o seu soldado. Sob a garantia da sua bravura, o labor agrícola se opera tranquilo e fecundo, construindo a riqueza e dando à aristocracia colonial a base do seu poder. (VIANA, 2005, p. 132)

Oliveira Viana destaca ainda o quantitativo de desocupados, ociosos e vadios em relação aos pobres trabalhadores, cenário que reforça a necessidade de formar clãs de proteção dada a quantidade de sujeitos perigosos no meio rural colonial. Para o autor a plebe rural, o agregado, são inferiores, desclassificados, vadios. Os senhores são sujeitos sérios e se preocupam com certa respeitabilidade, prática adotada pelos fazendeiros, sujeitos nobres e repletos de qualidades, o oposto da plebe rural.

Caio Prado Junior, sociólogo, historiador brasileiro, estudioso marxista, autor do clássico *Formação do Brasil contemporâneo*, apresenta um recorte geográfico mais amplo. O autor considera em suas observações o contexto nacional no período colonial. Ao analisar as classes sociais do Brasil à época, o autor compreende a população pobre como uma massa de desclassificados. Seu raciocínio destaca a presença de um grupo, também nomeado de vadios. Seus argumentos se originam por meio da compreensão da organização social brasileira a partir de uma lógica

escravocrata: de um lado proprietários, coronéis, donos de terra, senhores de engenho; de outro os escravos, explorados para o proveito dos primeiros:

Em suma, o que se verifica é que os meios de vida, para os destituídos de recursos materiais, são na colônia escassos. Abre-se assim um vácuo imenso entre os extremos da escala social: os senhores e os escravos; a pequena minoria dos primeiros e a multidão dos últimos. Aqueles dois grupos são os dos bem classificados da hierarquia e na estrutura social da colônia: os primeiros são os dirigentes da colonização nos seus vários setores; os outros a massa trabalhadora. (...) (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 298-299)

Segundo Caio Prado Junior, existiu uma grande massa, que se acumulou no território nacional. Essa população não se encaixava na estrutura rígida da sociedade brasileira. Formada pela maioria de pessoas pobres, esse grupo foi excluído da organização social, não se adequando às possibilidades de ocupações da colônia. Destinados à ociosidade, ou a algumas atividades específicas, uma vez que as tarefas disponíveis para os homens livres eram restritas:

(...) Entre estas duas categorias nitidamente definidas e entrosadas na obra da colonização comprime-se o número, que vai avultando com o tempo, dos desclassificados, dos inúteis e inadaptados; indivíduos de ocupações mais ou menos incertas e aleatórias ou sem ocupação alguma. (...) (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 299)

O autor distingue essa grande massa em grupos, identificando quem seriam os desclassificados da colônia: negros e mulatos libertos ou fugitivos do senhor, índios. Desajustados sociais, fora de sua tribo nativa, com dificuldades de adaptação a outro modo de vida; mestiços e brancos que não podiam contar com a estabilidade da colônia; agregados aos senhores, dependentes de sua fortuna. Além da população desocupada, essa, vista como a mais danosa para a sociedade de então.

Finalmente, a última parte, a mais degradada, incômoda e nociva, é a dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente pelo crime. É a casta numerosa dos “vadios”, que nas cidades e no campo é tão numerosa, e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades e o *leitmotiv* de seus relatórios; e não se ocupam menos dela outros observadores contemporâneos da vida colonial. (...) (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 300-301)

A partir dos chamados vadios se “(...) recrutam os bandos turbulentos que infestam os sertões (...)” (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 301), segmento que na cidade se torna ainda mais perigoso, conhecido como capoeiras.

É possível notar por meio do discurso do autor os valores negativos que caracterizam os homens pobres e livres do meio rural retratado por ele: definidos como vadios, criminosos, degradados, inúteis para o trabalho, perigosos, desajustados em relação à ordem social vigente.

Guardados os diferentes objetivos das obras e as contribuições que cada uma delas traz em seu contexto de produção, acreditamos que a posição social dos autores é um dos motivos das caracterizações negativas sobre as populações pobres do campo retratadas nos diferentes exemplos. Caipira e intelectual estão a princípio em lugares sociais opostos. O sujeito que se propõem a perceber o outro e registrar seus costumes possui experiência diversa da matéria a ser narrada. O observador e perpetuador da cultura geralmente vem de fora, do local de desenvolvimento, do poder, do lugar onde se centraliza a riqueza e o conhecimento. Oriundo da metrópole ou do litoral, nos tempos coloniais ou no império, intelectuais replicam em sua prática, na maioria das vezes, o discurso dominante, impondo seu modo de ver e de viver durante os séculos, por meio de um conjunto de valores que se manifestam no ideal de constituir-se um sujeito civilizado. Mesmo no início do século XX, o caipira é o seu contrário, descrito como um sujeito livre, que viveu de pequenos e diferentes afazeres, não possuindo vínculo com o local. Nômade, não se liga à propriedade, tampouco se relaciona a partir dos códigos sociais vigentes. Sua vida era simples. Seu conhecimento vinha das diferentes culturas que recebeu ao longo do tempo: indígenas, negros e portugueses. Não aderiu aos principais sistemas organizados de trabalho, o que motivou uma série de julgamento a seu respeito.

Uma visão baseada em uma sociedade latifundiária e escravocrata resgatada, principalmente, por intermédio das perspectivas de Oliveira Viana e Caio Prado Júnior ganha certa atualização na obra de Lúcio Kowarick intitulada *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. Uma das preocupações do autor é demonstrar como os trabalhadores livres foram vistos por meio de uma imagem pejorativa, constituída pelos senhores, tendo em vista o parâmetro do trabalho no país, que por muito tempo se espelhou no modelo escravocrata.

Uma das únicas opções da gente pobre seria se submeter à lavoura, admitindo a condição de mão de obra a ser explorada pelos donos do poder. Kowarick defende que a constituição de um sistema produtivo organizado no Brasil levou muito tempo e foi baseado em práticas de disciplina e autoridade, pautado em estratégias de opressão e truculência. Nessas circunstâncias, o trabalho do homem pobre e livre possuía a comparação imediata às circunstâncias dispostas aos escravos: extensas jornadas de trabalho, controle e autoridade impostos pelos senhores, por meio de práticas cotidianas de coerção e violência, o que gerava resistência.

Fora dessa organização social estavam os indivíduos compreendidos como desclassificados a partir da divisão social estabelecida por Caio Prado Júnior e Oliveira Viana. Para esses autores a lacuna entre senhores e escravos significou um espaço destinado a uma massa de pobres que possuíam em comum a inaptidão para o trabalho organizado. Referidos como vadios, que vagariam pelo sertão e cidades brasileiras. As atividades desses grupos seriam marcadas pela degradação, e vistas como piores que as tarefas exercidas pelos escravizados. Segundo Kowarick os pobres e livres foram historicamente destinados a funções secundárias e acessórias no sistema produtivo brasileiro.

Havia algumas aberturas para a população livre, como as de tropeiro, carreiro ou vendeiro. Quando diretamente vinculados à propriedade escravocrata, alguns poucos exerciam as atividades de vigilância e captura ou algumas funções mais especializadas no processo de organização da produção. Quando se situavam na esfera de domínio da fazenda, permaneciam em total dependência, e, tão logo os interesses dos senhores o exigissem, agregados ou camaradas, posseiros ou sitiantes eram expulsos ou expropriados dos locais onde marginalmente desenvolviam uma cultura de subsistência. (KOWARICK, 2019, p. 37)

Segundo o autor, os livres e pobres não exerciam suas atividades de modo estável, dependiam do desejo e demandas dos proprietários, podendo recorrentemente ser expulsos de suas paragens e retirados de suas tarefas, conforme escapavam do parâmetro de disciplina exigido pelos senhores.

A violência é vista como elemento constitutivo das relações de dominação da fazenda, compondo também o modo de vida do homem pobre livre, aliada à ideia de honra.

(...) Destituído de sentido econômico e social, o homem livre praticava a violência como forma de virtude. A bravura, ousadia ou destemor, a violência,

enfim, respondia a um código de moralidade que reafirmava os despojados e destituídos enquanto seres que podiam fruir de uma liberdade que não tinha razão de ser: a honra não se transformava em rebeldia, nem a violência se metamorfoseava em revolta. Era, antes, uma violência – ela também, como a liberdade – destituída de razão de ser, expressão de uma forma de orgulho praticada por aqueles que se percebiam como iguais. Mas a igualdade significava submissão ao domínio senhorial e, ela também, como liberdade e a violência, era desprovida de sentido, pois não servia para a construção de um destino distinto da ordem senhorial-escravocrata. (KOWARICK, 2019, p. 39)

Segundo o autor, os pobres e livres foram recorrentemente utilizados para serviço de defesa, a partir da composição de bandos ligados à lógica de imposição e controle, demandada e desejada pelos senhores. Essas tarefas excluíam ainda mais os trabalhadores nacionais das atividades estáveis dentro da lógica produtiva, colocando os ditos desclassificados à margem desse processo. “(...) esse crescente volume de indivíduos, no percorrer dos séculos, foi reproduzido como uma massa imprestável para o trabalho, tida e havida pelos potentados como indolente e vadia.” (KOWARICK, 2019, p, 40).

Os pobres e livres formaram, portanto, uma terceira classe, aquela que sobra da estrutura social consolidada. Preteridos pelos proprietários, portadores de uma postura que desafiava os fazendeiros. Apresentados como inaptos para o trabalho, essa população foi encarada, historicamente, como braços reservas na organização produtiva brasileira. Sua inserção no trabalho organizado foi adiada pela onipresença da escravidão, que retroalimentou a dinâmica econômica, gerando lucro e poder para o patronato no contexto paulista. Após o fim da escravidão, os cativos não poderiam ser substituídos pelos pobres e livres de imediato, uma vez que esses não tinham participado historicamente do processo produtivo, principalmente em São Paulo.

Existiu, portanto, uma espécie de antipatia recíproca entre o senhor e o trabalhador nacional do campo. Do mesmo modo que os fazendeiros resistiam a tal segmento, os pobres e livres não gostavam da ideia de disciplina e regularidade, numa lógica associada à escravidão. Esse fator afastava os nacionais das atividades regulares. Desse modo, o encontro entre os proprietários e os pobres no meio rural foi protelado. A ideia de fuga do trabalho organizado balizou a visão dos senhores que historicamente compreenderam a população pobre por meio da ideia de vadiagem:

Marginalizados desde os tempos coloniais, os livres e libertos tendem a não passar pela “escola do trabalho”, sendo frequentemente transformados em itinerantes que vagueiam pelos campos e cidades, vistos pelos senhores

como a encarnação de uma corja inútil que prefere a vagabundagem, o vício ou o crime à disciplina do trabalho. (...) (KOWARICK, 2019, p. 53)

Com a consolidação da Abolição da Escravatura e a chegada do novo regime político os fazendeiros precisaram da substituição dos trabalhadores escravizados por outro grupo social que aceitasse a ganhar pouco e que se sujeitasse a disciplina do trabalho. Os nacionais, ainda vistos como vadios, preguiçosos, indisciplinados, incapazes para o trabalho, ficam novamente à margem desse processo. A importação de braços estrangeiros pareceu mais vantajosa e lucrativa para os proprietários, que, a partir de políticas específicas, conseguiram vincular o imigrante pobre advindo da Europa, à terra e ao regime já conhecido, aproximando a condição do recém-chegado a do escravizado.

De todo modo, a partir da Abolição, a inserção dos livres e pobres se deu aos poucos e de maneira secundária, nas regiões cafeeiras decadentes. A produção mais dinâmica, do Oeste Paulista, ficou disposta aos estrangeiros. Os elementos nacionais novamente são deixados de lado. Tal população somada aos libertos formou um grupo populacional excluído do trabalho organizado até 1930, o que explicaria a condição de pobreza de populações descritas como caipira, mestiças, mamelucos, cafusos e ex-escravos no contexto do campo e da cidade durante o período da Primeira República.

A massa imigrante advinda da Europa, os libertos, ou fugidos das fazendas e os livres nacionais formam no início da Primeira República o cenário da pobreza brasileira.

(...) Em cerca de um terço das fazendas paulistas, nos estertores de 1888, a mão de obra era formada predominantemente de ex-cativos que haviam fugido de seus antigos proprietários. Havia também o contingente da mão de obra livre, historicamente avolumado nos interstícios da economia mercantil. Crescente parcela desse contingente passou também a se mostrar disponível para o processo de acumulação. Na medida em que o trabalho livre se universaliza e a agricultura comercial avança, novos componentes de trabalhadores nacionais são passíveis de ser submetidos pelo processo de expansão do capital. (KOWARICK, 2019, p. 98)

Os nacionais ficaram novamente a margem do processo produtivo, dessa vez num contexto pautado pela industrialização, acompanhados agora dos pobres negros e mulatos, população que "(...) ficaria realizando tarefas as mais desprezadas e, no mais das vezes, mais mal remuneradas. Mais ainda: particularmente sobre eles

continuava a desabar a pecha de imprestáveis para o trabalho”. (KOWARICK, 2019, p. 109-111)

Kowarick argumenta que as circunstâncias miseráveis nas quais historicamente estiveram os indivíduos pobres e livres do campo e, depois, da cidade, refletem diretamente nas condições produtivas que lhe foram negadas historicamente.

(...) Daí a vida errante, utilizando-se dos recursos naturais da terra, da caça e pesca, das pequenas plantações que rodeavam choupanas rudimentares, logo abandonadas, quando os senhores englobavam essas áreas de economia de subsistência às suas propriedades, expulsando-os para zonas mais longínquas. Daí a mendicância e indigência de um povo de várias origens e matizes, ferrado pela desclassificação social produzida por uma sociedade cuja riqueza e poder se estruturava no trabalho cativo. (KOWARICK, 2019, p. 114)

A denominação de vadios atribuída recorrentemente sobre os livres e pobres no contexto rural e sobre os libertos, mulatos e negros, no contexto urbano, possuiria, portanto, origem ideológica nos discursos dos proprietários de terra, aliada à descrição civilizada que o observou ao longo do tempo.

Kowarick, inclusive, cita uma reportagem divulgada em *A Província de São Paulo* em 08 de abril de 1888, onde a caracterização dos livres e libertos são constituídas por meio de atribuições negativas. Tais observações realizadas pela imprensa paulista às portas da abolição retratam certa tendência dos textos apresentados até aqui. O que marginaliza os pobres é o estigma de sua caracterização, que os acompanha, mesmo depois de um determinado desenvolvimento industrial:

(...) A questão central reside na secular descrença que sempre pairou sobre o segmento nacional, que continuou sendo considerado inapto e indisciplinado para o trabalho, na medida em que a indústria paulista contou com vasta oferta de braços estrangeiros. (...) (KOWARICK, 2019, p. 121)

No contexto do desenvolvimento urbano paulista, coube a esse trabalhador as atividades menos desejadas, como o emprego doméstico e a atividade de tarefeiros, serviços pesados, mal definidos ou não classificados, o que deixava essa população, em conjunto daqueles que deixaram a condição de escravizados, marginalizada novamente.

Até 1914 nos campos, os grandes fazendeiros sustentaram um fluxo contínuo de entrada de imigrantes, o que resultou na pauperização do trabalho e em sua

lucratividade. Com a Primeira Grande Guerra, no entanto, tal tendência diminuiu, alterando os discursos negativos sobre os pobres. No âmbito ideológico, inicia-se o apontamento da relevância dos trabalhadores nacionais, alterando seu *status*, perante à elite brasileira.

A propalada vadiagem dos nacionais passou a se mostrar inconsequente quando o sistema imigratório começou a diminuir, a partir de 1914. O problema de fornecimento de imigrantes para o café foi bastante agravado com a eclosão da Primeira Grande Guerra. Além das crônicas drenagens de braços para a agricultura – êxodo das fazendas, vinda direta para as cidades –, a conflagração mundial levou à acentuada queda na vinda de estrangeiros, representando, entre 1915 e 1919, apenas 23% do contingente entrado no quinquênio anterior. (KOWARICK, 2019, p. 124)

Tais circunstâncias levaram a necessidade de incorporação da mão de obra historicamente utilizada como reserva, de modo secundário ou acessório. Essa demanda ajustou os discursos a respeito dos pobres, percebendo-os como vítimas da situação social na qual se encontravam durante muito tempo. Um exemplo desse movimento são os textos de Lobato em *Problema Vital*, que passou a perceber o Jeca Tatu por outro prisma.

De todo modo, no estudo de Kowarick, a mudança de rumo discursivo em torno do pobre e livre revela uma certa urgência, para que a partir da valorização do segmento nacional, o desenvolvimento do país se estabeleça.

(...) estava sendo minada a secular percepção segundo a qual os nacionais eram vadios, corja inútil imprestável para o trabalho disciplinado. (...) Sua desambição passa a ser encarada com parcimônia de alguém que se contenta com pouco, não busca lucro fácil e, sobretudo, não reivindica; a inconstância traduz-se enquanto versatilidade e aptidão para aprender novas tarefas, e o espírito de indisciplina metamorfoseia-se em brio e dignidade. O antigo andarilho serve para ir aonde dele se necessitar, o gosto por aventuras e brigas transforma-se em destemor, coragem para realizar serviços arriscados, e a desconfiança é atributo para rejeitar ideias espúrias, tão em voga nessa época, em que se produz a conversão do elemento nacional, cuja indolência não advém da preguiça ou vadiagem, mas da falta de oportunidade para trabalhar, enquanto seus vícios passam a ser encarados como provenientes da miséria, na qual, por séculos, esteve atolado e da qual é preciso retirá-lo. (KOWARICK, 2019, p. 127-128)

A simplificação da postura dos pobres, que ignorava dimensões sociais de sua vida, são estabelecidas, segundo Kowarick, pelo interesse da mesma elite que afundou de maneira secular essa população na miséria. A partir do interesse no desenvolvimento econômico, a pecha de vadios dos livres e pobres foi,

gradativamente, retirada. As percepções a respeito de sua existência passaram a ser constituídas por meio de uma compreensão que parou de acusar os marginalizados e passou a vitimizá-los, alçando-os, em alguns casos, a uma espécie de herói em prol a produtividade exigida pelo progresso. Devido, portanto, a uma necessidade econômica, o olhar sobre os pobres de modo geral e, especificamente sobre os pobres do campo, ganha outras possibilidades.

Os parceiros do Rio Bonito é uma obra clássica que resgata o modo de viver e se organizar do sujeito caipira. Nesse estudo, Antonio Candido (2017) observa detalhadamente algumas famílias oriundas de uma determinada região paulista, descrevendo uma série de pormenores a partir do sistema de parcerias, num tratado minucioso de grupos específicos. O autor deixa claro que observa uma cultura tradicional do homem do campo, justificando o termo caipira em detrimento ao termo caboclo, pois essa expressão se referiria à raça, enquanto caipira retomaria um modo de ser, um tipo de vida.

Ao observar um contexto particular, Candido mostra a importância da lógica vicinal e o sistema de produção por parceria no qual se insere os caipiras. O autor valoriza assim episódios de mutirão, detalhando questões como a economia, a alimentação, o povoamento, as formas de solidariedade, a cultura, o trabalho, a dieta, consolidando um estudo atento ao modo de viver desta população.

Candido afirma que as soluções produtivas dos caipiras foram elaboradas, considerando certo “equilíbrio ecológico e social” de suas vidas. O modelo servia para que essa população conseguisse viver, mantendo a lógica produtiva e de sociabilidade de seu grupo por muito tempo, o que caracterizaria o atraso constatado por Saint-Hillaire, criando “(...) tantos estereótipos, fixados sinteticamente de maneira injusta, brilhante e caricatural, já no século XX, no Jeca Tatu de Monteiro Lobato” (CANDIDO, 2017, p. 96).

Antonio Candido por intermédio da crítica constituída reconhece que o mundo do caipira é diverso do mundo e da lógica cultural e social do progresso e que tal intervenção na vida do caipira seria seu fim.

(...) A cultura do caipira, como a do primitivo não foi feita para o progresso: a sua mudança é o seu fim, porque está baseada em tipos tão precários de ajustamento ecológico e social, que a alteração desse provoca a derrocada das formas de cultura por eles condicionada. Daí o fato de encontrarmos nela uma continuidade impressionante, uma sobrevivência das formas essenciais,

sob transformações de superfície, que não atingem o cerne senão quando a árvore já foi derrubada – e o caipira deixou de o ser. (CANDIDO, 2017, p. 97)

Mudar o caipira é destruí-lo, adaptá-lo aos valores civilizados a partir de uma lógica de desenvolvimento, alterando sua maneira de viver, é apagar um modo de vida tradicional.

Candido resgata a trajetória histórica exposta por Kowarick de modo mais breve, valorizando o caráter de resistência da cultura tradicional caipira. Concorde com Kowarick quanto a constante marginalização do caipira no processo produtivo, fator que para o autor é visto como indício de resistência. Candido ratifica a ideia de que as condições do trabalho escravo foi elemento balizador para o trabalho livre e funcionou como mecanismo de comparação e rejeição por parte dessa população.

No latifúndio produtivo, assim formando, o trabalho escravo criou condições dificilmente aceitáveis para o homem livre, que refugou também, posteriormente, a dependência social do colonato; não se tendo preparado a sua incorporação a este, agia sempre como fator negativo a comparação com o cativo. Em consequência, a cultura tradicional sofreria impactos sérios, tendentes a marginalizá-la, isto é, torna-la um sistema de vida dos que não eram incorporados às formas mais desenvolvidas de produção. De seu lado, ela apresentou faculdade apreciável de resistência, enquistando-se em vários casos, quando as condições permitiram conservar o caráter autárquico. (CANDIDO, 2017, p. 95)

Candido encara a fama de vadios da população caipira, assumida por Kowarick. Para o autor de *Os parceiros do Rio Bonito*, a inadaptação para o trabalho degradante das lavouras do café é um traço cultural, que reforça a relação de descendência entre o caipira e o índio. Os trabalhadores caipiras teriam certa autonomia e liberdade que não cabiam na lógica organizada do trabalho, praticado na grande lavoura. Dessa forma o pobre livre do campo fugia do controle, desviava da lógica de exploração pelo outro, até ser aceito no contexto do trabalho organizado no início do século XX.

(...) Como já se tinha visto no seu antepassado índio verificou-se nele certa incapacidade de adaptação as formas mais produtivas e exaustivas de trabalho, no latifúndio da cana e do café. Esse caçador subnutrido, senhor do seu destino graças a independência precária da miséria, refugou o enquadramento do salário e do patrão, como eles lhe foram apresentados, em moldes traçados para o trabalho servil. O escravo e o colono europeu foram chamados sucessivamente a desempenhar o papel que ele não pôde, não soube ou não quis encarnar. (...) (CANDIDO, 2017, p. 95)

Antonio Candido afirma ainda que a cultura caipira se baseia economicamente e socialmente em “soluções mínimas”. Ou seja, não existia necessidade de produzir para manutenção de excedentes, conforme preconiza a lógica da grande produção. A produção caipira não visava lucro ou desenvolvimento, apenas manutenção do mesmo sistema, “apenas suficientes para manter a vida dos indivíduos e a coesão dos bairros” (CANDIDO, 2017, p. 93).

Para o autor a cultura caipira se caracteriza pelo caráter fechado de produção e da socialização vicinal, que se organiza por meio de relações e de organização prática da vida, de caráter repetitivo. Candido cita ainda as dificuldades constantes para regularizações das terras e do trato nem sempre amistoso com os grandes produtores.

O caipira típico foi o que formou essa camada inferior de cultivadores fechados em sua vida cultural, embora muitas vezes à mercê dos bruscos deslocamentos devido à posse irregular da terra, dependendo bel-prazer dos latifundiários para seguir sua faina. (...) (CANDIDO, 2017, p. 95)

O autor deixa claro que a existência do caipira tem lógica própria. Desse modo sua vida, ao que diz respeito aos aspectos produtivo, cultural e social funcionam a partir do caráter autônomo do âmbito vicinal. A cultura caipira não estabelece valores oriundos da civilização como a propriedade ou o progresso. Sua realidade é viver e produzir num contexto de instabilidade e recomeço constante. O elemento nacional foi aceito muito tardiamente ao contexto de trabalho regular.

(...) E, quando não se fez cidadão, foi progressivamente marginalizado, sem renunciar aos fundamentos da sua vida econômica e social. Expulso da sua posse, nunca legalizada; despojado da sua propriedade, cujos títulos não existiam, por grileiros e capangas - persistia como agregado, ou buscava sertão novo, onde tudo recomeçava. Apenas recentemente se tornou apreciável a sua incorporação à vida das cidades, sobretudo como operário. (CANDIDO, 2017, p. 96-97)

O olhar de Brandão para o caipira é marcado por uma perspectiva ainda mais distante da visão que tratou essa população por meio da pecha de vadiagem. O autor percebe os sujeitos do campo por meio de sua capacidade produtiva. O que interessa para Brandão é marcar outro paradigma e compreender os sujeitos pobres do interior de São Paulo a partir de sua relação com a terra. Desse modo, o autor ratifica o caráter

de exclusão dessa população, reconhecendo a irregularidade de suas terras. Motivo de frequente expropriação de lugares recém conquistadas pelos donos do poder.

A visão de Brandão sobre o caipira é bastante diferente das visões anteriormente apresentadas. A ideia do autor é compreender a população a partir do seu modo de viver e de ser, o que gera outro entendimento sobre sua existência.

O que inicialmente caracteriza o lavrador caipira é ele ser produtor errante. Na verdade, ele é um lavrador obrigado a ser errante, porque vive de ser empurrado de um sertão que conquistou a um outro que vai conquistar, até ser outra vez expulso. Se uma parte de sua vida nômade deriva de como ele se relaciona com a natureza, a outra — possivelmente a mais importante — deriva de como ele se relaciona com os senhores rurais através do trabalho e de tratos sobre questões de posse e uso da terra. (BRANDÃO, 1983, p. 34)

Brandão (1983) admite que os caipiras trabalharam ao lado de colonos italianos nas fazendas paulistas da região de Itapira, antes mesmos da Abolição. Diante da lucratividade do plantio de mercado frente à cultura tradicional do café e da cana, essa população foi expulsa. Caracterizada dessa vez como agregados, colonos e camaradas. Voltariam à região como camaradas, depois da decadência do café e como trabalhadores volantes na década de 1980.

O autor afirma ainda que existe um caráter bastante contraditório no fato do caipira ser tratado como um sujeito que não produz, pois é justamente a partir do trabalho que ele aciona outras dimensões importantes de sua vida. A relação com a natureza, com as outras pessoas: familiares, parentes, amigos, vizinhos, companheiros de trabalho, com os sujeitos que lhe representam alguma autoridade, como os fazendeiros e os homens da cidade, ou ainda, considerando suas relações com o sagrado, a partir de uma lógica familiar ou comunitária. Ou seja, o trabalho passa pelos importantes elos do caipira com o mundo.

Justamente a face negada do lavrador caipira é a do trabalho agrícola que, a cada ano, rege a sua vida dentro de ciclos intermináveis de plantar, tratar, colher, comer. Ciclos que criam o ritmo que move todas as outras faces reais ou imaginadas do seu mundo. A rotina do trabalho recorta as outras da vida pessoal, familiar ou comunitária e domina o arranjo. (BRANDÃO, 1983, p. 49)

Brandão expõe o caráter complexo do fazer caipira, explicando a divisão sexual do trabalho em sua família, apontada também por Antonio Candido em *Os parceiros do Rio Bonito*. Primeiramente é necessário frisar que a família caipira é uma unidade

de produção. A partir daí as atividades seriam divididas, ligadas ao papel dos membros da família, que ocupariam posição de poder e função diversa.

O autor lista algumas ideias que constituem a cultura caipira, além do trabalho. O autor afirma que a constante disputa e expropriação de terras vividas pelos caipiras faziam com que o conflito por espaços de plantio fosse sangrento. Contudo, a luta pela terra não diminuiu as qualidades de seu espírito como a solidariedade e a honra, mesmo que essas tivessem que conviver com episódios inevitáveis de violência.

Códigos extremamente criativos de relações baseadas no trabalho, no respeito mútuo, nos valores da fé religiosa do catolicismo camponês, na honra e na solidariedade. A violência e o controle social da violência não destroem os valores de honra e solidariedade que são a condição da identidade e da existência do camponês. Acabam sendo parte da vida e, por isso invadem o cotidiano de trabalho, os dias de festa, as modas de viola, os rituais devotos dos mundos do sertão. Atravessam os domínios da vida de uma gente que afinal precisou aprender lições de ataque e defesa para sobreviver física, social e simbolicamente: a bravura, o desafio permanente, a honra macha que “se lava com sangue”, o aparente “pouco valor” à sua vida e à dos outros. Este é o caminho pelo qual, no que faz, fala e canta, a gente caipira de São Paulo misturou a coragem pessoal à mansidão, de tal sorte que no miolo da imagem que a cultura caipira faz de si própria, a sua pessoa oscila sem custo entre uma hospitalidade humilde, de portas abertas, e repentinos de bravura e atos de violência. (BRANDÃO, 1983, p. 46-47)

A religiosidade regida por certa característica sincrética é outro ponto relevante da cultura caipira. Um imaginário repleto de costumes e credences que conduzem certo pensamento mágico sobre as coisas terrenas. É constante a justificativa de que determinado tipo de ação “não presta”, recheando os costumes de elementos particulares, que junto com a devoção católica ampliam o repertório de prática religiosa, conforme já registrava Saint-Hilaire em suas pesquisas.

Como já tive ocasião de referir, a maior parte dos habitantes pobres do interior do Brasil trazem ao pescoço não somente um rosário, mas também vários amuletos. Pelo temor de parecer ignorante ou indiscreto, muito raramente perguntei para que serviam estes últimos; mas, enquanto estive em Batatais, um homem, que trazia um comprido dente suspenso ao pescoço, declarou-me ser um dente de lobo, e que nada servia de melhor preservativo contra o mau olhar. (SAINT-HILAIRE, [s.d.], p. 129)

O homem mais velho, em idade produtiva, pai e marido, funcionava como chefe da família e da produção. É responsabilidade dele, principalmente, os negócios a serem realizados para além de sua casa. Ou seja, o trabalho na roça e a venda da produção nas vilas ou cidades. É ele que se locomove diariamente para a lavoura e

negocia a colheita. É o homem caipira também que inicia os mais jovens que assumirão o seu papel assim que a força lhe faltar, numa lógica de vida onde viver é trabalhar.

A mulher trabalha na lavoura em demandas urgentes. Sua preocupação constante é dar exemplo para as meninas que crescem na unidade de produção caipira. É responsável pelas tarefas de casa, pela cozinha, pelo cuidado dos pequenos e para garantir o descanso do marido e dos filhos que, desde muito cedo, acompanham-no no serviço pesado.

Um ponto importante da argumentação sobre o trabalho caipira é o quanto a sua unidade produtiva funcionou de maneira isolada e voltada para si mesma. Para Brandão, ao contrário do que entendem Oliveira Viana, Caio Prado Junior, Kowarick e Antonio Candido, o trabalho da unidade de produção caipira foi mais dinâmico e funcionou de maneira integrada a “mundos sociais mais amplos”, mesmo que o caipira tenha sido sequencialmente expropriado e excluído em relação aos detentores dos meios de produção.

Sabemos, leitor, que a própria ideia de uma sociedade e uma cultura caipira *isoladas* é falsa, tanto quanto a ideia de que a economia caipira sempre foi “de subsistência” e existiu à margem de economias agrícolas escravocratas e, depois, capitalistas. (BRANDÃO, 1983, p. 78)

Assim como apresenta Candido, Brandão também relata a necessidade esporádica de trabalhos caipiras a partir da constituição de *mutirão*. O movimento aconteceria pela demanda de trabalho. Serviria à comunidade na qual os caipiras estivessem inseridos, como bairros ou vila, ou ainda para atender a necessidade específica de uma família com demanda excessiva de trabalho, contexto que exigia um maior volume de produção.

Quando o trabalho é muito e o momento permite, um camponês “com precisão” pode combinar com parentes e vizinhos, às vezes até com amigos de longe, de outros bairros, um *mutirão*, um *muchirão*. Este é o momento em que a lida da lavoura passa de familiar a comunitária e o puro trabalho camponês torna-se um ritual de troca e solidariedade através do trabalho. (BRANDÃO, 1983, p. 80)

Essas parcerias funcionariam também para fortalecer traços culturais do mundo caipira, repleto de cantorias e cerimônias receptivas numa situação de produção

comunitária. As festas religiosas católicas ainda rememoram a cultura e a lógica do mutirão caipira, quando cada um dos presentes se encarregam por determinada tarefa para, que no fim do dia, todos celebrem juntos o resultado do trabalho e da harmonia ali manifesta.

Brandão registra a maneira como as festas religiosas se integram aos mutirões de trabalho, numa lógica de sociabilidade condicionada à prática religiosa, com presença constante de compadres e vizinhos. As situações de importância, que motivam esses encontros giram em torno de acontecimentos compreendidos como grandiosos como o nascimento de um filho, um velório com encomenda de alma, o casamento ou o próprio mutirão de uma festa específica de Santo Antônio, São João, São Pedro ou São Gonçalo. Existe ainda a possibilidade de viajarem em romaria para algum local que represente devoção, reunindo pedidos e graças alcançadas, como rememora o município de Aparecida do Norte - SP, no contexto contemporâneo.

Brandão (1983) afirma que para o caipira é motivo de orgulho o cotidiano se caracterizar de modo independente a artigos que são comprados na rua, nos lugares que possuem ligações com o mundo civilizado. Nesse contexto o autor valoriza festas destinadas a padroeiras locais, que possuíam muitos objetos de trabalhos e de arte criados localmente.

A lógica caipira é bastante centrada na ideia de constituição de família, que possui no trabalho, na religiosidade e na sociabilidade dos bairros seu modo de ver e conviver no mundo. A figura paterna é central, ligada pelo papel secundário da mulher, tanto no que diz respeito ao trabalho, quanto ao poder perante àquela família e comunidade. Ideias como um casamento feliz e a constituição de novas famílias significam para a cultura caipira a manutenção do seu modo de vida.

Na idade em que algumas meninas da cidade começam a largar de lado as bonecas, algumas moças da roça podem estar começando a carregar o primeiro filho. Ao longo da puberdade a família e a comunidade da vizinhança esperam que ela conheça boa parte do que uma mulher caipira precisa saber para casar. (BRANDÃO, 1983, p. 67)

A sociabilidade se dá entre as famílias que costumam se visitar por razões diversas, que exijam a reunião como festas em família, festanças religiosas, demanda de trabalho coletivo acontecimentos relevantes. Uma vida simples, repleta de elementos que não dependem da lógica trazida pela civilização.

Brandão é crítico e assertivo, quando busca a compreensão da população caipira a partir do entendimento de seu modo de vida, negando a existência de uma perspectiva civilizatória.

(...) Observá-lo através de sua vida, no lugar onde ela existe no cotidiano. Que, então, uma cultura caipira que se sempre conhecemos aos pedaços e através do que há nela de pitoresco apareça através de como ela realmente é feita. Através do trabalho com a terra e de como ele e sua condição criam e recriam modos próprios, familiares e comunitários de ser, viver, pensar, crer e conviver. (BRANDÃO, 1983, p. 8-9)

Este capítulo tentou elencar elementos históricos, sociais, ideológicos e culturais, que contribuem para a compreensão do homem pobre do campo, de modo mais genérico, e de modo específico do homem caipira. A partir dessas visões, tencionamos analisar as produções de Lobato, que apontam a multiplicidade do Jeca Tatu. Antes, porém, vamos à vida do intelectual.

3 MONTEIRO LOBATO E SUA PRODUÇÃO

José Bento Renato Monteiro Lobato nasceu em 18 de abril de 1882, oriundo de uma família abastada, condição social ratificada pelo fato de seu avô materno ter possuído um título de visconde, além de um quantitativo considerável de terras. Lajolo (2000) relata que o menino, chamado de Juca, era acompanhado recorrentemente por um serviçal nos momentos de brincadeiras, o que pode ser lido como indicativo de sua posição social.

Lobato foi alfabetizado pela mãe, Dona Olímpia e, posteriormente, teve aulas com um professor particular. Enquanto residiu em Taubaté - SP, o garoto frequentou instituições particulares de ensino, como o Colégio Kennedy, o Colégio Americano, o Colégio Paulista e o Colégio São João Batista. Lajolo registra a vida simples dos primeiros anos do futuro escritor.

No aconchego doméstico, decorre a infância comum de menino medianamente abastado do interior paulista, no fim do século. Vive com os pais e as irmãs menores, Teca e Judite, na fazenda Santa Maria em Ribeirão das Almas, nos arredores de Taubaté. Entremeia a vida da roça com as temporadas longas que os pais mantinham na cidade e com visitas demoradas à casa do avô visconde, no meio de uma chácara. (LAJOLO, 2000, p. 12-13)

Lobato foi criado entre o campo e a cidade, circunstância biográfica que influenciaria suas obras anos mais tarde. *Urupês*, por exemplo, expõe, recorrentemente, uma dinâmica de vida no interior, limitada pelos valores oriundos da cidade. Nessa obra, frequentemente, o sujeito citadino emite opiniões, que indicam certa interdependência entre valores divergentes.

Lajolo (2000) relata ainda que a infância de Lobato possuiu elementos da vida simples do interior. Aspectos biográficos que percebemos muito bem aproveitados nas narrativas da série infantil que se passa no Sítio do Picapau Amarelo. O menino Lobato se aventurava à sua maneira: pescava, banhava-se em cachoeiras, passeava a cavalo, subia em árvores, consumia frutas recém colhidas, numa vida que contemplava toda a liberdade do espaço rural.

O garoto gostava também do espaço fechado da biblioteca, hábito que indica a origem de sua afinidade com o objeto livro e com a prática de leitura, elementos tão

relevantes em sua vida futura. Azevedo, Camargos e Sacchetta destacam o encanto pela biblioteca do visconde, gesto que o diferenciava dos demais.

Foi crescendo diferente dos outros garotos, a cara enfiada nos livros e os olhos brilhantes a enxergar para muitos além da janela do quarto. Seu espaço preferido era a biblioteca do Visconde, na casa da Rua XV de Novembro, junto ao Largo do Teatro, em Taubaté, onde passava horas folheando a *Revista Ilustrada* e o *Jornal des Voyages*. (AZEVEDO, CAMARGOS E SACCHETTA, 2000, p. 15)

Segundo Lajolo (2000) e Azevedo, Camargos e Sacchetta (2000) com 14 anos de idade, Lobato prestou exames para cursar os estudos preparatórios, sendo reprovado em Língua Portuguesa, matéria de sua predileção. Nessa época, colaborou com o jornal estudantil do Colégio Paulista, *O Guarany*, sob os pseudônimos Josbem e Nhõ Dito. Em 1896, com quinze anos, ingressou no Instituto de Ciências e Letras, tornando-se interno por três anos.

Lajolo (2000) afirma que o rapaz adorava conhecer a cidade de São Paulo, mesmo com recursos financeiros limitados. Um momento que experimentava aspectos da vida quase adulta, relatando sua rotina à família por correspondência. O rapaz colaborou com jornais estudantis como *O patriota* e *A pátria*, usando o pseudônimo Gustavo Lannes. Fundou também o jornal *H2O* e participou do Grêmio Literário Álvares de Azevedo. Sua curiosidade, seu gosto pela leitura e pela Literatura, bem como o engajamento em causas de seu interesse, já estavam presentes nas iniciativas do autor, desde seus primeiros movimentos como intelectual.

Lobato perdeu seu pai em 1898 e sua mãe em 1899, ficando aos cuidados de seu avô. O Visconde o compeliu a cursar a Faculdade de Direito “onde, naquele tempo, desaguavam todos os filhos da aristocracia brasileira” (LAJOLO, 2000, p. 16). O jovem gostaria de ter estudado artes plásticas.

Mas a carreira do irrequeto Juca estava determinada desde pequeno. No país dos bacharéis – como alguns definiam o Brasil daquele período – um diploma de médico, engenheiro, ou advogado significava garantia de acesso às esferas institucionais da República. Obter o título de “doutor” tornava-se condição *sine qua non* para os rapazes bem-nascidos – mesmo para os que não pretendessem exercer a profissão. (...) (AZEVEDO, CAMARGOS E SACCHETTA, 2000, p. 15)

Em 1900, Lobato ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo. No entanto, não se interessava pelo estudo das leis. O tempo que seria dedicado ao Direito deu

vazão a uma série de caricaturas de seus professores e colegas. Além disso, colaborou com o jornal *Onze de Agosto* e participou da *Arcádia Acadêmica*, agremiação fundada por sua turma, da qual foi presidente em 1902.

O jovem estudou na mesma instituição em que Castro Alves, Álvares de Azevedo e Fagundes Varela. Porém, Lobato comparou os supostos “tempos áureos” da Faculdade de Direito de São Paulo com a realidade que encontrou. Confronto que provocou certo desânimo no rapaz. A glória tinha ficado no passado e isso o aborrecia.

(...) a maioria dos professores causava-lhe enorme tédio. Sem um interesse real pelas aulas, Lobato enfrenta as preleções intermináveis entregues furtivamente ao desenho, rabiscando caricaturas dos mestres e colegas nas bordas das páginas de pesados alfarrábios. (AZEVEDO, CAMARGOS E SACCHETTA, 2000, p. 15)

Dos professores do curso de Direito, Almeida Nogueira e Pedro Lessa ganharam a admiração do jovem acadêmico. Azevedo, Camargos e Sacchetta (2000) afirmam que Nogueira o influenciou quanto ao gosto por economia e negócios. Lessa exerceu ascendência ainda maior, marcando a trajetória do jovem acadêmico a partir da noção de justiça.

Alheio às demais aulas do curso, Lobato participou e colaborou com as revistas de seu meio: *Arcádia* em 1901 e *A fuga dos ideais* 1903. O rapaz usufruiu de uma juventude com uma realidade social confortável. Sua aflição cotidiana estava longe de questões materiais, concentrando-se nos planos das ideias. Suas preocupações giravam em torno da pintura, da série de caricaturas de seus colegas e professores e, posteriormente, da literatura. Um jovem que cumpria as etapas de uma vida elitizada, conforme recomendou o avô, mesmo engajando-se socialmente.

No início da vida universitária Lobato clamava contra a decadência generalizada. Agora, procura indicar os caminhos para superá-la. Aos vinte e um anos, numa das poucas vezes que discursou perante os colegas, fez profissão de fé pelos valores da justiça, liberdade e igualdade social. “Atualmente só vemos um ideal bastante generoso, bastante amplo para acolher em seu seio tudo quanto a mocidade tiver de mais superiormente generoso, de mais finamente intelectual, de mais grandiosamente altruísta – o socialismo”. E encerra sua fala afirmando que a regeneração da humanidade passa pela extinção da miséria, pela destruição das classes e, mais do que isso, pela moralização da própria moral, explicitando qual deveria ser o verdadeiro papel de uma agremiação como o *Onze de Agosto*. (AZEVEDO, CAMARGOS E SACCHETTA, 2000, p. 18)

A vida de Monteiro Lobato até aqui se estabeleceu por meio de um cotidiano burguês, intelectualizado e elitizado. Trata-se de uma existência previsível, ao que diz respeito à sua posição social. Nascido para se tornar bacharel, dedicou sua juventude a observações filosóficas, uma postura aristocrática, preconizada pela elite brasileira da época.

Lajolo (2000) rememora que em 1903 o jovem escreveu o conto “Gens ennuyeux”, texto vencedor de um concurso do centro acadêmico que contou com voto de Amadeu Amaral à época no *Correio Paulistano* e, posteriormente, companheiro de Lobato em *O Estado de São Paulo*. O conto foi publicado no periódico acadêmico *Onze de agosto*.

Em 1903, foi fundado “O Cenáculo”, chamado também de “O minarete” e “Cainçalha”, espécie de sociedade literária que reuniu diversos futuros escritores. O encontro representou para seus integrantes “(...) aquele momento mágico quando tudo é potencialmente possível e o mundo idealizado encontra-se ao alcance das mãos”. (AZEVEDO, CAMARGOS E SACCHETTA, 2000, p. 21). Monteiro Lobato, Ricardo Gonçalves, Cândido Negreiros, Raul de Freitas, Godofredo Rangel, Tito Lívio Brasil, Lino Moreira, José Antonio Nogueira compartilhavam as preocupações intelectuais, os dramas e os rompantes da juventude.

O grupo se reunia diariamente, primeiro no Café Guarani, depois na república onde morava Rangel. Lugar em que alguns de seus companheiros passaram a residir por um tempo, inclusive Lobato. Voltado ao debate de ideias e às descobertas intelectuais, a trupe passou de uma jovial agremiação literária a um grupo colaboradores de um semanário.

A convite de Benjamin Pinheiro, que se elegeu Prefeito de Pindamonhangaba em 1907, a turma de escritores colaborou com *O Minarete*. O jornalismo publicado pelo periódico possuía um caráter experimental, mesmo inserido numa perspectiva interiorana. Os jovens possuíam um público restrito e uma liberdade sem igual, motivo de comemoração e certo entusiasmo muito tempo depois.

Lobato voltou para Taubaté formado, depois de sua turma apresentar um chocante discurso de formatura, no qual o rapaz havia colaborado com ataques anticlericais. O modo de vida provinciano lhe chateava, com exceção à figura de sua futura esposa, Maria Pureza da Natividade, referida pelo escritor como Purezinha. As ideias de empreender, aliadas à figura da namorada, amenizaram os dias de tédio,

incitados pelas saudades da vida na capital. O autor confia seu estado de espírito a Godofredo Rangel, que já bacharel, havia retornado às Minas Gerais.

Logo que cheguei (que cheguei “formado”) mimosearam-me com uma manifestação; foguetes (Taubaté não faz nada sem foguetes), a banda de música, molecada atrás, oito discursos nos quais se falou em “raro brilhantismo”, “um dos mais”, “as venerandas arcadas” e outras macuquices que tive de aguentar de pé firme em casa de meu avô. Eu percebia o jogo: a manifestação era mais a ele do que a mim, porque ele é o grande visconde e eu não passo de um simples “neto de visconde”. (LOBATO, 2010, p. 81)

Segundo Lajolo (2000), nesta época Lobato se dedicou a leituras, escritas e reescritas, colaborando com jornais como *O Minarete* e *O Povo*, publicando um folhetim intitulado *Os Lambesferas* e a obra *O queijo de Minas ou a história do nó cego*, escrita em parceria com Rangel. O autor viajava ainda esporadicamente para a capital, frequentando o saudoso Café Guarani.

Preocupado em obter meios para se sustentar, Lobato se articulou para se tornar promotor de uma das cidades do oeste paulista. A essa altura, já atuava como promotor interino em Taubaté – SP e contava com a influência política de seu avô. A experiência e a indicação lhe renderam a promotoria em Areias - SP, na mesma região de Taubaté. Aborrecido com o ritmo do lugar, o autor relata ao amigo Rangel suas impressões, em 14 de maio de 1907:

(...) Areias, Rangel! Isto dá um livro a Euclides(...). Areias, tipo de ex-cidade, de majestade decaída. A população de hoje vive do que Areias foi. Fogem da anemia do presente por meio de uma eterna imersão do passado. (LOBATO, 2010, p. 147)

Azevedo, Camargos e Sacchetta (2000) salientam a postura de Lobato em busca de uma identidade e de um estilo próprio. Os autores resgatam o momento em que o escritor indicou a Rangel um dos traços de sua escrita: “(...) Minha literatura não é de imaginação – é pensamento descritivo; não cria – copia do natural. Em suma, sou pintor; nasci pintor e pintor morrerei – e mau pintor!” (...) (LOBATO, 2010, p. 255). Segundo os autores, Lobato deixava as brincadeiras repletas de referências românticas da juventude e passava a valorizar traços reais, uma literatura descritiva da natureza que o cerca: “retratá-la tal como ela é, sem o verniz da idealização”. (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 2000, p. 26).

À medida que o tempo passa, o rapaz que anteriormente não possuía preocupações materiais, precisou sustentar a família. Tais circunstâncias fizeram com que o escritor produzisse mais, ainda que acumulasse suas colaborações com a promotoria.

Casado com Purezinha desde 1908, Lobato ainda se encontra em Areias quando nasce Martha, sua primogênita. As preocupações financeiras aumentam. Traduz artigos do *Weekly Times* para o *Estado de São Paulo*, remete desenhos e caricaturas para a revista *Fon-Fon*, colabora na *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro. “Bocatorta”, seu conto número um, depois de revisado e refundido, agregando sugestões de Rangel, é publicado na *Tribuna de Santos*, para a qual passa a colaborar com alguma assiduidade. (...) (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 2000, p. 27-28)

Mesmo depois de casado, a vida no interior não agradava a Lobato. Irrequieto, preocupava-se com seus muitos afazeres, contrariando o ritmo lento do local. O autor cogitou abrir uma venda. Posteriormente, associou-se a um negócio de estrada de ferro, indicando, desde essa época seu interesse pelos negócios.

Em 1911, com o falecimento de seu avô, herdou a fazenda São José de Buquira, tornando-se responsável por mais de dois mil alqueires de terra. A nova realidade demandou atenção e tempo para que as tarefas conseguissem ser devidamente cumpridas. “Encravada na Serra da Mantiqueira, em terreno acidentado e solo exaurido, a vasta propriedade, cuja sede ocupava um casarão de oitenta portas e janelas, toma-lhe todas as energias.” (AZEVEDO, CAMARGOS E SACCHETTA, 2000, p. 28-29). Lajolo (2000) e Azevedo, Camargos e Sacchetta (2000) afirmam que Lobato trabalhou com afinco para que as terras herdadas se tornassem produtivas e gerassem lucro para toda família.

Nessa época, o recente proprietário prestava atenção na lógica de trabalho do caipira ao empregá-lo. A postura dos trabalhadores do lugar despertou nele certa indignação, uma vez que o patrão não aprovava a relação dos contratados com a natureza, pois os agregados promoviam derrubadas de árvores e tocavam fogo na mata, como método de agricultura.

Tais observações fizeram com que o autor chegasse à teoria do piolho da terra. Esse estudo originou o raciocínio exposto nos artigos ‘Velha praga’, ‘Urupês’ e, mais tarde, na obra *Urupês*. As experiências vividas por Lobato o motivaram a refletir sobre a população caipira à medida que ele se apropriava da realidade do trabalho de

fazendeiro. O autor articulou uma série de questões ligadas ao seu projeto literário, confidenciando-o a Rangel em carta de 07 de fevereiro de 1912:

Já te expus a minha teoria do caboclo, como piolho da terra, o *Porrigo decalvans* das terras virgens? Ando a pensar coisas com base nesta teoria, um livro profundamente nacional, sem laivos nem sequer remotos de qualquer influência europeia. Muito possível que te vendo impresso n'O País, a Inveja, essa fecunda espóra, me force a escrevê-lo. Se não sair, será mais um casulo que seca sem dar borboleta. (LOBATO, 2010, p. 264)

A perspectiva de escrita de Lobato, não deixa dúvidas quanto a sua posição social. Nos primeiros momentos em que refletiu sobre o caipira, suas preocupações eram oriundas da posição de um proprietário de terra. O patrão tentava obter lucro, por meio do trabalho dos agregados na fazenda. Isso fez com que a visão sobre o caipira fosse limitada também por uma relação de poder.

A maior delícia da minha vida de roça aqui é justamente lidar com pintos, com perus, com bois e cavalos e do bípede humano só me meter com esta insuficiência mitral que é o caboclo da roça. Mesmo assim só lido com eles através do “administrador”, a ponte de ligação. E o caboclo ainda é a melhor coisa da nossa terra, porque analfabeto, simples, muito mais próximo do avô Pitecantropo do que os que usam dragonas ou cartola, e se dão ao luxo de ter ideias na cabeça, em vez de honestíssimos piolhos. (LOBATO, 2010, p. 268)

No destaque acima percebemos a complexidade do pensamento lobatiano. É verdade que o autor critica o caboclo a partir de sua posição de proprietário. Contudo, é também possível notar que sobram descontentamentos direcionados a seus colegas de profissão. Postura que Lobato escancarou nos artigos ‘Urupês’ e nos textos que compuseram *Problema Vital*, em circunstâncias posteriores.

Em 22 de outubro de 1914, dias antes de publicar ‘Velha praga’, o autor encaminhou uma carta a Rangel, comemorando certa reaproximação face às dificuldades de se falarem, devido às novas funções de fazendeiro. Lobato indicou ao amigo que via no campo muitos motes para uma “arte nova”, afirmando que “gestava coisas”, ou deixava que, por meio de um processo inconsciente, as coisas se “gestassem” dentro dele. Ele ainda deixa claro seu objetivo em publicar algo genuinamente nacional frente ao costume imitativo da intelectualidade brasileira.

(...) gesto uma obra literária, Rangel, que realizada será algo nuevo neste país vítima de uma coisa: entre os olhos do brasileiro culto e as coisas da

terra há um maldito prisma que desnatura as realidades. E há o francês, o maldito macaqueamento do francês. (LOBATO, 2010, p. 290)

A intenção de levantar uma questão relevante para o Brasil, que não faria referências à cultura europeia, fruto da observação do contexto brasileiro, motivou Lobato a olhar para a população caipira com atenção particular. O autor percebeu os agregados por um viés que não estava na perspectiva dos intelectuais da época, conforme denunciaria em ‘Urupês’ dois meses depois da carta.

Não sei como vai ser essa obra. Talvez romance. Talvez uma série de contos e coisas com uma ideia central. Nessa obra aparecerá o caboclo como o piolho da serra, tão espontâneo, tão bem adaptado como nas galinhas o piolho-da-galinha, ou como no pombo o piolho de pombo. O caboclo, piolho da serra, também é incapaz de outra piolhagem que não a da serra. Já te escrevi sobre isto; e se a ideia volta e insiste, é que de fato está gestando bem vivinha e será parida no tempo próprio. (LOBATO, 2010, p. 290)

Em plena Primeira Guerra Mundial, no seu terceiro ano como fazendeiro, insatisfeito com os resultados obtidos, voltou a sua atenção ao homem caipira mais uma vez. O confronto em relação ao agregado era claro, devido a sua postura diante da natureza da região. A intenção estética de Lobato foi combinada com a perspectiva de um patrão, que tencionava deixar as terras produtivas por meio do trabalho do outro. A relação com os jecas, portanto, era estabelecida por meio de um jogo de poder.

Atualmente estou na luta contra quatro piolhos desta ordem – ‘agregados’ aqui das terras. Persigo-os, quero ver se os estalo nas unhas. Meu grande incêndio de matas a eles o devo. Estudo-os. Começo a acompanhar o piolho em estado de lêndea, no útero duma cabocla suja por fora e inçada de superstições por dentro. (LOBATO, 2010, p. 291)

Muitas das características citadas nesta carta a Rangel estarão nos artigos ‘Velha praga’ e ‘Urupês’. Um detalhamento despido do caráter idílico por meio de uma observação minuciosa do caipira é assim constituído. Recorrentemente denominada pelo autor a partir de sua etnia cabocla, a população caipira é retratada por uma imagem animalizada. Trata-se das primeiras impressões do autor. Não existia, nesse momento, preocupação por parte de Lobato em manifestar identificação para com os trabalhadores da fazenda.

(...) Nasce por mãos duma negra parteira, senhora de rezas mágicas de macumba, Cresce no chão batido das choças e do terreiro, entre galinhas, leitões e cachorrinhos, com uma eterna lombriga de ranho pendurado no nariz. Vê-lo virar menino, tomar o pito e a faca de ponta, impregnar-se do vocabulário e da “sabedoria” paterna, provar a primeira pinga, queimar o primeiro mate, matar com a pica-pau a primeira rolinha, casar e passar a piolhar a serra nas redondezas do sítio onde nasceu, até que a morte o recolha. Constrói lá uma choça de palha igualzinha à paterna, produz uns piolhinhos muito iguais ao que ele foi, com a mesma lombriga nas ventas. Contar a obra de piolhagem e depredação do caboclo. A caça nativa que ele destrói, as velhas árvores que ele derruba, as extensões de matas lindas que ele reduz a carvão. (...) (LOBATO, 2010, p. 291)

Lobato discorria a respeito dos argumentos que utilizará mais adiante em ‘Urupês’. Era preciso olhar para o caipira de modo diverso, encará-lo sem um filtro idealizador, conforme a tradição representada por Alencar, Coelho Neto, Bernardo Guimarães, ou Fagundes Varela. O autor intencionalmente levantava dados e imagens a partir de um contexto social, descritos cruamente. Seu propósito era ir além de uma imagem preconizada pela tradição literária que, segundo ele, escrevia trancada no gabinete, sem a devida vivência no ambiente rural.

O meio de curar esses homens de letras é retificar-lhes a visão. Como? Dando a cada um, ao Coelho, à Júlia Lopes, uma fazenda na serra para que administrem. Se eu não houvesse virado fazendeiro e visto como é realmente a coisa, o mais certo era estar lá na cidade a perpetuar a visão erradíssima do nosso homem rural. O romantismo indianista foi todo ele uma tremenda mentira; e morto o indianismo; os nossos escritores o que fizeram foi mudar a ostra. Conservaram a casca...Em vez de índio, caboclo. (LOBATO, 2010, p. 292)

A teoria sobre o piolho da terra encontrou a forma desejada pelo escritor nos artigos que alcançaram grande repercussão. As indignações expressas em relação aos trabalhadores caipiras chegaram ao público por meio do título ‘Uma velha praga’, apresentada à seção ‘Queixas e Reclamações’ de *O Estado de S. Paulo*. Na publicação de 12 de novembro de 1914, o autor registrou sua preocupação ecológica diante da realidade que constatou na Serra da Mantiqueira, apontando o culpado desta situação. Nesse artigo os caipiras ganham nomes distintos: Jeca Tatu, Chico Marimbondo e Manuel Peroba. Nele, Lobato faz um alerta ambiental e também uma crítica ao modo de trabalho do agregado local, que utilizava um método ultrapassado, gerando uma série de queimadas na região.

Um mês e meio depois, em 23 de dezembro de 1914, o autor publicou ‘Urupês’, artigo no qual tentava apresentar ao público o “caboclo real”, frente à representação

de projetos literários anteriores. Segundo Lobato, houve no Brasil uma geração de escritores que fez do homem selvagem um herói e de nossas caipiras, mocinhas e donzelas, retratos que não correspondiam à realidade. O autor rechaçou, sistematicamente, a ficção com contornos românticos, elencando uma série de características, que revelariam a verdadeira natureza caipira. Para ele, bastante distante dos parâmetros apontados pela tradição literária até então. 'Urupês', artigo que batizaria sua obra mais famosa quatro anos mais tarde, indicava também o tipo de cogumelo que nasce do pau podre, imagem que resumiu as primeiras impressões do autor sobre seus empregados.

'Velha praga' e 'Urupês' são parte relevante da produção de Lobato sobre o Jeca, uma vez que muitos estudos se basearam nessas primeiras impressões. Lajolo (2000) relata que depois dos artigos o autor ficou mais conhecido, simbolizando uma espécie de porta-voz dos fazendeiros paulistas, que se sentiam prejudicados pela política instaurada no Brasil à época.

A repercussão de ambos é imensa: ecoam por toda parte, não só pela violência do tom, mas talvez e principalmente porque na voz de Monteiro Lobato ressoa toda a insatisfação dos velhos fazendeiros paulistas que, artífices da República, consideravam-se lesados pela política em vigor. (LAJOLO, 2000, p. 25)

A autora ainda afirma que Lobato se opunha à tradição de uma "retórica patrioteira". Tal discurso idealizava representantes de nossa cultura, contemporaneamente compreendidos como minoria, como o índio, os negros e o caipira. Lobato escancarou uma face deste último pouco vista até então, descrevendo-o a partir de um ponto de vista não idealizado. Desse modo, apontou problemas nacionais complexos e relevantes, que envolviam aspectos ecológicos, sociais e estéticos.

Em 1916, o autor segue insatisfeito com o contexto vivido no campo. Em 1917 rumou à São Paulo, com sua esposa e os quatro filhos, já consolidado no contexto jornalístico da cidade.

Lobato tinha consciência do sucesso de Jeca Tatu, antes mesmo da publicação de *Urupês*, ainda quando lançava, em jornal, contos que comporiam a obra. Em carta de 07, de fevereiro, de 1916, o autor afirma compreender o público, admitindo que o caipira é assunto de interesse generalizado, mesmo servindo de entretenimento a seus leitores.

(...) Em havendo caboclo em cena, o público lambe-se todo. O caboclo é um Menino Jesus étnico que todos acham engraçadíssimo, mas ninguém estuda como realidade. O caipira estilizado das palhaçadas teatrais fez que o Brasil nunca pusesse tento nos milhões de pobres criaturas humanas residuais e sub-raciais que abarrotam o Interior. Todos as têm como enfeites da paisagem – como os anões de barro de certos jardins da Pauliceia. (LOBATO, 2010, p. 343)

Uma das primeiras pautas relevantes propostas por Lobato, na imprensa paulista, foi a discussão em torno do Saci. Nessa época o autor já havia relatado ao amigo Rangel o desejo de fazer um livro sobre lendas ribeirinhas. Entre novembro de 1916 e janeiro de 1917 ele argumenta, em dois artigos distintos, a urgência de olhar para nossa nacionalidade, apropriando-se de elementos da cultura popular. O debate em torno da figura folclórica nasce desse interesse:

(...) A questão já lhe despertava enorme curiosidade, e naquela mesma carta ele pergunta sobre a forma do saci em Minas Gerais, onde vivia Rangel. Joaquim Correia, amigo comum de ambos, jurando ter visto um, descrevera-o com olhos de fogo e duas pernas, embora andasse com uma só, aos pulinhos, como o tico-tico. Impossível, pondera Lobato. Pois a sua imagem do saci, baseado em relatos das negras na fazenda do pai, dava conta de um moleque pretinho, de uma perna só, com pito aceso na boca, gorro na cabeça e olhos vermelhos, feito um beberrão, mais astuto e menos assustador do que muitas outras criaturas fantásticas, como o lobisomen ou a mula-sem-cabeça. Malicioso, zombeteiro, fazia antes molecagens que maldades. (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 2000, p. 33-34)

Lajolo (2014) registra no início do século em São Paulo certo movimento intelectual em torno do personagem folclórico composto por diferentes linguagens. O saci é pauta de obras teatrais, musicais, literárias e nas artes plásticas. Lobato menciona o duende brasileiro em várias de suas correspondências, caracterizando-o repetidas vezes como elemento de relevância nacional.

Nessa segunda década do século XX, Lobato não parece ser o único a pensar em lendas brasileiras como movimento de (digamos...) *resistência* ao eurocentrismo que modelou nossa cultura do Oitocentos e dobrou a esquina do século XX. Nas páginas de *O Estado de S. Paulo* dessa época, além de sangrentas matérias sobre a guerra europeia, registram-se eventos e produtos nomeados no mesmo espírito do que Lobato chama de *mitologia brasílica*. E não são poucas as vezes em que – em diferentes vozes – o saci é alçado a *representante* desta mitologia, fazendo-se presente, inclusive, na correspondência familiar lobatiana. (LAJOLO, 2014, p. 28)

Inserido e inspirado por esse movimento, o autor propõe uma pesquisa sobre o personagem, publicada em 28 de janeiro de 1917, na versão vespertina de *O Estado de São Paulo*, *O Estadinho*, intitulada *Mitologia brasileira*. O objetivo do inquérito era recolher diversos depoimentos, de anônimos e intelectuais, que afirmavam ter encontrado o saci. O questionário foi elaborado por Lobato, que tentava se colocar diante da valorização da cultura europeia, vivida no Brasil desde a virada do século. Pesquisar uma figura folclórica, emblemática da nossa história, significava valorizar a cultura popular, a cultura do negro, do caipira, que também constituíram o país.

O resultado foi surpreendente. Choveram cartas de Minas Gerais, do estado do Rio e, sobretudo, de diversas regiões paulistas. Se o estilo e a abordagem das respostas variavam, elas conservavam, em comum, o mesmo tipo de fonte para explicar a origem do mito: o saci era fruto dos relatos de negros – alguns dos quais ex-escravos – empregados em fazendas dos pais ou avós dos leitores. (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 2000, p. 39)

Em outubro de 1917, Lobato ajudou a promover ainda um certame entre obras de artes plásticas que teriam como tema o saci, um sucesso na imprensa paulista daquele ano. Nessa ocasião, o autor atuou como um agitador cultural, primeiramente delimitando o problema, depois apresentando e promovendo o personagem. Esse movimento marcou sua estreia como autor, organizador e editor, sob o pseudônimo de “Demonólogo amador”. A iniciativa, que atendeu a moda dos inquéritos literários do início do século XX, transformou-se em sua primeira publicação no ano seguinte: *O Saci-pererê: resultado de um inquérito*. A obra é um marco na produção do autor, repleta de inovações editoriais, com inserção de diferentes gêneros textuais, compondo um olhar múltiplo e de caráter plural.

(...) Em procedimento ainda hoje ousado e bastante original, provavelmente com vistas a seu financiamento, o livro inclui anúncios na frente e verso de suas primeiras e últimas páginas. Protagonizando tais anúncios, seu personagem título – o saci – torna-se promotor de mercadorias tão diversas quanto *Máquinas Remington*, *Chocolate Lacta*, *Cigarros Castelões*, *Casa Stolze*, *Casa Freire*, *Chocolate Falcchi*, *Drogaria* e *Perfumaria Braulio's* (LAJOLO, 2014, p. 27)

O livro é dedicado ao Trianon, bar que reunia a intelectualidade da época - homenagem aos colaboradores do livro - e a tia Esméria, inspiração biográfica para a personagem Tia Nastácia. Tia Esméria representa a valorização dos povos originários brasileiros, negros, índios e, mais tarde, os caipiras, ligados a uma cultura e a uma

constituição de um imaginário particular, repleto de lendas ribeirinhas, conforme requeria o autor anos antes. Tal dedicatória instaura uma lógica que permeia o livro todo, compondo uma espécie de dialética entre representantes dos ambientes rural e urbano. Assim também se desenvolvem os depoimentos: ora registrados por meio da linguagem de um habitante do campo, ora relatados por um sujeito claramente da cidade, compondo uma justaposição entre sujeitos dos dois espaços.

É inegável que Monteiro Lobato possuía estratégias para atingir o grande público. Os casos das publicações de ‘Velha praga’, ‘Urupês’ e o estudo sobre o saci evidenciam a preocupação do intelectual e o sucesso em cumprir tal objetivo:

(...) Na imprensa, cedo adotou a estratégia de acender polêmicas, instigando os leitores a delas participar de forma ativa, seja respondendo a questionários, como no caso do inquérito sobre o saci, seja enviando textos ou qualquer tipo de contribuição que abordassem problemas concretos da realidade brasileira. Era capaz de captar focos de inquietação, interpretá-los e cooptar o público para debate-los.

O escritor confundia-se com o jornalista, o homem de imprensa virava publicista, e ambos lançavam mão dos meios de comunicação da época – o livro, o jornal, a revista – para tentar despertar a consciência social e criar novos padrões de consciência coletiva. (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 2000, p. 49-50)

Retiramos da edição atual dessa obra um artigo que versa sobre a diferença entre o Jeca e o Capilé, discussão que compõem nosso *corpus* de análise. Consideramos aqui este texto ponto relevante dos modos como Lobato percebeu o caipira ao longo do tempo.

O Epílogo revela uma mudança de perspectiva do autor, indicando outra visão sobre o caipira, visto agora sob o prisma de um marco de nacionalidade cultural frente ao repetitivo modelo europeu, observado nas cidades. Lobato registrou essa compreensão a Rangel de modo bastante contundente.

Meu *Saci* está pronto, isto é, composto; falta só a impressão. Meto-me pelo livro a dentro a corcovear como burro bravo, em prefácio, prólogo, proêmio, dedicatória, notas epílogo; em tudo com o maior desplante e topete deste mundo. Ontem escrevi o Epílogo, a coisa mais minha que fiz até hoje – e concludo com a apologia do Jeca. Virei a casaca. Estou convencido de que o Jeca Tatu é a única coisa que presta neste país. (LOBATO, 2010, p. 412)

Em 1918, mantendo seu espírito voltado para os negócios, Lobato comprou a *Revista do Brasil*, periódico com o qual colaborava desde 1916. A revista passou a

publicar, cada vez mais, textos sobre a questão que constantemente provocava o autor: a particularidade dos problemas brasileiros.

O objetivo não era negar a importância do elemento estrangeiro, mas estimular estudos sobre o país de forma a revitalizar seu imenso potencial artístico e cultural. Um projeto ousado, que viria ao encontro do ideário de Lobato. (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 2000, p. 53)

Em conjunto com as atividades de editor da *Revista do Brasil*, a atuação de Lobato nas redações dos jornais ganhou destaque. Pouco a pouco, o escritor assumia protagonismo no contexto intelectual de São Paulo, adotando uma linguagem concisa e clara, característica notada por vários de seus colegas.

(...) A fórmula narrativa, que imprime não só na literatura mas sobretudo no jornalismo, abre-lhe inúmeras perspectivas. Transformando-se em figura conhecida e respeitada, Lobato amplia o leque de colaborações e aumenta sua inserção na vida intelectual da cidade. Seus primeiros artigos na grande imprensa saíram na *Tribuna* de Santos, em 1909 e no *Correio Paulistano*, órgão do Partido Republicano Paulista (PRP). Não demorou a passar para *O Estado de S. Paulo*, onde estreia com “Entre duas crises” – publicado em 30 de outubro de 1913. (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 2000, p. 50-51)

Sua atuação como jornalista e crítico de arte consta, além de registrada nos textos sobre o Jeca Tatu referenciadas neste capítulo de modo mais evidente, em obras como por exemplo *Ideias de Jeca Tatu* (1919), compilado de críticas sobre a arte nacional e *A onda verde* (2009), coletânea de textos, que em sua maioria, foram publicados no periódico, *Correio da Manhã* em 1920.

A compra da *Revista do Brasil* foi um importante movimento para a vida do escritor, mas também para a vida cultural de São Paulo. A esta altura, Lobato era um entusiasta da arte e da cultura brasileira em cenário paulistano, nome crescente no circuito de livros no Brasil. A Revista suscitou no autor o caráter editorial, marcando seu pioneirismo já neste momento.

Fundada em 1916, a revista já incluía Monteiro Lobato entre seus colaboradores mais assíduos, assinando contos e artigos sobre pintura. Comprar a *Revista do Brasil* parece ter sido uma iniciação simbólica: passo audacioso e definitivo para a transformação do escritor Monteiro Lobato no escritor-editor que inaugura a marca editorial *Monteiro Lobato* com o livro de contos de sua autoria *Urupês*, lançado no mesmo ano de 1918. (LAJOLO, 2000, p. 27-28)

Como editor, destacou-se por medidas inovadoras como o pagamento de direitos autorais, publicando uma quantidade de livros absurda para a realidade da época. Conforme esclarecido por Lajolo (2000), na condição de um empresário da cultura, Lobato torna a revista lucrativa, investindo na divulgação e multiplicando assinantes. Interessado em dar visibilidade aos amigos, estreia como editor, publicando sua obra de maior impacto, *Urupês*.

Lajolo (2000) atenta para as mudanças de Lobato como intelectual, salientando sua inserção gradativa no contexto jornalístico, literário e cultural do país. Primeiramente um aprendiz de escritor, depois colaborador de periódicos estudantis. Mais tarde, vinculado a periódicos relevantes. Posteriormente, um “escritor-editor” de suas obras e, por fim, entusiasta e editor de obras compostas por outros autores.

A autora ainda destaca certo remorso do escritor quanto ao caráter comercial da obra de arte, mas pondera que Lobato, “progressista irremediável”, compreendia seu papel contraditório de escritor e empresário do ramo. Lajolo ressalta ainda que o autor recorrentemente esclareceu que sua produção literária serviria também como mercadoria. A praticidade de Lobato é vista por Lajolo como característica comum aos primeiros 25 anos do século XX, “(...) quando o Brasil timidamente se moderniza, e se moderniza numa direção nitidamente capitalista.” (LAJOLO, 2000, p. 36)

Urupês, sucesso de crítica e de público, reuniu contos escritos entre 1915 e 1917. Além dos artigos clássicos sobre o Jeca Tatu, o livro apresenta na ficção, de modo diverso, questões que o artigo desenvolve na teoria, ganhando nuances próprias do gênero conto. A obra delinea a vida caipira por meio de caricaturas tragicômicas, combinando o imaginário mágico das populações do campo e o caráter realista de seu cotidiano. Alguns contos compõem o objeto de análise deste trabalho; Em capítulo específico, tentamos compreender os Jecas de Lobato também sob o filtro da ficção.

As pretensões do empresário cultural ficam claras na publicação de *Urupês*, uma vez que intitular o livro, utilizando o nome do artigo de sucesso consolidou uma estratégia de marketing eficaz. Ademais, o suporte de leitura ganhava importância juntamente com o conteúdo literário. Esse raciocínio é desenvolvido por João Luís Ceccantini, em artigo intitulado ‘Cinquenta tons de verde: *Urupês*, o primeiro best-seller nacional’:

Desde seu lançamento, *Urupês* configurou-se como um estrondoso fenômeno editorial e cultural, para o qual é difícil encontrar equivalente no universo literário de nosso país. O brutal impacto de *Urupês* à sua época, a maneira espetacular como mobilizou a opinião pública e a intelectualidade brasileira, a quantidade de artigos sobre a obra publicados nos mais variados veículos da imprensa e as polêmicas que criou fizeram história. Do mesmo modo, a extraordinária vendagem alcançada pela obra, objeto de altas tiragens, atípicas para os padrões de seu tempo, e de edições mais variadas, utilizando-se de recursos gráfico-editoriais inovadoras (capas coloridas, ilustrações, paratextos, etc.), constituiu um divisor de águas no mercado editorial brasileiro. (CECCANTINI, 2014, p. 44)

O próximo sucesso do autor, *Problema vital*, foi publicado ainda no ano de 1918 pela editora recém fundada, Monteiro Lobato e Cia. A obra expõe o Jeca Tatu, por meio de um viés higienista. Aliado aos ideais de médicos com atuações relevantes no cenário brasileiro da época: Belisário Pena⁹, Carlos Chagas¹⁰ e Oswaldo Cruz¹¹. Esses intelectuais foram admirados por Lobato, que aderiu e multiplicou seus discursos. Entre maio e junho de 1918, o autor escreveu uma série de artigos, elogiando a capacidade científica do grupo e alertando para a realidade dos caipiras abandonados no campo. Fato que impactaria a oferta de braços para o progresso nacional.

Curar o Jeca Tatu, agora vitimizado, é questão urgente. As medidas sanitárias realizadas por esses profissionais foram vistas como a salvação para o Brasil, uma vez que os potenciais trabalhadores nacionais estavam doentes e precisavam de atenção para que o país crescesse. O grupo de higienistas defendidos por Lobato compunham instituições ligadas a essa causa, como a Liga Pró-saneamento do Brasil¹² e à Sociedade Eugênica de São Paulo¹³, que tomaram a iniciativa para o enfeixamento dos artigos de Lobato em livro.

O autor manifesta algumas vezes a urgência de caracterizar e fortalecer a cultura brasileira. Esse movimento não é isolado. No segundo decênio do século existia no Brasil uma necessidade de se compreender culturalmente. Tal preocupação conduziu os higienistas a desbravarem os sertões brasileiros e encararem a realidade social do caipira de perto, motivando o registro de Lobato. O contexto deste

⁹ Médico sanitaria brasileiro, que se destacou no início do século XX pela publicação do livro *O Saneamento do Brasil*.

¹⁰ Médico sanitaria brasileiro, que se destacou no início do século XX pela publicação do livro *O Saneamento do Brasil*.

¹¹ Cientista, médico, bacteriologista, epidemiologista e sanitaria brasileiro.

¹² Instituição fundada em 1918, com o objetivo de atuar em prol ao saneamento do Brasil.

¹³ Instituição fundada em 25 de janeiro de 1918, por médicos influentes. A primeira instituição do gênero na América Latina.

movimento é resgatado por Raquel Afonso da Silva, autora do artigo '*Problema vital: a restauração do Brasil sob a ótica da medicina higienista*':

A efervescência em torno da questão do saneamento não foi, no entanto, evento isolado no período da Primeira República. Havia por parte da intelectualidade brasileira uma preocupação em “diagnosticar” e propor soluções para os problemas que impediam o Brasil de se igualar aos países que encabeçavam a civilização ocidental. Paralelamente, a Primeira Guerra mundial (1914 - 1918) avivou o espírito nacionalista, direcionando esforços no sentido de conhecer o território brasileiro e suas complexidades. (SILVA, 2014, p. 62)

Para Lobato, o caipira passa de culpado a vítima de sua condição social, gerando a relativização de sua postura frente ao homem do campo. “O caipira não “é” assim. “Está” assim.” (LOBATO, 2010, p. 69), justifica o autor, abrindo outra perspectiva. Essa população passou neste momento a precisar de atenção da sociedade brasileira, que por sua vez, desconhecia seus problemas.

O Brasil peca por não se conhecer, denuncia Lobato, e observa que o processo de autoconhecimento da nação apenas se iniciou pela atividade de Oswaldo Cruz (1872-1917), cujo domínio sobre as áreas da microbiologia e os princípios da higiene, aplicados à realidade do país, permitira revelar o verdadeiro estado físico deste: grande parcela da população enferma, vítima das inúmeras endemias que assolavam o território. (SILVA, 2014, p. 60)

Conforme aponta Silva (2014), um ponto de inspiração para Lobato foi o lançamento da obra de Belisário Pena, *Saneamento do Brasil*, publicada pelo *Correio da Manhã* entre novembro de 1916 e janeiro de 1917. Pena adota um tom panfletário, aderido também por Monteiro Lobato em *Problema vital*, preocupando-se com a questão que sensibiliza o autor desde o artigo 'Urupês': a compreensão do caipira constituída a partir da observação da “realidade” social.

A obra de Pena investe-se de um aspecto revelador: expõe detalhadamente as moléstias que vitimam os sertões e denuncia o abandono desta população pelos governantes, os quais nada fazem para impedir que as doenças se alastrem e tampouco buscam restaurar a saúde dos infectados. O cientista faz severa crítica ao regime republicano (em tom visivelmente monarquista), e assinala que os males econômicos da nação advêm de sua precária condição sanitária, responsável pela improdutividade dos trabalhadores: (SILVA, 2014, p. 62)

Para Lobato a higienização facilmente passou a caracterizar um projeto de país, simbolizando modernização e progresso. Não a adotar era compactuar com o

passado e com o atraso, com a realidade vista nos campos, um hospital a céu aberto, conforme afirmado por Miguel Pereira¹⁴ à época. Nessa toada, o autor ratifica sua mudança de perspectiva quanto à população caipira. Lobato mantém uma coerência, a fidelidade a si mesmo, quando insiste em apontar os problemas brasileiros em detrimento à realidade europeia.

Esta breve incursão pelos artigos de *Problema vital* permite concluir que, não obstante sua inevitável circunscrição temporal, o livro sustenta um lugar de importância na produção lobatiana, tanto pelo papel exercido na divulgação do nome do autor, quanto por ser o primeiro apontador de uma das facetas de Lobato que mais se acentuou ao longo da carreira do escritor - o de intelectual verdadeiramente engajado com as problemáticas de seu tempo e disposto a empregar seu talento em benefício de seu país. (SILVA, 2014, p. 76)

Em 1919 Lobato publicou *Cidades Mortas*, obra composta por contos que rememoram os tempos da cidade de Areias e Taubaté, escritos entre 1900 a 1916. As cidadezinhas serviriam de inspiração para as fictícias Oblivion e Itaoca, lugares onde a vida corria como um aceno ao passado, ideia desenvolvida por essa obra.

Motivado pelo sucesso do homem e do espaço rural presentes em *Urupês*, o autor aposta numa espécie de desdobramento das temáticas ali expostas. Essa observação está registrada no artigo *Oblivion, Itaoca, quantas saudades!: as Cidades Mortas de Monteiro Lobato*, escrito por Thaís de Mattos Albieri.

Aproveitando-se do bom momento que vivia a sua Revista do Brasil, Lobato preparou a edição de um livro de contos que, na esteira de *Urupês*, discute questões políticas, sociais e econômicas do interior paulista, pedaço do Brasil que o escritor conhecia bem e que constitui cenário e ambiente dos textos de *Cidades Mortas*. (ALBIERI, 2014, p. 79)

Conforme observamos no movimento intelectual de Lobato em torno do saci, existe, no início do século XX, uma tendência de observação do homem pobre do campo, valorizando-o como elemento representativo de certa nacionalidade. *O caipira picando fumo* (1893) e *O violeiro* (1899), do pintor Almeida Junior, são dois exemplos desta manifestação nas artes plásticas. Na literatura, mais especificamente na poesia, Menotti del Picchia publica a obra *Juca Mulato* em 1917, retratando situações da vida do caipira por meio da valorização de seu vínculo com a natureza e com o trabalho.

¹⁴ Professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que caracterizou o Brasil como um imenso hospital a céu aberto em 1916.

Cansado ele? E por que? Não fora essa jornada
 a mesma luta, palmo a palmo, com a enxada
 a suster no café, as invasões da antiga?
 E, como de costume, um cálice de pinga,
 um cigarro de palha, uma jantinha à toa,
 um olhar dirigido à filha da patroa?
 Juca Mulato pensa: a vida era lhe um nada...
 Uns alqueires de chão; o cabo de uma enxada;
 um cavalo pigarço; uma pinga da boa;
 o cafezal verdoengo; o sol quente e inclemente...
 (DEL PICCHIA, [s.n.], p. 27)

Ainda em 1919, o Jeca Tatu volta à pauta e à vida de Monteiro Lobato, uma vez que Rui Barbosa ao se candidatar para a presidência da República, retoma as ideias expostas em 'Urupês', defendendo traços que para ele eram característicos do brasileiro comum do campo. O discurso de Rui Barbosa gera uma série de respostas de diferentes intelectuais do país.

Mané Xique-Xique, modelo elaborado por Ildefonso Albano, no Ceará e Juca Leão, proposição de Rocha Pombo, no Paraná, figuram como exemplos que podem ser elencados de um movimento profícuo de compreensão e diálogo sobre o homem pobre do campo. Recuperamos por ora o entendimento expresso por Albano na obra *Jeca Tatu e Mané Xique-Xique* (1919):

Vemos muitas vezes, na mesma família, filhos dos mesmos pais, com o mesmo sangue nas veias, educados na mesma escola, se tornarem um, um estroina, preguiçoso e rotineiro, outro, um homem honrado, trabalhador e progressista. Não poderíamos escapar à regra; o mesmo se dá na grande família brasileira: filhos dos mesmos pais, com o mesmo sangue nas veias, educados na mesma escola, temos o Jeca Tatu, preguiçoso e bisonho, e seu irmão Mané Xiquexique, afoito como o jaguar, resistente como o xiquexique. (ALBANO, 1969, p. 41)

O modelo de Albano endossava o caráter anti-heroico das primeiras impressões de Monteiro Lobato, argumentando que melhor que os homens do campo de São Paulo eram os homens nordestinos, oriundos do sertão, resistentes às secas, com atuação política relevante, ao contrário do mano sulista.

Em 1921, Cornélio Pires publica seu livro de crônicas caipiras intitulado *Conversas ao pé de fogo*. Esse autor registrou os costumes e compreendeu o homem caipira por meio da ideia de trabalho, dedicando muito de sua obra ao sujeito da roça. Sua definição, ao contrário do que pregava Lobato, adquire caráter idílico, exaltando essa população.

Nascidos fora das cidades, criados em plena nata reza, infelizmente tolhidos pelo analfabetismo, agem mais pelo coração do que pela cabeça. Tímidos e desconfiados ao entrar em contato com os habitantes da cidade, no seu meio são expansivos e alegres, folgazões e francos; mais francos e folgazões que nós outros, os da cidade. De rara inteligência — não vai nisso um exagero — são incontestavelmente mais argutos, mais finos que os camponeses estrangeiros. Compreendem e aprendem com a maior facilidade; fato aliás observado por estrangeiros que com eles têm tido ocasião de privar. É fato: o caipira puxador de enxada, com a maior facilidade se transforma em carpinteiro, ferreiro, domador, tecedor de taquaras e guembê, ou construtor de pontes... Os caipiras não são vadios: ótimos trabalhadores, têm crises de desânimo quando não trabalham em suas terras e são forçados a trabalhar como camaradas, a jornal. Nesse caso o caipira é, quase sempre, uma vítima. O trabalhador estrangeiro tem suas cadernetas, seus contratos de trabalho, a defesa do 'Patronato Agrícola' e seus cónsules... Trabalha e recebe dinheiro. Ao nacional, com raras exceções o patrão paga mal e em vales com valor em determinadas casas, onde os são absurdos e os pesos arrobalhados; nesse caso, o caipira não tem direito a reclamações nem pechinches, está comprando fiado... com o seu dinheiro, o fruto do seu suor transformado em pedaço de caderneta velha rabiscado a lápis. E querem que o brasileiro tenha mais ânimo! / Ânimo não lhe falta, quando trabalha em suas próprias terras. As suas algibeiras e o seu crédito nas lojas o confirmam... Dócil e amoroso é todo o camponês; sincero e afetivo é o caipira. (...) A música e o canto roceiro são tristes chorados em falsete; são um caldeamento de tristeza do africano escravizado num martírio contínuo, do português exilado e sentimental, do bugre perseguido e cativo. O canto caipira comove, despertando impressões de senzalas e taperas. Em compensação, as danças são alegres e os versos quase sempre jocosos. (PIRES apud BRANDÃO, 1983, p. 28-29)

Notamos que a caracterização de Cornélio Pires sai em defesa do homem da roça, contrapondo-se às figurações compostas por Lobato em 'Urupês' e em outras aparições exemplificadas em diferentes momentos. Uma correspondência entre Lobato e Rangel marca esta distinção.

(...) O caboclo de Cornélio é uma bonita estilização – sentimental, poética, ultrarromântica, fulgurante de piadas – e rendosa. O Cornélio vive, e passa bem, ganha dinheiro gordo, com as exhibições que faz do "seu caboclo". Dá caboclo em conferências a 5 mil-réis a cadeira e o público mija de tanto rir. E anda ele agora por aqui, Santos, a dar caboclo no Miramar e no Guarani. Ora, meu Urupês veio estragar o caboclo do Cornélio – estragar o caboclo. (...) (LOBATO, 2010, p. 322)

Em 1920, Lobato lançou mais um livro de contos: *Negrinha*. A obra continha inicialmente seis narrativas, conforme nos relata Milena Ribeiro Martins em artigo homônimo ao conto. O livro foi comercializado a baixo custo para os padrões da época, mesma estratégia utilizada um ano depois no lançamento da edição *Os negros*. *Negrinha* passa de seis a onze contos da primeira para a terceira edição,

ganhando mais onze narrativas na versão das *Obras Completas*, de 1946. Segundo a autora, a unidade temática do livro é característica marcante para sua compreensão.

Na segunda edição de *Negrinha*, a inserção da novela “Os Negros” acendeu um elemento temático já evidente na primeira edição: o tratamento de consequência da escravidão, com foco sobre a situação de ex-escravos ou filhos de escravos num Brasil que, embora se quisesse moderno, ainda não encontrara lugar para os negros no corpo da sociedade. É o caso dos contos “*Negrinha*”, “*O jardineiro Timóteo*” e indiretamente, “*O bugio moqueado*”. A marginalidade de certos grupos sociais, pobres mas não apenas negros, está presente também em “*As fitas da vida*” e em “*O imposto único*” (depois intitulado “*O fisco*”) (MARTINS, 2014, p. 118-119)

A autora defende que o livro apresenta uma estrutura coerente, uma vez que as transformações urbanas vividas no início do século modificam as relações sociais e, por consequência, os vínculos estabelecidos pelo poder entre patrões e empregados. As pessoas menos favorecidas são os personagens de boa parte das histórias contadas nessa obra.

Martins ainda rememora o lançamento do livro de contos *O macaco que se fez homem*, em 1923, que contava à época com 10 narrativas, mas foi desmembrada pelo próprio Lobato na edição de suas obras completas, de 1946. Cinco histórias passaram a compor *Negrinha* e cinco, *Cidades Mortas*. Na edição da Globo, instrumento de consulta deste trabalho, os volumes estão separados. *Negrinha* conta com 17 contos e *O macaco que se fez homem*, com 11 contos. Ainda em 1923, o autor publica *Mundo da lua*, emaranhado de impressões e registros do diário de Lobato, do tempo que morou em Areias e Taubaté.

Em 1924, o autor já havia escrito alguns livros infantis. *A menina de narizinho arrebitado* foi publicado em 1920. Essa obra deu origem a *Reinações de Narizinho* (1931) e abriu a importante série que se passa no Sítio do Pica-pau Amarelo. *Narizinho arrebitado*, versão posterior, de 1921, ganhou 30 mil exemplares distribuídos para escolas públicas do governo estadual de São Paulo, por intermédio de Washington Luís, presidente da província à época e amigo de Monteiro Lobato. Das histórias que viriam a compor a série que se passa no sítio ainda foram publicadas no início da década de 20 os seguintes títulos: *O Saci* (1920), *Fábulas de Narizinho* (1921), *O Marquês de Rabicó* (1922), *Fábulas* (1922) e *A caçada da onça* (1924), mais tarde modificada e intitulada *Caçadas de Pedrinho* (1933).

Fora do espaço ficcional do sítio, Lobato publicou uma história pouco conhecida, intitulada *O Garimpeiro do Rio das Garças* (1924), e a famosa historieta sobre o caipira, *Jeca Tatuzinho* (1924). João Nariz, protagonista da primeira história, tinha em comum com o caipira o estado de pobreza e a condição de lavrador. Ambos, residentes em casa de palha, eram vinculados ao campo. O Garimpeiro, no entanto, sai de sua paragem com o objetivo de ficar rico em busca de diamantes, acompanhado de seu cãozinho inseparável, Joli.

Jeca Tatuzinho retoma as questões expostas em *Problema Vital*, transformando a urgência higienista em linguagem simples e pedagógica. A anedota é bastante ingênua. O narrador descreve Jeca Tatu em condição semelhante ao caipira de ‘Urupês’, resgatando os argumentos trabalhados nos textos sanitaristas.

Jeca Tatuzinho é uma espécie de folhetim: narra a história do Jeca que, curado da ancilostomose, enriquece e torna-se apóstolo da higiene e do progresso. Torna-se *coronel* e expande sua propriedade. A trajetória deste Jeca, da doença à riqueza, inverte a trajetória do Jeca anterior, que atribuía à preguiça e à indolência a baixa produtividade do trabalhador rural. (LAJOLO, 2000, p. 56)

Jeca Tatuzinho marca uma possibilidade de relação entre a literatura infantil e a obra adulta de Lobato, por meio da repetição do personagem que aqui nos ocupa a pauta. O caipira acusado em ‘Velha praga’ e ‘Urupês’ ganha a simpatia do autor no epílogo de *O Saci-pererê: resultado de um inquérito*, além da piedade, da justificativa e da panfletagem em *Problema Vital*. Em *Jeca Tatuzinho* as preocupações higienistas ganham traços ficcionais, resumindo os argumentos expressos em 1918.

A história de *Jeca Tatuzinho* é passada para almanaque. O texto é transformado em peça publicitária em 1926, substituindo a erva de santa maria pelo Biotônico. Essa é uma parceria histórica com Cândido Fontoura, conforme esclarece Glaucia Soares Bastos em artigo intitulado ‘*Jeca Tatuzinho: patriotismo e propaganda*’:

Daí também a associação altamente eficiente que se estabeleceria entre o texto de Lobato e os remédios fabricados, em seu pequeno laboratório doméstico, por um médico ainda desconhecido: Cândido Fontoura. Na narrativa distribuída aos milhares durante décadas, para promover a venda dos medicamentos Fontoura, o Jeca agora designado carinhosamente *Jeca Tatuzinho*, passa a garoto propaganda da Ankilistomina, usada no combate à verminose, bem como do Biotônico, do Gripagil e até do Detefon, novidade na exterminação de inseto. (BASTOS, 2009, p. 142)

Assim como ocorreu na composição de *O Saci-pererê: resultado de um inquérito*, no aproveitamento do título 'Urupês', para nomear a sua obra de maior sucesso, ou ainda, no compilado de artigos, intitulados *Ideias de Jeca Tatu*, Lobato novamente se aproxima da publicidade em parâmetros modernos, ratificando o potencial comunicativo de sua obra.

O folheto do Biotônico Fontoura foi responsável pela divulgação maciça da figura do Jeca, e chegaria a cem milhões de exemplares distribuídos em 1982, ano do centenário do escritor. Considerado peça publicitária exemplar, na história da propaganda brasileira, inspirou a criação do Prêmio Jeca Tatu, instituído pela agência Castelo Branco e Associados, em homenagem "a obra-prima da comunicação persuasiva de caráter educativo, plenamente enquadrada na missão social agregada ao marketing e à propaganda". Nos anos 1990, a fábula ainda circulava adaptada para o formato de história em quadrinhos. (BASTOS, 2009, p. 146-147)

As perspectivas do autor em relação aos caipiras se modificam à medida que avançamos em sua experiência de vida e em sua produção literária/jornalística/publicitária. Da acusação do proprietário, somada à uma crítica ecológica, social e literária à simpatia completa, da homenagem ao Jeca Tatu, da saída em sua defesa até à simplificação dos argumentos para a recém descoberta linguagem literária voltada para as crianças, Lobato perpassa por diversas opiniões e percepções em torno do personagem, tornando-o múltiplo, à medida que muda de posição.

As diferentes versões do Jeca Tatu revelam as mudanças do diagnóstico de Lobato sobre os problemas do caipira, seu modo de vida, sua relação com o ambiente, seus conhecimentos tradicionais. De um ponto de vista a princípio carregado de preconceitos, foi evoluindo para uma atitude mais atenta e cuidadosa, acompanhando o movimento das ideias, no quadro do pensamento nacional, e insistindo em buscar soluções para um mesmo problema: a precariedade das condições de vida da parcela mais pobre da população do país. (BASTOS, 2009, p. 146-147)

Durante algum tempo a editora de Lobato usufruiu de uma realidade bastante confortável, associando-se a outros empresários e realizando uma parceria editorial na Argentina. Com isso, a empresa ganhou capital e Octales Marcondes passou de empregado a sócio do autor. A antiga Editora da Revista do Brasil, transformada em Monteiro Lobato & Cia e, posteriormente, em Companhia Gráfico-Editora Monteiro Lobato abriu falência. Realidade que se confirmou devido ao racionamento de energia

elétrica e a política econômica da época, restrita à créditos, conforme registra o próprio Lobato para o amigo Rangel em carta de 10 de julho de 1925.

Lê o papel junto. A crise da energia elétrica da *Light* vai dar-nos um tombo - mas há de ser um tombo passageiro. Breve estaremos novamente em pé. As feridas cicatrizarão e em um ou dois anos ninguém falará mais no caso. É a tempestade hoje; será o azul amanhã. Aviso-te porque és amigo; e antes o saiba por mim do que de boca alheia. (...) (LOBATO, 2010, p. 502)

Lobato e Octales, no entanto, vendem uma casa lotérica que possuíam no Centro de São Paulo, fundando ainda em 1925 a Companhia Editora Nacional. O otimismo de Lobato e o planejamento das publicações ficam evidentes por meio da carta que ele encaminha a Rangel, em 08 de novembro de 1925.

(...) A nova companhia está fundada e com todas as rodas girando. Eu e o Octales, só. Primeiro livro dado: o meu *Hans Staden*. Outros virão. Em três ou quatro anos a nossa Cia. Editora Nacional estará maior que o Pão de Açúcar – e sólida como ele. (LOBATO, 2010, p. 505)

Nessa época Lobato decide modificar seu projeto literário, dedicando-se a escrever, prioritariamente, para as crianças. É a partir desse momento que o autor passou a constituir parte marcante de sua obra, diferenciando-se dos demais escritores por priorizar este público específico.

Ando com ideias de entrar por esse caminho: livros para crianças. De escrever para marmanjos já me enjoei. Bichos sem graça. Mas para as crianças, um livro é todo um mundo. Lembro-me de como vivi dentro do Robinson Crusóé do Laemmert. Ainda acabo fazendo livros onde as crianças possam morar. Não ler e jogar fora; sim morar, como morei no Robinson Crusóé e n'Os filhos do Capitão Grant. (LOBATO, 2010, p. 513)

Ao ampliar esse raciocínio, Lobato desenvolve a concepção das histórias que são ambientadas no Sítio do Picapau Amarelo, lugar onde se passa a maioria de suas narrativas infantis. A esta altura, o autor já havia publicado algumas das histórias passadas nesse espaço ficcional e obtido relativo sucesso.

A história de Dona Benta, aquela velha de mais de sessenta anos, óculos de ouro no nariz, que mora na companhia da mais encantadora das netas, mergulha na eternidade. Junto com ela, Tia Nastácia, Emília, Pedrinho e Visconde insuflam vida nova às personagens com que contracenam, imprimindo dimensão fantástica ao cenário brasileiro do sítio. Ao desdobrar-se nas aventuras contadas nos livros que até o fim da vida Monteiro Lobato

publicou aqui e na Argentina, o sítio do Picapau Amarelo marca a imaginação de gerações e gerações de brasileiros. (LAJOLO, 2000, p. 59-60)

Lajolo (2000) relata que além da adesão pelas escolas públicas, de 1921, as obras infantis do autor são consequência de muito esmero em superar as expectativas do público. Lobato consultava os filhos, a esposa e o amigo Rangel sobre suas propostas. O escritor aliou muitas vezes a pauta dos seus livros com o currículo escolar, transformando Dona Benta em professora, ou contadora de histórias em muitos momentos.

Particularmente nas obras produzidas nos anos 30, o sítio se transforma numa grande escola, onde os leitores aprendem desde gramática e aritmética até geologia e o beabá de uma política nacionalista de petróleo". (LAJOLO, 2000, p. 61)

Alguns exemplos desta produção estão contidos nos seguintes títulos: *As aventuras de Hans Staden* (1927), *História do mudo para as crianças* (1933), *Emília no País da Gramática* (1934), *Aritmética da Emília* (1935), *Geografia de Dona Benta* (1935), *História das invenções* (1935), *Dom Quixote das crianças* (1936), *Serões de Dona Benta* (1937), *O poço do Visconde* (1937), *O minotauro* (1939), *Os doze trabalhos de Hércules* (1944).

Lajolo (2000) aponta que Lobato tinha bastante consciência do processo pedagógico no qual seus livros infantis estavam inseridos, mesmo quando se propunham a questionar o contexto escolar. O autor apostou em elementos como a fantasia, a curiosidade, a imaginação, a independência, o espírito crítico e o humor, para multiplicar as aventuras vividas no sítio.

Exemplo de alguns desses elementos podem ser conferidos no livro *O Saci*, que resgata o imaginário popular brasileiro, com personagens folclóricos como o boitatá, a mula sem-cabeça, o menino do pastoreio, o lobisomen, a cuca, o curupira e a lara. A partir do movimento de curiosidade de Pedrinho, menino da cidade, que está muito interessado em compreender o mito do saci, a obra justapõe a perspectivas do imaginário da população do campo em relação à perspectiva citadina, representada pelo neto de Dona Benta.

Elementos da cultura dos negros compõem outra obra que se passa no Sítio. As referências contidas em *Histórias de Tia Nastácia* (1937) resgatam elementos dos povos originários, levantando questionamentos quanto à compreensão do homem

branco frente àquela cultura. Esse aspecto é registrado por meio das reclamações de Pedrinho e Narizinho frente às narrativas contadas pela cozinheira.

Lajolo (2000) indica o conjunto de elementos que invadem o sítio, apontando de um lado, o Brasil antigo de Tia Nastácia, Tio Barnabé, Coronel Teodorico; de outro, referências contemporâneas às obras como a descoberta de petróleo no sítio, ou o uso de tecnologias como o telefone, ou a possibilidade de viagem à lua, conforme vemos em *Viagem ao céu* (1932).

Um combinado de outra ordem se estabelece por meio da inserção de personagens já conhecidos no desenvolvimento das obras lobatianas. Exemplos deste recurso de intertextualidade ocorre a partir das presenças de Tom Mix e Gato Félix em *Reinações de Narizinho*, ou ainda pela presença de figuras como Peter Pan, Capitão Gancho, Sininho, Wendy e os meninos da terra do nunca, em *Peter Pan* (1931), bem como nas aparições clássicas de Alice, Cinderela, Branca de Neve e Chapeuzinho Vermelho em *O Pica-pau amarelo* (1939), por exemplo.

Memórias da Emília (1936), *A reforma da Natureza* (1941) e *A chave do Tamanho* (1942) ressaltam o protagonismo e a independência da boneca de pano, com todo seu potencial crítico e sua projeção de ideias e opiniões, postura de alguém que está constantemente descobrindo e questionando o mundo em que vive.

Lajolo (2000) se atenta ainda para as frequentes críticas ao contexto escolar, que, segundo a autora, reforçam o valor formativo da obra infantil lobatiana. “Se seus livros têm alguma grande lição, esta é a da irreverência, da ironia, da leitura crítica e do questionamento, da independência e do absurdo.” (LAJOLO, 2000, p. 61). Azevedo, Camargos e Sacchetta destacam as discussões pedagógicas nas quais as obras infantis de Monteiro Lobato estavam inseridas.

Essa foi uma época rica em debates sobre reformas educacionais. Novas teses pedagógicas e fundamentos teóricos de psicologia surgidos na Europa e nos Estados Unidos vinham questionar as antigas metodologias de ensino, exigindo uma profunda reestruturação do sistema. A discussão iria repercutir no Brasil, influenciando a obra de intelectuais e pedagogos como Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Carneiro Leão e Fernando de Azevedo, responsáveis pelas mudanças empreendidas na educação pública nacional nos anos 20 e 30. Intuitiva e pioneiramente, Monteiro Lobato já explorava o imaginário, percorria os arquétipos e viajava pelos meandros do inconsciente coletivo de uma maneira crítica e criativa. Por meio de suas invenções narrativas ensinava a meninada a questionar a veracidade das convenções impostas pelos adultos. (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 2000, p. 81)

Lajolo (2000), em conjunto com Azevedo, Camargos e Sacchetta (2000), destacam a linguagem empregada por Lobato em seus livros infantis: a ausência de rebuscamento, vindo de uma escrita que imita a oralidade e a simplicidade da comunicação cotidiana, bem como a criação vocabular, traço particular do escritor. A autora ainda salienta o formato seriado das narrativas, como elemento que mantém a fidelidade de um determinado público, considerando a repetição de personagens e espaço, por exemplo. A estudiosa menciona ainda a intertextualidade entre as narrativas, fator que expõe um "caráter circular de sua obra, conjunto de livros cuja leitura pode recomeçar infinitamente de qualquer ponto, como sucede hoje com hipertextos". (LAJOLO, 2000, p. 63).

Azevedo, Camargos e Sacchetta evidenciam o caráter particular do qual parte as histórias do Sítio do Picapau Amarelo, reconhecendo uma ambientação regional, que ganha, gradativamente complexidade por meio dos problemas levantados. Os autores afirmam que as histórias adquirem um caráter universal à medida que a narrativa se desenvolve.

Dentro desta perspectiva, o Sítio do Picapau Amarelo representa o ambiente do interior, com seus mitos e credices populares. É também um lugar de encantamento e eterna diversão, onde o sonho é possível e a realidade, através da fantasia, passa a ser vista sob novos ângulos. Embora urdidos com matéria-prima regional, a magia das histórias de Lobato reside, entre outros aspectos, no seu caráter de universalidade, tornando-se acessíveis e atraentes a qualquer criança. (AZEVEDO, CAMARGOS, SACCHETTA, 2000, p. 81-82)

Entre os anos de 1925 e 1926 Lobato residiu no Rio de Janeiro por um curto período. O autor comemorava nessa época o lançamento da Editora Nacional, recém fundada e programada para ser sucesso no contexto editorial brasileiro. Nesse período, Lobato encaminhou uma carta a Washington Luís, então presidente da república, manifestando os interesses do mercado de livros, o qual representa, por meio de questionamento em relação à legislação de importação máquinas gráficas e papel para livros. Lajolo (2000) menciona que o episódio é bastante representativo, uma vez que revela a influência de Lobato para o mercado editorial brasileiro, indicando a relevância de sua opinião naquele contexto.

Nele contemplamos um Monteiro Lobato que pela segunda vez se faz porta-voz. E agora, na carta em que apresenta a Washington Luís suas credenciais de *editor falido e ressurgido*, falam interesses de um segmento social bem

mais moderno do que aquele dos fazendeiros paulistas, que faziam coro na sua catilinária contra o caipira de “Velha praga” de 1914. (LAJOLO, 2000, p. 71)

Lobato publicou o romance *O Choque das raças* ou *O presidente negro* em 1926, produção polêmica que combina as temáticas sensíveis do racismo e da eugenia com elementos inventivos e distópicos, por meio da invenção do *porviroscópio*, que permite que as pessoas consigam ver o passado e o futuro. Os fatos vistos: a eleição do primeiro presidente negro nos Estados Unidos, feito que acabaria com um golpe de estado, realizado pelos brancos, a partir da esterilização dos negros, findando essa população.

Sabe o que ando gestando? Uma ideia mãe! Um romance americano, isto é, editável nos Estados Unidos. Já comecei e caminha depressa. Meio à Wells, com visão do futuro. O *clou* será o choque da raça negra com a branca, quando a primeira, cujo índice de proliferação é maior, alcançar a branca e batê-la nas urnas, elegendo um presidente preto! Acontecem coisas tremendas, mas vence por fim a inteligência do branco. Conseguem por meio dos raios N, inventados pelo Prof. Brown, esterilizar os negros sem que estes deem pela coisa.

Já tenho um bom tradutor, o Stuart e em Nova York um agente que se entusiasmou com o plano e tem boa porcentagem no negócio. Imagine se me sai um *best seller*! Um milhão de exemplares... (LOBATO, 2010, p. 514)

As expectativas do autor se frustram, devido às questões éticas que o livro propunha. Afinal, sugerir a esterilização da população negra, depois que ela chegasse ao poder, causa em editores americanos certo desconforto. Esses profissionais apontam a limitação da obra frente ao problema.

Em 1927, o autor publicou *Mr. Slang e o Brasil*, conjunto de diálogo entre dois personagens que comentam o contexto de crise no qual o país está inserido neste momento. Tâmara Abreu, em artigo intitulado “*Mr. Slang* e o Brasil: um xeque-mate nacionalista”, expõe sua visão sobre a obra.

O personagem brasileiro é o próprio narrador, que fala em primeira pessoa desde o prólogo. Frequentemente, ele sabe o morro de bonde para ir visitar Mr. Slang, a fim de ouvir as opiniões do *sábio europeu* sobre o Brasil e debater questões candentes na imprensa e no panorama nacional. O cenário é idílico: um bangalô solitário no Alto da Boa Vista, área verde e nobre com vista privilegiada da Baía de Guanabara e da cidade do Rio de Janeiro. Nele mora também a criada Mr. Slang. Dolly, praticamente invisível na obra. As conversas regadas a uísque e xadrez se passam no calor da hora, naquele presente situado entre 1926 e 1927, e giram principalmente em torno de política e economia. (ABREU, 2014, p. 222)

Ainda neste ano, o autor foi nomeado adido comercial dos Estados Unidos, passando a residir em Nova Iorque, realidade pela qual manifestava muito deslumbramento. Entusiasmou-se com os avanços tecnológicos do beneficiamento de ferro e minério. Visitou as indústrias de Henri Ford, fator que o fez vislumbrar mudanças dessa área na realidade brasileira.

Fica conhecendo um país industrialmente desenvolvido de forma plena e fascinado pela modernidade das máquinas e da tecnologia. Daí à idolatria pelo modo de vida norte-americano vai só um passo, e Monteiro Lobato não hesita em dá-lo. O passo, aliás, era previsível: Estados Unidos e Argentina foram sempre os padrões ante os quais Monteiro Lobato verberava o subdesenvolvimento brasileiro. (LAJOLO, 2000, p. 72)

O autor se animou com a possibilidade de fundar companhias de beneficiamento do ferro, projetando o novo negócio para amigos, confidenciando seus planos e prevendo lucros retumbantes, “(...) agencia recursos e anuncia sociedades, num entusiasmo nervoso em que se alternam a ingenuidade do tom e o receio de soar como escroque.” (LAJOLO, 2000, p. 73).

Nessa época, Lobato encaminhou uma correspondência para Alarico Silveira, chefe da Casa Civil da presidência de Washington Luís, apontando o que considerava, a esta altura, grande problema do país, conforme registra Fernando José Gomes Landgraf em artigo intitulado “Ferremos o Brasil!”:

(...) o problema do país era a pobreza, a falta da riqueza. E riqueza se faz com ferro, com siderurgia, pois com ferro se constrói estradas e máquinas. A visão corroborava o lema que marcou aquele governo, “governar é construir estradas”, mas acrescentava esse dado novo: para construir estrada é preciso produzir ferro e aço. Para desenvolver é preciso ter máquinas, que exigem ferro. (LANDGRAF, 2014, p. 236)

As preocupações com a indústria de ferro e minério brasileira renderam artigos sobre o tema, enfeixados na obra intitulada *Ferro: solução do caso siderúrgico do Brasil pelo processo Smith*. Willian Smith foi um estudioso da questão e desenvolveu um processo de beneficiamento do ferro, aderido pelo discurso de Lobato.

Lobato reside nos Estados Unidos de 1927 a 1931, registrando suas experiências naquele país na obra *América*, conforme afirma em carta para Alarico Silveira. A obra produzida em meio a outros processos de escrita atinge complexidade maior do que o autor faz parecer. Esse é um dos raciocínios do artigo intitulado “*América: um país, homens e livros*”, escrito por Milena Ribeiro Martins.

Ao longo de *América*, há uma grande quantidade de autores e obras norte-americanas mencionadas, parafraseadas e citadas com variado grau de explicitação: se *América* apresenta dois personagens passeando pelo país estrangeiro, apresenta-os também discutindo ideias por meio da leitura de jornais, revistas e livros norte-americanos, da recepção de programas de rádio, shows e filmes, e também da conversa com cidadãos daquele país. (MARTINS, 2014, p. 251-252)

A pluralidade que forma a obra rememora o processo de escrita que percebemos, por exemplo, em *O Saci-pererê: resultado de um inquérito*, ratificando que o processo de escrita de Lobato foi, por vezes, articulado com diferentes linguagens e meios de comunicação, indicando um caráter moderno (ou contemporâneo?) em algumas de suas produções.

No fim das contas seu “sonho americano” acaba por meio do ímpeto em investir boa parte de seu dinheiro na bolsa de valores de Nova Iorque, antes de sua famosa quebra, de 1929. Para completar o contexto de crise financeira, ele é exonerado do cargo que possuía e volta a viver de sua escrita.

Regressado ao Brasil, Monteiro Lobato arregança as mangas. Para sobreviver tem de trabalhar muito. Com cinquenta anos de idade ele passa horas a fio na máquina de escrever: está mergulhado no rearranjo de seus textos, na produção de novas histórias do sítio, na tradução de obras alheias. (LAJOLO, 2000, p. 75)

Em 1930, Lobato havia vendido suas ações na companhia da Editora Nacional. No mesmo ano fundou a Companhia Brasileira de Petróleo, marcando outra preocupação de sua vida. O autor acreditava que o Brasil poderia explorar a matéria prima, incentivando à criação de companhias de tal natureza. Lajolo, afirma que Lobato compreendeu que seu fracasso nesta área não dependeu de suas forças. Segundo o entendimento do autor, não era interessante, para o monopólio internacional, que o Brasil explorasse o petróleo.

Os trustes e os monopólios que sustentam o *american way of life* que ele tanto admirou nas terras do Tio Sam têm braços longos: tão longos que acabam por atingi-lo, quando seus esforços em prol do petróleo atraem contra ele as iras do sistema. (LAJOLO, 2000, p. 76)

Em 1933, Lobato publica o volume *Na antevéspera: reações mentais de um ingênuo*, que reúne artigos que remeteriam ao contexto brasileiro dos anos de 1926.

Regina Zilberman, em artigo intitulado “*Na antevéspera: uma ilha do dia anterior*” reflete sobre a obra.

Em 1926, sua antena interceptara sinais de que urgiam mudanças em todo o país. Em nome delas deu-se uma revolução, com efeitos, porém, frustrantes. Com a reprodução dos artigos em que denunciava a necessidade de mudanças, Lobato enuncia sua expectativa para 1933: a de que colocados em perspectiva os problemas daqueles tempos, se possa refletir sobre a atualidade, identificar o que não se alterou e entender o que ocorre. A meta não é nada ingênua, ao contrário do que promete o subtítulo. E evidencia uma concepção de tempo e de história – cabe rever o passado, para compreender o presente, e reconhecer na ebulição do antes, às vésperas, o que determinou o agora, explicando porque a única “reação emotiva” possível é a tristeza. (ZILBERMAN, 2014, p. 267)

Em 1936 fez campanha em prol a pauta do petróleo, denunciando na obra adulta *O escândalo do petróleo* todas as suas dificuldades em disseminar a ideia de que o Brasil poderia ser um produtor petrolífero. A obra atingiu muito sucesso, mas foi proibida e recolhida pela ditadura Vargas, ordem que acompanhava a sanção para companhias de tal natureza. Ao repetir estratégias que já haviam acontecido com outras temáticas como o saci e o caipira, por exemplo, Lobato publica uma obra infantil ligada a esse tema.

O poço do Visconde trata da descoberta de petróleo no Sítio do Picapau Amarelo. Com a chegada da bonança, a consciência de classe de Dona Benta fica evidente, uma vez que a senhora auxilia aos caipiras que habitam a região há tempos. Seu discurso retoma ideias de Lobato sobre o Jeca Tatu em diferentes momentos. A suposta ausência de cultura apontado em ‘Urupês’, a condição da saúde reclamada nos artigos de *Problema Vital* e na historieta de *Jeca Tatuzinho*, além de uma preocupação em socorrer a realidade econômica desta gente, vista somente em *Zé Brasil*.

– Isso, meu filho, Você está certo. O maior prazer da vida é fazer o bem. Eu sempre quis beneficiar este nosso povo da roça, tão miserável, sem cultura nenhuma, sem assistência, largado em pleno abandono no mato, corroído de doenças tão feias e dolorosas. Se empregarmos nosso dinheiro em melhorá-lhe a sorte, não só nos divertiremos, como você diz, como ficaremos com a consciência tranquila. (LOBATO, 2019, p. 144)

Segundo Lajolo (2000), as relações de Lobato com o governo são nesse momento cada vez mais delicadas. Em 1938, o autor cria a União Jornalística Brasileira, empresa destinada a redigir e a distribuir notícias pelos jornais. Em 1939,

o autor encaminha uma carta ao Ministro da Agricultura, correspondência que motivou a abertura de um inquérito sobre o petróleo. Em 1940, recusa o convite de Getúlio Vargas para assumir o Ministério da Propaganda. Em 1941 é preso pelo Estado Novo, permanecendo na cadeia entre março e junho daquele ano.

Mas, apesar de toda esta coragem, quem sai do presídio poucos meses depois é outro homem, desencantado e amargurado. Pelo desencanto e amargura do Monteiro Lobato dos anos 40 respondem também outros fatores além dos políticos: seus dois filhos morrem muito jovens, seu cunhado suicida-se, sua situação financeira é precária. Sobrevive de direitos autorais e das traduções que lhe consomem o tempo e energia. (LAJOLO, 2000, p. 78)

A postura política de Monteiro Lobato no fim da vida é de alguém que tinha posicionamento, independência, criticidade e que havia abandonado as ilusões da riqueza. Sua percepção crítica se estabelece por meio de pautas coletivas. De todo modo, Lajolo (2000) menciona que suas ideias são amplas, com afinidades para vertentes como o espiritismo, o georgismo e o comunismo.

É nessa época que o autor chega a sua última concepção do Jeca Tatu, *Zé Brasil*. Tania Regina de Luca, autora de artigo intitulado 'Zé Brasil em perspectiva: contexto de produção e circulação', vê na iniciativa a força do intelectual independente, que mesmo com a segurança ameaçada, permite-se se manifestar em um momento delicado, como foram os anos de 1940, no Brasil.

Monteiro Lobato, insubmisso, irrequieto, inconformado e sempre pronto a expressar suas opiniões, mesmo correndo riscos de diversas ordens, é um exemplo marcante da postura característica do intelectual atuante, que muitos julgam em vias de desaparecer. Os últimos anos de vida lhe foram particularmente adversos: perdeu dois filhos homens, amargou meses de prisão e viu ruir seu sonho de explorar petróleo, percalços que não o impediram de se envolver em novos projetos, com especial destaque para as editoras Brasiliense (São Paulo, 1945) e Acteon (Buenos Aires, 1946), a preparação de suas obras completas, a difusão das ideias de Henry George e a retomada, no opúsculo *Zé Brasil* (1947), do personagem Jeca Tatu, em novos termos e num diálogo direto com questões candentes do momento. (LUCA, 2014, p. 358)

Quando lançou a última aparição do Jeca tatu, Lobato era um sujeito reconhecido por sua obra adulta e infantil, além de suas atuações como tradutor, adaptador, editor e publicista. Ele lutou muito por sua independência financeira, mas também pela caracterização de questões nacionais em quase todas as horas: seja por olhar o caipira, por descobrir o saci, por recuperar os trabalhadores do campo, por

olhar para nossa cultura, por perceber o problema prático do mercado dos livros, ou pela necessidade de beneficiamento de matéria prima como o ferro e o petróleo, que, segundo seu julgamento, poderiam modificar o *status quo* do Brasil em cenário internacional.

Este incansável e produtivo Monteiro Lobato, ainda reuniu forças para mais uma vez figurar como sócio da Editora Brasiliense em 1944, fundada um ano antes por Arthur Neves, Caio da Silva Prado, Caio Prado Junior e Hermes Lima e Leandro, intelectuais ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O catálogo da nova editora atesta a preocupação de seus mentores com a realidade nacional, num momento de declínio patente do Estado Novo varguista, como exemplifica a coleção *Problemas Brasileiros*, lançada em 1944 e na qual a questão agrária figurava com destaque. A situação no campo era um tema candente, insistentemente debatido pela imprensa comunista e pelos proprietários e frequentadores da Brasiliense, com destaque para Caio Prado, e, não por acaso, o primeiro livro da coleção, *Diretrizes para uma política social e econômica*, de Paulo Pinto de Carvalho, foi consagrado à temática e prefaciado por Monteiro Lobato. (LUCA, 2014, p. 365)

A editora funcionava como um ambiente profícuo para o debate de importantes intelectuais de esquerda em um momento de censura e repressão. Esse pessoal tentava pulverizar publicações que esclarecessem ideias do PCB por meio de diversos periódicos pequenos, com o intuito de dificultar a censura e proliferar a propagação de suas ideias. Pequenas editoras eram adotadas como estratégia de tal sistematização.

Os esforços dos comunistas para compor uma rede de publicações nacionais e regionais, com o intuito de atingir diferentes camadas sociais - a chamada imprensa popular - iniciaram-se antes mesmo da obtenção do registro definitivo do partido, em novembro de 1945, e materializaram-se em jornais diários, espelhados por várias capitais do país. Tais periódicos ocupavam lugar estratégico no projeto de difusão e esclarecimento dos seus ideais e destinavam-se “às massas”, para retomar a denominação da época, razão pela qual se valiam de linguagem coloquial e acessível e privilegiavam questões cotidianas. (LUCA, 2014, p. 366)

Em 1946, Lobato lança ainda suas obras completas e traz a público *A barca de Gleyre*. Acompanham a coletânea ainda *Mundo da Lua - miscelânea, Conferências, artigos e crônicas* e *Prefácios e entrevistas*.

Zé Brasil foi publicado pela editora Horizonte e Vitória, em 1947. Apesar de não haver afirmações categóricas de que Lobato era comunista, sua ligação com o grupo

de Caio Prado fica bastante evidente. O autor foi fundador do Instituto Brasil – Rússia, em companhia de nomes como Tarsila do Amaral e Jorge Amado. Não foi ao comício de Luís Carlos Prestes no estádio do Pacaembu, mas gravou cumprimentos ao líder do partido, além de apoiar de modo mais claro o amigo Caio Prado. Lobato morou entre os anos de 1946 e 1947 na Argentina, retornando ao Brasil no contexto de cassação da proposição da candidatura do PCB, contexto de censura e perseguição à esquerda.

Com o formato bastante semelhante a *Jeca Tatuzinho*, a cartilha produzida em parceria com Cândido Fontoura, *Zé Brasil*, resgata a figura do caipira explorado pelo trabalho, ganhando nova percepção do autor. Agora o antigo proprietário de terras havia mudado radicalmente de lado e seu discurso se baseava em oposição ao grande latifundiário.

Enquanto Zé, sujeito qualquer, ganha o sobrenome do país, representando a nacionalidade que tanto moveu a obra e o pensamento do autor durante sua vida, o coronel é identificado pelo apelido de tatuira, derivativo de tatu, outrora referente aos estragos e avarias do trabalhador. Agora o patrão é o culpado de um sistema que sustenta desigualdades.

É evidente a distância ente as versões anteriores da personagem e Zé Brasil, vítima da estrutura fundiária do país, que impedia o acesso à propriedade de terra e impunha ao trabalhador diferentes formas de dependência em relação ao proprietário, o nomadismo e a exclusão social. A ciência, ainda que desvelasse parte do problema, perdia sua eficácia e pouco poderia fazer diante das condições de existência a que estavam submetidos os milhares de Josés, Zecas, Jecas e Zés espalhados pelo país afora. (...) (LUCA, 2014, p. 362)

Em 1948, Lobato ainda publicaria o folheto *Georgismo e comunismo*, obra na qual o autor manifesta seu descontentamento com o contexto político dos anos de 1940, apesar da recente saída do regime do Estado Novo. O autor defende neste manifesto as ideias de Henry George, diferenciando o raciocínio do economista estadunidense das concepções clássicas do comunismo. George preconizava que a grande propriedade de terra era “o grande inimigo do progresso” (SACCHETTA, 2014, p. 400), mas defendia o imposto único e a manutenção do *status quo*, perspectiva divergente das ideias revolucionárias.

Neste mesmo ano o autor faleceu em 04 de julho, sendo velado na Biblioteca Municipal, deixando para a sociedade para a cultura brasileira uma obra vasta e diversa.

4 OS JECAS DE LOBATO

Este capítulo apresenta a pluralidade de percepções sobre os caipiras, por meio dos diferentes textos que os pautaram sob a autoria de Monteiro Lobato. A partir da figura do Jeca Tatu, desenvolvemos diferentes reflexões sobre os diversos artigos que olharam para o piraquara do Paraíba, apontando para as múltiplas figurações do personagem ao longo do tempo.

4.1 PRIMEIRAS IMPRESSÕES

Em 'Velha praga', Monteiro Lobato pauta os problemas locais em detrimento às questões de origem europeia, priorizadas pela imprensa brasileira da época. O interesse em evidenciar uma circunstância de nossa realidade expõe a distância que se impunha entre o contexto social brasileiro e a pauta dos jornais, baseados na realidade estrangeira. Desse modo, o autor evidencia seu esforço em compreender o Brasil, apesar de expressar certo preconceito em relação ao caipira em seu primeiro artigo sobre o tema.

O problema social com maior repercussão em 1914 era a Primeira Guerra Mundial. Lobato parte do assunto do momento, rememorando os danos causados em determinadas regiões da Europa, com o intuito de alertar seus leitores para um problema local, inerente ao contexto nacional. Assim, utiliza os fogos alemães como imagem alegórica ao problema que deseja particularizar: as queimadas na Serra da Mantiqueira: “Andam todos em nossa terra por tal forma estonteados com as proezas infernais dos belacíssimos ‘vons’ alemães, que não sobram olhos para enxergar males caseiros” (LOBATO, 2009, p. 159).

Existe na obra de Monteiro Lobato uma dinâmica bastante profícua entre os espaços urbano e rural. Para o autor, o problema do Brasil se desenvolve a partir das duas realidades. Recorrentemente a ideia de nacionalidade se vincula ao contexto do campo, colocado em oposição aos valores citadinos, influenciados pelos costumes europeus. Desse modo, o autor se apropria do ambiente rural, portando-se como alguém que conhece esse espaço e esclarecerá o seu funcionamento: “Venha, pois, uma voz do sertão dizer às gentes da cidade que se lá fora o fogo da guerra lavra

implacável, fogo não menos destruidor devasta nossas matas, com furor não menos germânico” (LOBATO, 2009, p. 159).

O texto expressa inicialmente o lamento do articulista devido ao tempo seco e as chuvas escassas entre agosto e outubro de 1914, fatores naturais que favoreciam as queimadas na região:

A Serra da Mantiqueira ardeu como ardem aldeias na Europa, e é hoje um cinzeiro imenso, entremeado aqui e acolá de manchas de verdura - as restingas úmidas, as grotas frias, as nesgas salvas a tempo pela cautela dos aceiros. Tudo mais é crepe negro. (LOBATO, 2009, p. 159)

Para o autor é urgente reconhecer a importância dos impactos ambientais causados pelas queimadas. Essa informação é tão ou mais relevante do que saber detalhes sobre a guerra na Europa. O conhecimento do articulista em relação aos danos causados é notório. À medida que os descreve ficam evidentes os motivos que fazem o autor se auto intitular a voz do sertão, firmando-se como um legítimo perito sobre o tema, elaborando observações quanto à origem e às consequências do fenômeno que denuncia.

(...) As velhas camadas de húmus destruídas; os sais preciosos que, breve, as enxurradas deitarão fora, rio abaixo, via oceano; o rejuvenescimento florestal do solo paralisado e retrogradado; a destruição das aves silvestres e o possível advento de pragas insetiformes; a alteração para pior do clima com a agravação crescente das secas; os vedos e aramados perdidos; o gado morto ou depreciado pela falta de pastos; as 101 particularidades que dizem respeito a esta ou aquela zona e, dentro delas, a esta ou aquela situação agrícola. (LOBATO, 2009, p. 160)

O problema das queimadas é relacionado com questões mais profundas da política brasileira: “Isto, bem somado, daria algarismos de apavorar; infelizmente no Brasil subtrai-se; somar ninguém soma...” (LOBATO, 2009, p. 160). Tal assertiva pode aludir ao analfabetismo que imperava no país no início do século XX, podendo ser destinada também à intelectualidade ou ao governo. Uma terceira possibilidade pode indicar uma crítica direta aos caipiras, vistos como inertes e arremidos à civilização. Percebidos como incapazes de colaborar com o processo de desenvolvimento do país almejado pelo autor.

Na época em que escreveu seus primeiros artigos de impacto, Monteiro Lobato já havia herdado a Fazenda São José de Buquira, assumindo naquele momento as preocupações de fazendeiro. Essa função molda sua perspectiva, quanto ao

juízo dos agregados, fator relevante para refletirmos sobre a dinâmica entre intelectual e matéria narrada. Nessa época, o recém-proprietário teve dificuldades para contratar empregados, o que teria contribuído para o ataque ao Jeca.

A crítica consolidada sobre 'Velha praga' e 'Urupês' não deixa de notar a perspectiva social do autor. Do alto de sua condição de proprietário, o jornalista enquadra as práticas do caipira paulista.

Lajolo, no artigo 'Jeca Tatu em três tempos', afirma que 'Velha praga' "inaugura, na parca galeria nacional de celebridades literárias, a figura anti-heroica de Jeca-Tatu, alvo da indignação do fazendeiro Monteiro Lobato" (LAJOLO *In*: SCHWARZ, 1983, p. 101). Tal compreensão é ratificada por Azevedo em sua tese de doutorado, intitulada *Jeca Tatu, Macunaíma, a preguiça e a brasilidade*. No trabalho a autora afirma que

Uma velha praga é publicado em 12 de novembro no jornal *O Estado de São Paulo*, surgiu da irritação do Lobato fazendeiro com as queimadas que grassavam na serra da Mantiqueira a cada ano e que naquele agosto de 1914 atingiram proporções inauditas. (AZEVEDO, 2012, p. 30)

O intelectual possui, portanto, uma perspectiva social consolidada: a elite paulista. Essa posição baliza sua compreensão e sua postura inicial diante do caipira.

O lugar social de Lobato pode ser compreendido como herança do antigo senhor de escravo. No caso da família do autor, com visita honrosa do imperador¹⁵. O intelectual é vinculado a uma posição bastante conhecida e mencionada na historiografia e na sociologia brasileira: o fazendeiro, dono da terra e, por consequência, dono do poder. Mantenedor do local onde moram e trabalham pessoas oriundas de outra classe social, que foi vista como vadia e preguiçosa pelas elites.¹⁶

A fazenda de Monteiro Lobato pertenceu à região do Vale da Paraíba, que teve destaque na produção cafeeira paulista até 1850. Os pobres, caipiras e ex-escravos, observados pelo intelectual são remanescentes do êxodo de trabalhadores destinados ao Oeste Paulista, região que abrigou a centralidade da produção cafeeira até as portas da República. Ou seja, o contexto produtivo observado por Lobato é decadente.

¹⁵ Episódio relatado por Marisa Lajolo na obra *Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida*.

¹⁶ Este raciocínio permeia os argumentos de Lúcio Kowarick na obra *Trabalho e Vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil* e a discussão sobre os pobres, proposta por Caio Prado Junior em *Formação do Brasil Contemporâneo*.

O tom dos artigos de 1914 teria origem nessas condições. O ponto de vista do autor condiz com a perspectiva de uma elite brasileira que não se preocupa política ou moralmente em maldizer certo seus agregados.

Dessa forma, o Jeca Tatu nasce anti-herói, acompanhado de Manoel Peroba e Chico Marimbondo, todos representativos da teoria do piolho da terra, gestada por Lobato anos antes dos artigos serem publicados. Essa ideia ganha certa relevância nas cartas a Godofredo Rangel, ainda em 1912, indicando não somente a base para o raciocínio exposto em 'Velha praga' e 'Urupês', apontando também a importância do projeto da obra *Urupês* (1918).

O autor encontra no Jeca o culpado pelas queimadas. O intelectual, burguês, alfabetizado, proprietário de terras, dispõe-se a compreender uma população analfabeta, agregada, dependente de pessoas como ele. A descrição do caipira revela um olhar ideológico alinhado à elite paulista: o pobre é percebido a partir de valores negativos, apresentado por meio de comparações a parasitas:

A nossa montanha é vítima de um parasita, um piolho da terra, peculiar ao solo brasileiro (...). Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do *Porrigo decalvans*, o parasita do couro cabeludo produtor da "pelada", pois que onde ele assiste se vai despojando a terra de sua coma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada. (...) (LOBATO, 2009, p. 160-161)

Lobato, um sujeito instruído, pertencente a uma classe social privilegiada, crítica categoricamente os pobres que lhe ocupam a pena. O distanciamento social entre escritor e matéria narrada o conduz a uma descrição caricatural da realidade. De um lado, o homem letrado, civilizado, modernizado, vinculado, nesse sentido, à cidade e aos valores burgueses. De outro, o homem analfabeto, que foge dos elementos de modernização, vinculado ao campo, ao sertão, aos valores tradicionais de uma cultura que não depende do registro escrito. Por meio de um ponto de vista restrito, o autor não se envergonha em definir os caipiras a partir de comparações pejorativas. A descrição dos pobres do campo os distancia da realidade do proprietário, intelectual, não animalizado, homem por excelência.

A facilidade com a qual o articulista acusa a população pelas queimadas é notória. Tudo isso somado aos juízos de valor emitidos durante o artigo leva a compreensão que a visão de Lobato é limitada pela inobservância de outros aspectos da vida caipira. O autor parte para uma caracterização negativa, deixando de

considerar a realidade sócio-histórica do modo de vida daqueles que observa. O jornalista enfatiza o problema isolado, mas não considera as contradições do contexto de luta daquela gente pela sobrevivência. Essa preocupação social não compõe sua perspectiva, pelo menos por enquanto:

Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas que vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o isqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encosorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se. (LOBATO, 2009, p. 161)

Não existe neste momento o reconhecimento de outra cultura nos costumes, nas habitações, nos instrumentos de trabalho, na postura e no modo de se organizar da população retratada. O fato de o caipira ser visto como baldio, infrutífero e improdutivo evidencia que Lobato o contrapõe a um modelo de trabalhador, que não possui as mesmas características que o Jeca. O caipira é seminômade, ele acampa na propriedade, onde está somente de passagem. Isso faz com que sua produtividade tenha lógica própria. Planta milho, feijão e arroz, por meio do sistema de queimadas. Seu modo de produção é custoso e seu método torna a terra improdutiva. Sua relação com o trabalho se diferencia do modelo elogiado pelo autor, o camponês europeu. Enquanto este se vincula à terra, os brasileiros utilizam-na por tempo determinado, rumo à próxima paragem.

Em 'Velha praga' o articulista não considera as condições pelas quais o camponês europeu ou o caipira se vinculam com o local onde trabalham. O caipira invade um espaço ou cultiva a terra de outro, até ser tocado, muitas vezes um agregado na fazenda. O camponês europeu ganha a terra para seu cultivo, por meio de uma rotina de trabalho árduo, tornando-se muitas vezes pequeno proprietário. Logo, as condições de trabalho dos dois são diferentes, bem como o comprometimento, a compreensão e seu vínculo com a terra.

O caipira é visto como o revés da civilização. A imagem do atraso diante do progresso que se aproxima. A incapacidade do Jeca Tatu de lidar com tais mudanças incomoda Lobato. Enquanto a modernização se avizinha, os pobres do meio rural se distanciam, permanecendo imóveis, perante as alterações de ordem política,

tecnológica e social que ocorreram à época. O fato de não se adaptarem é, neste momento, um problema.

Não podemos afirmar que o autor desconheça o estado de pobreza do campônio paulista. Ele descreve sua família de maneira depreciativa, elencando o quantitativo dos filhos, os hábitos de fumo dos pequenos, os instrumentos de trabalho, seus utensílios domésticos, seus bens organizados de maneira prática, sempre em trânsito:

Chegam silenciosamente, ele e a “sarcopta” fêmea, esta com um filhote no útero, outro ao peito, outro de 7 anos à orela da saia – este já de pitinho na boca e faca à cinta. Completam o rancho um cachorro sarnento – Brinquinho, a foice, a enxada, a pica-pau, o pilãozinho de sal, a panela de barro, um santo encardido, três galinhas pevas e um galo índio. Com estes simples ingredientes, o fazedor de sapezeiros perpetua a espécie e a obra de esterilização iniciada com os remotíssimos avós. (LOBATO, 2009, p. 161)

Quanto à forma, os primeiros artigos de Lobato, muitas vezes, ficcionalizam a vida dos caipiras, compondo uma linguagem, que utiliza recursos da literatura. A descrição e o estabelecimento do comportamento de personagens, bem como as falas do Jeca Tatu são alguns exemplos da utilização dessas estratégias. Enfeixados em um livro de contos, os textos são predominantemente ensaísticos, sustentando ideias de caracterização da população caipira. ‘Velha praga’ e ‘Urupês’ não se estruturam a partir de um episódio ou um enredo específico, como veremos nos outros textos que compõem *Urupês*, narrativos por excelência.

O caipira possui um modo de vida tradicional. Está vivendo há muito tempo do mesmo modo no interior paulista. O contexto de modernização o ameaça. A construção de seu rancho é uma imagem recorrentemente trazida à pauta para suscitar, por enquanto, impressões negativas sobre o Jeca. Tais valores podem ser percebidos pela casa de sapé, a qual parece brotar feito urupê naquele ambiente: “(...) Tão íntima é a comunhão dessas palhoças com a terra local, que dariam ideia de coisa nascida do chão por obra espontânea da natureza - se a natureza fosse capaz de criar coisas tão feias” (LOBATO, 2009, p. 162).

O autor detalha o modo de vida do caipira: vendendo palmito, consegue dinheiro para comprar chumbo e pólvora, acabando com as aves da região. Depois roçam as matas, derrubam árvores, desmatando o local da paragem, até que chegue o momento da queimada. Neste ponto o articulista afirma que o caipira não ignora a lei, age como raposa, para ludibriar a fiscalização. (LOBATO, 2009) A impunidade dos

agregados parece frustrar o proprietário, uma vez que os criminosos saem ilesos a tal prática. Lobato parece não compreender que essa população não cabe na lógica civilizada.

Para o fazendeiro o que importa é a capacidade de produção dos trabalhadores, seu vínculo com a terra, fator que aponta para a valorização da propriedade. A ausência de tal ligação torna o caipira independente. Sua alienação aos valores civilizados o descola da noção de progresso.

O que incomoda Lobato é a ausência de adesão da população observada a um projeto de país. Segundo seu entendimento, o Brasil precisa se organizar para competir com as grandes nações mundiais, os Jecas o desorganiza. Enquanto houvesse caipiras alheios aos instrumentos de produção e desenvolvimento, vistos pelo autor como benéficos ao país, estaríamos marcados, indelevelmente, pelo atraso:

O caboclo é uma quantidade negativa. Tala cinquenta alqueires de terra para extrair deles o com que passar fome e frio durante o ano. Calcula as sementeiras pelo máximo da sua resistência às privações. Nem mais, nem menos. “Dando para passar fome”, sem virem a morrer disso, ele, a mulher e o cachorro - está tudo muito bem; assim fez o pai, o avô; assim fará a prole empanzinada, que naquele momento brinca nua no terreiro. (LOBATO, 2009, p. 164)

Para o articulista os caipiras são piolhos da terra, baldios, improdutivos, raposas, parasitas, seminômades, urumbevas e quaisquer. Constroem casas às pressas, verdadeiros urupês, nascidos de pau podre, não estabelecem legado por onde passam, deixam entulhos, vestígios. Desmatam a floresta e comemoram o feito: “ – Eta fogo bonito!” (LOBATO, 2009, p. 163). Possuem vida simples, ordinária. Seu santo é encardido, sua mulher sarcopta, suas crianças são muitas e nuas, representando a proliferação de suas más práticas agrícolas. Fogem do progresso, permanecem inertes diante do processo de modernização e são indiferentes à civilização. Deixam na mata apenas a memória da sonoridade que aflige a natureza local. (LOBATO, 2009)

‘Urupês’ foi lançado aproximadamente um mês depois da publicação de ‘Velha praga’. O texto se preocupa principalmente com uma questão: a necessidade de não idealizar a representação do caipira, expondo, para isso, alguns aspectos de sua vida. A forma utilizada pelo autor é similar às estratégias adotadas no artigo anterior. Lobato

utiliza linguagem híbrida, com momentos de ficcionalização da vida do Jeca, que funcionam como comprovação dos argumentos desenvolvidos.

O texto afirma que a representação de José de Alencar se transformou em pó, uma vez que figuras como marechal Cândido Rondon começaram a observar a população do campo a partir da realidade social. O autor afirma que não há mais espaço no Brasil para idealização poética do caipira. Critica, assim, a figuração alencariana a partir do gabinete, indicando a distância entre aquele autor e a matéria que ele se propõe a narrar: os índios em *O guarani*, *Iracema* e *Ubirajara*, por exemplo.

Esboroou-se o balsâmico indianismo de Alencar ao advento dos Rondons que, ao invés de imaginarem índios num gabinete, com reminiscências de Chateaubriand na cabeça e *Iracema* aberta sobre os joelhos, metem-se a palmilhar sertões de Winchester em punho. Morreu Peri, incomparável idealização dum homem natural, como o sonhava Rousseau, protótipo de tantas perfeições humanas que no romance, ombro a ombro com altos tipos civilizados, a todos sobreleva em beleza de alma e corpo. (LOBATO, 2009, p. 167)

Parece irônico que Lobato se incomode com a distância entre José de Alencar e a matéria de seus romances, uma vez que o próprio autor, ao tentar retratar a realidade em 'Velha praga' e 'Urupês', mantém certa distância em relação à população observada. O intelectual conhece o contexto em que estão inseridos os caipiras. Contudo, existe uma lacuna entre o jornalista e a matéria narrada, marcada pela ausência de identificação.

Lobato criticou a tradição brasileira que representava de maneira idealizada o homem e a mulher caipira em outras de suas publicações. Em *Cidades Mortas*, por exemplo, o texto 'A vida em Oblivion', escrito em 1908, registra observações dessa natureza, voltadas diretamente a Bernardo Guimarães.

(...) Bernardo descreve a natureza como um cego que ouvisse contar e reproduzisse as paisagens com os qualificativos surrados do mau contador. Não existe nele o vinco enérgico da impressão pessoal. Vinte vergéis que descreva são vinte perfeitas e invariáveis amenidades. Nossas desajeitadíssimas caipiras são sempre lindas morenas cor de jambo. Bernardo falsifica o nosso mato. Onde toda a gente vê carrapatos, pernilongos, espinhos, Bernardo aponta doçuras, insetos maviosos, flores olentes. Bernardo mente. (LOBATO, 2009, p. 29)

José de Alencar escapa do foco principal das primeiras impressões de Lobato, mas em 'Urupês' é o ponto de partida de sua crítica. O autor indica que o Jeca Tatu é

descendente direto do indianismo, já conhecido pelos leitores brasileiros a partir dos romances mencionados. O articulista discorda veementemente da imagem idealizada dos povos indígenas, pois sua representação reflete o modo como a nossa cultura se inspirou na matriz europeia. Os índios de Alencar, mesmo na tentativa de representar o herói nacional, replicam o raciocínio proposto por Rousseau, a partir do mito do bom selvagem. Esse pressuposto é incoerente para Lobato. Como gesto simbólico de sua crítica, o autor mata Peri, protagonista alencariano, criticando a origem da tendência que denomina de caboclisto.

O indianismo está de novo a deitar copa, de nome mudado. Crismou-se de “caboclisto”. O cocar de penas de arara passou a chapéu de palha rebatido à testa; a ocará virou rancho de sapé; o tacape afilou, criou gatilho, deitou ouvido e é hoje espingarda troxada; o boré descaiu lamentavelmente para pio de inambu; a tanga ascendeu a camisa aberta ao peito. (LOBATO, 2009, p. 168)

Se pensarmos a partir do modelo de literatura de Alencar, a crítica literária de Lobato é bastante coerente. Além da idealização de personagens indígenas expostas nos romances citados, seu modelo atinge também sua produção regionalista. Na obra *O Sertanejo*, por exemplo, o protagonista Arnaldo Loureiro é constituído a partir do modelo de personagem plana. O filho do sertão, por excelência, é um sujeito que possui conhecimento profundo sobre o lugar onde vive, destacando-se por uma série de características constitutivas de um arquétipo heroico: o rapaz é forte, ágil, honrado, frequentemente cabe a ele livrar a família do major Campelo de situações de perigo.

O posicionamento crítico de Lobato, portanto, guia-o para o desejo de uma representação a partir da “realidade” social. O sertanejo heroico de Alencar se transforma em ‘Velha praga’ e reaparece, em ‘Urupês’, como anti-herói. A busca pela realidade por meio da contraposição à idealização levou o autor a apresentar o modelo alencariano às avessas.

Contrapôs-lhe a cruel etnologia dos sertanistas modernos um selvagem real, feio e brutesco, anguloso e desinteressante, tão incapaz, muscularmente, de arrancar uma palmeira, como incapaz, moralmente, de amar Ceci. (LOBATO, 2009, p. 167)

Vimos que em ‘Velha praga’ Lobato adota o recurso de animalização dos pobres, o que parece ser frágil como uma representação que se pretende realista. Em ‘Urupês’ o articulista reapresenta o caipira a partir de suas características negativas e

ratifica sua inércia, perante a dinâmica do progresso e dos acontecimentos políticos do Brasil. O país vive a Independência, a Abolição da Escravidão, a Proclamação da República e o pobre do meio rural, de cócoras, alheio ao mundo que o cerca.

Porque a verdade nua manda dizer que entre as raças de variado matiz, formadoras da nacionalidade e metidas entre o estrangeiro recente e o aborígene de tabuinha no beijo, uma existe a vegetar de cócoras, incapaz de evolução, impenetrável ao progresso. Feia e sorna, nada a põe de pé. (LOBATO, 2009, p. 169)

Lobato reduz o horizonte de percepção social ao relatar o modo de vida do Jeca Tatu. A descrição dos costumes marcada pela figura do caipira, inerte e acororado, expõe a escolha crítica do autor. A insistência em ressaltar os aspectos negativos, expressando juízos de valor torna sua proposta questionável. A busca por uma descrição realista, não idílica, portanto, leva-o a contrariar o modelo tradicional, heroico, compondo um anti-herói, que pode também não se sustentar como pretensa representação da “realidade”. O autor, neste momento, não consegue deixar sua posição social de lado.

Nada o esperta. Nenhuma ferrotoada o põe de pé. Social, como individualmente, em todos os atos da vida, Jeca, antes de agir, acocora-se. Jeca Tatu é um piraquara do Paraíba, maravilhoso epítome de carne onde se resumem todas as características da espécie. (LOBATO, 2009, p. 169)

A linguagem do caipira compõe certo ar pitoresco, muitas vezes apresentada pela literatura dita regionalista, destinada, supostamente, aos leitores da cidade. O atrofiamiento da linguagem do Jeca em ‘Urupês’ soa como uma espécie de acusação. Expressar-se de acordo com a norma civilizada possui valor para a cultura defendida pelo intelectual. A linguagem do outro, não letrado, causa estranhamento: “De pé ou sentado as ideias lhe entramam, a língua emperra e não há de dizer coisa com coisa.” (LOBATO, 2009, p. 169). A perspectiva de Lobato é, neste momento, conduzida pelos valores de uma vida escolarizada, intelectualizada. O que é elogiável para sua lógica provém da civilização: as letras, o desenvolvimento econômico, a modernização, aspectos associados ao espaço urbano. Se pensarmos que a língua portuguesa é uma imposição colonial histórica aos povos originários do Brasil e, como o próprio autor argumenta, os caboclos descendem dos índios, há nessa postura resquícios do conflito histórico entre povos dominantes e dominados. A oposição entre os

portadores de uma linguagem articulada, em relação aos Jecas estremunhados, pode reforçar a lacuna entre letrados e não letrados, pessoas ligadas à cultura urbana, de matriz europeia e pessoas ligadas à cultura local, à margem da cidade.

Os caipiras de modo geral estão no polo frágil destas tensões sociais. Intelectual e Jeca são desiguais. Um dotado de um determinado conhecimento histórico, com postura desenvolvimentista, engajado a um projeto de país. O outro encoscorado, ocupando-se de maneira pragmática, portador de um tipo de conhecimento não valorizado pela cultura dominante.

Lobato inverte a lógica de dominação entre meio urbano e meio rural. Em obras como *O Saci*, voltando-se para as crianças anos mais tarde. Nessa obra o autor concebe a cultura advinda dos negros e indígenas em outros termos. Quando Pedrinho, menino da cidade, interessa-se pelo Saci, são Tia Nastácia, Tio Barnabé e o próprio duende que lhe ensinam questões sobre vida, que não cabem na cultura letrada. É o Saci que ensina o menino a "ler" a mata e, quando os dois protagonistas discutem, é sempre o personagem folclórico que ganha a disputa entre os ambientes rural e urbano.

Em 'Urupês' as características do Jeca são sistematicamente negativas. A imagem condenada do caipira se vincula à ideia de improdutividade. Lobato expressa suas impressões quanto às limitações do trabalhador rural. O caipira é para o autor um contrapeso social, representante de nosso atraso.

Pobre Jeca Tatu! Como és bonito no romance e feio na realidade!
(...)

Quando comparece às feiras, todo mundo logo adivinha o que ele traz: sempre coisas que a natureza derrama pelo mato e ao homem só custa o gesto de espichar a mão e colher. (...) (LOBATO, 2009, p. 170)

A preguiça do Jeca é constante destaque no discurso lobatiano. O autor caracteriza o caipira por meio da "lei do menor esforço" (LOBATO, 2009), característica reveladora da sua incapacidade produtiva, falta grave para o intelectual. Novamente, os caipiras são caracterizados como vadios, ociosos, excluídos do sistema vigente. Na mesma toada, o autor destaca a habitação dos jecas, argumentando que sua casa de sapé é um dos símbolos de sua improdutividade. Existe para Lobato um parâmetro de desenvolvimento, certamente um modelo de residência advindo da cidade, do mundo civilizado:

Seu grande cuidado é espremer todas as consequências da lei do menor esforço - e nisto vai longe.

Começa na morada. Sua casa de sapé e lama faz sorrir aos bichos que moram em toca e gargalhar ao João-de-Barro. Pura biboca de bosquímano. Móvel, nenhuma. A cama é uma espipada esteira de peri posta sobre o chão batido.

Às vezes se dá ao luxo de um banquinho de três pernas – para os hóspedes. Três pernas permitem equilíbrio; inútil, portanto, meter a quarta, o que ainda obrigaria a nivelar o chão. (LOBATO, 2009, p. 170)

A visão do autor em 'Velha praga' e 'Urupês' pressupõe um estado de consciência política que passa pela educação civilizada, elemento ausente na formação e nos costumes dos pobres de modo geral e, sobretudo, da população pobre do campo. Se o exercício de Lobato é válido para representar esta cultura, questionando as queimadas e a representação idílica na tradição brasileira, seu posicionamento político é ainda reduzido.

Os pressupostos do autor revelam, portanto, um ponto de vista restrito, compreendendo que o homem é fruto apenas de seu próprio esforço. Para o articulista, se o trabalho, o empenho, a dedicação e a atitude do Jeca fossem outros, estaria tudo no eixo. Lobato não considera circunstâncias variáveis da prática caipira, sua cultura tradicional, transmitida entre gerações, independentes dos valores urbanos. O modo de vida do Jeca afronta a perspectiva do intelectual. "Seus remotos avós não gozaram maiores comodidades. Seus netos não meterão quarta perna no banco. Para que? Vive-se bem sem isso." (LOBATO, 2009, p. 171).

A indignação do autor passa pelo reconhecimento exclusivo de sua própria cultura. O jornalista não percebe facilmente qualquer valor oriundo da pobreza dos Jecas. Por enquanto os hábitos dessa gente revelam traços de sua personalidade, que giram em torno do fatalismo e da modorra. Mesmo quando descreve o trabalho desta população, o articulista percebe alguns traços de preguiça e comodismo.

Da terra só quer a mandioca, o milho e a cana. A primeira, por ser um pão já amassado pela natureza. Basta arrancar uma raiz e deitá-la nas brasas. Não impõe colheita, nem exige celeiro. O plantio se faz com um palmo de ramo fincada em qualquer chão. Não pede cuidados. Não a ataca a formiga. A mandioca é sem-vergonha. (LOBATO, 2009, p. 172)

Lobato ainda argumenta a respeito da participação política do caipira, gesto que dependeria, em condições ideais, de esclarecimento, de alfabetização, de instrução formal, da escolarização advinda da cidade. A realidade brasileira quanto a essas questões até hoje apresenta limitações. Muitos dos eleitores brasileiros são

ainda influenciados pela grande mídia ou por notícias falsas em redes sociais. O voto da população pobre e ignorante parece estar ao léu há muito tempo. No nascedouro do Jeca, seu criador aponta assertivamente para um cenário de participação política comparavelmente lamentável:

O fato mais importante de sua vida é sem dúvida votar no governo. Tira nesse dia da arca a roupa preta do casamento, sarjão furadinho de traça e todo vincado de dobras; entala os pés num alentado sapatão de bezerro; ata ao pescoço um colarinho de bico e, sem gravata, ringindo e mancando, vai pegar o diploma de eleitor às mãos do chefe Coisada, que lho retém para maior garantia da fidelidade partidária.

Vota. Não sabe em quem, mas vota. Esfrega a pena no livro eleitoral, arabescando o aranhol de gatafunhos a que chama “sua graça”. (LOBATO, 2009, p. 173)

Assim como em ‘Velha praga’, o caipira foge da norma, não se adapta à civilização e às noções de progresso, repelindo a cultura da cidade. O caipira é visto neste momento como sujeito arredio às regras, oposto ao intelectual que o descreve.

Outro ponto de divergência entre Lobato e o Jeca é a noção de patriotismo, valor destacável para o intelectual. O autor desconsidera aqui o caipira como elemento da cultura nacional, ocupando-se com a consciência de nacionalidade inexistente na vida do mesmo.

O sentimento de pátria lhe é desconhecido. Não tem sequer a noção do país em que vive. Sabe que o mundo é grande, que há sempre terras para diante, que muito longe está a Corte com os graúdos e mais distante ainda a Bahia, donde vêm baianos pernósticos e cocos. (LOBATO, 2009, p. 174)

A perspectiva do autor no artigo “Urupês” se caracteriza por meio da distância mantida em relação à população que observa. Lobato ora manifesta uma espécie de lamento pela ausência do progresso, ora expressa uma impressão burguesa. Ao mesmo tempo em que o texto se torna relevante por observar o caboclismo, contraponto de uma idealização que, para o autor, não fazia sentido diante de um contexto alarmante, é possível perceber os limites estabelecidos pelos julgamentos ali expostos. Entre inúmeras paisagens coloridas o urupê é, sem constrangimento, a figura de nosso atraso.

No meio da natureza brasílica, tão rica de formas e cores, onde os ipês floridos derramam feitiços no ambiente e a infolhescência dos cedros, às primeiras chuvas de setembro, abre a dança dos tangarás; onde há abelhas de sol, esmeraldas vivas, cigarras, sabiás, luz, cor, perfume, vida dionisíaca

em escachoo permanente, o caboclo é o sombrio urupê de pau podre a modorrar silencioso no recesso das grotas.
Só ele não fala, não canta, não ri, não ama.
Só ele, no meio da tanta vida, não vive... (LOBATO, 2009, p. 177)

A pobreza da população observada não sensibiliza o articulista, nem o constrange. Para o autor, os Jecas não se comportam como pessoas, são equivalentes a animais, causando-lhe motivos de indignação, escárnio ou sátira. Lobato não observa o problema por meio de uma perspectiva social, historicamente desigual, pelo menos não neste momento.

O posicionamento de Lobato, porém, funciona como uma faca de dois gumes, ao mesmo tempo que não se identifica com a população retratada, denuncia suas condições de vida, revelando um problema social relevante. O Jeca o projeta nacionalmente, fazendo com que sua vida como fazendeiro dure apenas mais três anos. A partir de suas primeiras impressões sobre o caipira, o jornalista se torna ainda mais produtivo, o que fará o autor refutar algumas de suas primeiras impressões e apurar seu olhar social, conforme caminha.

4.2 CONTORNOS NACIONALISTAS

Lobato manifesta sua nova impressão sobre o Jeca Tatu no epílogo do livro *O Saci-pererê: resultado de um inquérito*. No primeiro trecho do artigo o autor esboça o modelo de produção cultural vigente no Brasil de 1918, organizado a partir do reconhecimento da cultura europeia em contraposição ao nosso suposto atraso: "(...) Nós paramos à porta, bons brasileiros que somos." (LOBATO, 2008, p. 368). Há em tal afirmação uma crítica destinada à intelectualidade brasileira, que, segundo o autor, não escapa de uma produção cultural que emula os modelos europeus.

O autor afirma que seu livro ajudará os brasileiros a se conhecerem. O esforço pelo resgate cultural em torno do saci coincide com um dos temas mais abordados por Lobato: o estabelecimento de elementos nacionais. Esta questão permeia sua obra em outros momentos, tornando-se fundamental para um processo interpretativo satisfatório:

Este livro significa um pouco mais do que parece no primeiro relanço. Revela o onde e o como se hão de buscar os elementos de estudo e compreensão de nós próprios. Até hoje seguimos a senda oposta. Para fazer um fato novo

tomamos a medida de um habitante da Lua. Nunca nos vemos a nós e todos os nossos males embicam neste erro. (LOBATO, 2008, p. 368)

O autor argumenta neste texto a compreensão do Brasil por meio de uma divisão de zonas distintas: a plagiária e a outra. A primeira, formada pela cidade, organiza-se por meio de uma lógica imitativa dos valores e costumes europeus, tendo como representante máximo a figura do Capilé. A outra seria composta pelo espaço rural e as pessoas que ali vivem.

A plagiária arrota-se de civilizada porque montou à beira mar um mambembe pilharengo de civilizações alheias, e vive a epatar-se (a palavra é criação dela e mostra que original inventiva ela tem) e vive a epatar-se a si mesma com o uso e abuso das ideias, álcoois, sentimentos e farofas que a Europa lhe impinge em troca do café, da borracha e do cacau que a *outra* produz. (...) (LOBATO, 2008, p. 368)

O autor alerta para o potencial produtivo da população que vive no ambiente rural, que, ironicamente, sustentaria os elementos de europeização dos Capilés. Se recordarmos as acusações realizadas em ‘Velha praga’ e ‘Urupês’, observamos uma mudança de perspectiva considerável em relação aos caipiras. Outrora representativos da lei do menor esforço, os habitantes do meio rural agora são compreendidos como sustentáculo da economia estabelecida no país.

Lobato discorre de maneira bastante sarcástica sobre a lógica plagiária e seu representante. Do mesmo modo que a cidade funciona a partir de um caráter imitativo, por intermédio de padrões europeus: a arte, a cultura e a arquitetura também são concebidas pela ideia de cópia. Assim, evidenciam-se algumas contradições, representadas no texto pela imagem do Capilé:

Dá-se a todos os luxos europeus; inclusive ao de uma arte morfinômana, caquética que impa de *boulevardière*. Supõe-se esta civilizaçõzinha um raro *whisky* de requintadíssimo sabor; mas não passa, no juízo dos paladares finos, de insulso Capilé. Capilé com goma no máximo. Capilé *gommeux*, ah! ah! ah! (LOBATO, 2008, p. 368-369)

O articulista apresenta o contexto da cultura urbana do Brasil em 1918, detalhando-a de modo pejorativo. Por meio de tal caricatura é possível perceber os costumes e valores em voga na cidade, bem como a lógica de imitação ali instaurada. Apesar da ironia e sarcasmo do autor, é o Capilé que comanda o país “(...) é quem dirige, é quem educa e governa” (LOBATO, 2008, p. 369), impondo sua cultura.

O autor aborda a imposição histórica do homem letrado sobre o iletrado, dos supostamente civilizados sobre os supostamente bárbaros, dos indivíduos que se vinculam à cultura europeia, por meio da cidade, sobre aqueles que se vinculam à cultura local, ligada ao espaço rural, estabelecendo uma lógica de dominação entre esses ambientes.

Lobato vai além, defende os caipiras diante da opinião geral que se espanta com sua aparência e seus costumes. De todo modo, percebe-se que seu ponto de vista não condiz com a percepção da maioria de seus colegas. O pobre do campo causa resignação na sociedade civilizada, no mundo organizado, segundo pressupostos gerais. Por isso a mudança de postura do autor diante do Jeca é tão significativa.

– Horror, meu Deus! Que dirá Mr. Paul se lhe dá na telha sair da avenida e penetrar nesse indecoroso sertão e lá enxergar homens cor de telha lavrando a terra sem pulseiras de relógio nas munhecas, bebendo cachaça em vez de *chertreuse*, lendo no livro da natureza em vez de ler no Binóculo. Pensa deste teor e age em consequência, mestre Capilé. (LOBATO, 2008, p. 369)

O articulista elenca produtos que caracterizam o pertencimento à cultura civilizada. Além da adesão a gestos de consumo, ele levanta também aspectos oriundos de um processo de alfabetização, escolarização e participação política, como elementos de constituição do Capilé.

O parâmetro europeu encontrado nos costumes das cidades, principalmente no Rio de Janeiro, materializa-se, segundo o autor, nas obras literárias e nos muitos periódicos que circulam no Brasil do início do século XX. É bastante comum nesses produtos culturais a utilização das línguas e culturas inglesa e francesa em termos isolados, parágrafos inteiros, ou para pensar projetos literários. A obra de João do Rio, por exemplo, desenvolve-se a partir dessas matrizes. Esses textos alcançaram um sucesso de público no início do século XX, evidenciando a coerência da resistência cultural defendida por Lobato. O autor prega, por meio da valorização do Jeca Tatu a inversão da lógica de produção cultural estabelecida. (...) Vejam-se as letras. Nenhuma invenção, nenhum desenvolvimento por graus de sementezinhas germinadas *in loco*. Sempre o transplante e o plágio. (...) (LOBATO, 2008, p. 371)

Observamos no epílogo um raciocínio que se desenvolve por meio de elementos constituintes de certa nacionalidade a partir do homem do campo. Agora,

o caipira resume a originalidade em meio à cópia modernizadora, tornando-se símbolo de resistência.

Não há mais ilusões. Não seremos nunca um “original”, e sim má “cópia”. O partido do plágio erigido em sistema de governo e educação vencerá em toda linha. Pobre do meu Jeca Tatu, serás suprimido! Negar-te-ão na paz; rebentar-te-ão a dinamite na guerra. Tu maculas com uma nota de originalidade a obra maravilhosa do plágio. Já em Canudos, porque atrevestes a afirmar uma convicção, esmagaram-te em guerra cruel, glória eterna do vencido, vergonha eterna do vencedor. A luta continua. Canudos foi apenas um incidente vermelho. Continua o teu rechaçamento sistemático porque tu, Jeca, tens a suprema coragem de não ser grotesco por figurinos franceses. A verdade é esta: Jeca é a única afirmação de individualidade não laivada de ridicularias que possuímos (...) (LOBATO, 2008, p. 373)

Lobato sai em defesa do Jeca por meio de uma perspectiva mais ampla. Antes vinculado à região do Vale do Paraíba, agora apresentado como modelo representativo da população que foi derrotada na Guerra de Canudos. Antes responsável pelos problemas nacionais, agora, ainda que no centro do problema, o Jeca é alçado a uma espécie de herói. Sua valorização é estratégica para uma série de problemas brasileiros. Desse modo, a perspectiva do intelectual não acompanha o pensamento dos dirigentes do país. Os pobres do campo e, certamente os pobres na cidade, estavam à margem do processo de modernização, largados ao analfabetismo e à ignorância, representando a contradição do progresso brasileiro.

A relação entre o intelectual e o Jeca é redimensionada no epílogo. O texto esboça uma compreensão diferente de Lobato em relação aos sujeitos pobres do meio rural, que seriam a garantia de certa singularidade de nossa cultura:

Pois bem: seguimos o caminho errado. Condenamos Jeca à morte. Damos-lhe na cabeça com o rifle na guerra, com o alfabeto e o voto na paz. Jeca, entretanto, resiste. É na paz o que foi em Canudos: um heroísmo silencioso que morre mas não adere. Jeca só trabalha para si: nunca virá ao país um conde montado no trabalho dele. Jeca não lê: o Binóculo nunca atingirá proporções de telescópio por culpa dele. Jeca não vota: nunca assentar-se-á na *currul* suprema um...(autocensura) pelo peso de um voto seu. Jeca não paga impostos. Resiste ao fisco pelo meio mais eficaz: não acumulando nada que meirinhos possam penhorar. Resiste à cultura, resiste a Havas, resiste ao *suelto*, resiste ao juiz, ao escrivão, ao sargento de polícia, à Light, ao cônsul inglês, ao estado de sítio, ao *Miroir de La Mode*, ao parnasianismo, ao João do Rio, ao largo do Rosário, a Sanches, ao patriotismo, ao nacionalismo de artigo de fundo, ao telefone, aos *Aveugles-nes*, às Indústrias Reunidas, à colocação dos pronomes, ao Mappin, a Rosatti. (LOBATO, 2008, p. 375)

O caráter particular do Jeca, sua essência não civilizada, ao contrário da linha de pensamento dos primeiros artigos, não mais irrita o autor. A suposta barbárie,

representada pelos caipiras, é elemento que compõe traços de autenticidade e distinção cultural, em contraposição a aspectos integrados e imitativos da cultura dominante. Assim, o articulista propõe a figuração do roceiro como o avesso da metrópole, uma figura local e nacional por excelência. Dessa forma, o epílogo estabelece, portanto, o reconhecimento da figura do Jeca Tatu, símbolo da população rural brasileira, mesmo contra a corrente.

O epílogo da obra *O Saci-pererê: resultado de um inquérito* reflete sobre a figura do Jeca Tatu, a partir de contornos nacionalistas, tendo em vista, principalmente um levantamento de questões ligadas à cultura brasileira de modo geral. Os textos enfeixados sob o título *Problema Vital*, escritos e publicadas no mesmo ano em que o epílogo, alertam para a força produtiva do Jeca Tatu e a urgência de curá-lo, mantendo a lógica de valorização da população caipira para o caráter produtivo brasileiro.

Essa obra foi produzida a partir de uma iniciativa da Sociedade Eugênica de São Paulo e da Liga Pró-Saneamento do Brasil. Essas instituições eram formadas por médicos sanitaristas, sendo os principais deles, Belisário Pena, Artur Neiva¹⁷ e Carlos Chagas. Inspirados nas expedições de Oswaldo Cruz e no discurso de Miguel Pereira¹⁸. Fica claro que as lideranças da medicina no país atentaram, nesse momento, para o estado de saúde da população do campo.

Silva em artigo intitulado '*Problema vital: a reestruturação do Brasil sob a ótica da medicina higienista*', publicado na obra *Monteiro Lobato, livro a livro: Obra adulta/ organização Marisa Lajolo*, mencionado no capítulo anterior, expõe que o movimento sanitarista de São Paulo possuiu forte cunho patriótico.

Sanear o país significava também contribuir para seu desenvolvimento. Esse sentimento de nacionalidade, advindo de um movimento coletivo, despertou também, na intelectualidade ligada à saúde, a necessidade de compreender e intervir na realidade brasileira. Medidas sanitárias eram sinais de esperança e progresso: (...)" (SILVA, 2014, p. 62 -63).

A busca pelo conhecimento da realidade social, somada à urgência de tratar os trabalhadores do campo, impulsiona o grupo de intelectuais ligados à saúde a militar a favor do saneamento brasileiro. Munidos de conhecimentos novos da microbiologia, esses profissionais passam a defender a eficiência de suas ações, principalmente na área rural, como fator preponderante para o desenvolvimento do país. Lobato, por sua

¹⁷ Cientista, etnógrafo e político brasileiro.

vez, aproxima-se desses ideais e apresenta, a partir da figura do Jeca, um discurso crítico e inflamado em defesa do saneamento progressista.

Em artigo intitulado 'A ação de Oswaldo Cruz', o autor ressalta o ponto de vista historicamente equivocado pelo qual o brasileiro se percebe. É urgente uma compreensão balizada pelos fatos: "(...) Sempre vimos errado, a nós e às nossas coisas. E apesar de inúmeras decepções continuamos a ver-nos ainda às avessas." (LOBATO, 2010, p. 22).

O articulista afirma que o equívoco histórico pelo qual se via o brasileiro, compunha uma "tríplice miragem", já que discursos correntes no Brasil fortaleciam ideias falsas sobre a realidade social quanto à inteligência, à riqueza e à invencibilidade nacional. Lobato contradiz a opinião geral, argumentando que se a nação fosse inteligente, sua capacidade de organização e progresso seria notável. Quanto à riqueza, afirma que a comemoração se daria por um bem inexistente. Quanto à invencibilidade em guerra, limitou-se a caracterizá-la como outro mito: "(...) esse miserável resto do planeta que não tem a sorte de ser Brasil." (LOBATO, 2010, p. 23).

A crítica estabelecida em 'Urupês' permanece em sua escrita, uma vez que o autor compreende que certa alienação cultural foi disseminada por meio de representações ilusórias compostas por literatos brasileiros. Tais contornos sustentariam a inércia proporcional ao quantitativo de doentes nos campos. Por isso, Lobato adota um tom de indignação direcionado à intelectualidade:

Retrato do nosso caboclo quem o dá perfeito, com fidelidade fotográfica, é o médico ao desenhar o quadro clínico do ancilostomado. Tudo mais é mentira, retórica, verso. Esses heroicos sertanejos, fortes e generosos, evolução literária dos índios plutárquicos de Alencar; essa caipirinha arisca, faces cor de jambo, pés lépidos de veada, carne dura de pêssego: licenças bucólicas de poetas jamais saídos das cidades grandes. (LOBATO, 2010, p. 30)

Ao aliar-se a médicos como Oswaldo Cruz e Belisário Pena, que percorreram o país na perspectiva de compreender a realidade interiorana, o autor critica, sistematicamente, os produtos literários que não se atentariam para a realidade brasileira dos campos. Havia para o autor uma insistência em caracterizar a população pobre por meio de traços heroicos, agradáveis e romanescos, em detrimento ao cenário alarmante, detalhado pelos sanitaristas. Lobato desta vez inocenta o povo,

justificando sua passividade. O problema da vez é a adesão do discurso, oriundo de setores específicos, que insistiu em esconder o problema.

O povo, ingênuo que é, decorou a sério o agradável estribilho da riqueza sem par, da inteligência primacial e da invencibilidade parelha da nipônica; e conseqüente com o ensinado assumiu uma atitude lógica: papo ao ar em sorridente lombeira. Se somos assim ricos, e geniais, e invencíveis, gozemo-nos disso em doce *otium cun dignitate*, é lógico. (LOBATO, 2010, p. 23)

Com a adesão ao discurso proposto pelos sanitaristas, o parasitismo “sarcoptoso”, anteriormente atribuído à mulher do Jeca, é destinado agora à organização política do país. Tal sistema se beneficiaria com as condições da população pobre do âmbito rural. O autor denuncia mais uma vez a ausência de originalidade brasileira nas ciências, artes e letras, acusando-as de imitar os modelos europeus. Lobato afirma que o Brasil de 1918 estava despertado de um “sono de ópio”, no qual as únicas ações relevantes eram as expedições de Oswaldo Cruz: “A escolha desse homem para chefe da higiene no Rio foi o maior passo, talvez o único, dado pelo país durante a República para arrancar-se ao atoleiro onde lentamente afundava (...)” (LOBATO, 2010, p. 24). O autor defende a adoção de métodos modernos frente aos discursos vazios de outrora: “(...) era o moderno espírito científico a tomar pé no país do palavreado oco.” (LOBATO, 2010, p. 24).

Lobato é claramente desenvolvimentista e adere à importância da microbiologia, que ele denomina de “ultravisão”, baseado nas descobertas de Pasteur e na adoção do método no Brasil pelo Instituto Manguinhos, por Oswaldo Cruz e pelos estudiosos que o circundavam:

(...) Aqui, em torno de Oswaldo, um pugilo de estudiosos se cerrou em Manguinhos, cheios de mesmo ardor apostólico.
O que em tão curto prazo operaram estes heroicos moços nunca será louvado em excesso.
Oswaldo, Gaspar Viana, Chagas, Neiva, Lutz, Astrogildo, Chaves, Vilela, e Belisário Pena fizeram num lustro o que a legião de chernovizantes anteriores não fez num século. (LOBATO, 2010, p. 25)

Antes culpado pela sua preguiça, agora a postura do Jeca é justificada pela doença. Antes anti-herói, o sujeito do campo ganha contornos de vítima de uma sociedade que o ignora. Lobato compreende que o pobre aderiu ao discurso ilusório sobre si, sustentando, inconscientemente, a conveniência política da situação, até ser “iluminado” pelos sanitaristas. “O povo, cretinizado pela miséria orgânica de mãos

dadas à mistificação republicana, olha em torno e só vê luz no farol erguido por Oswaldo num recanto sereno do Rio. (...)” (LOBATO, 2010, p. 26).

O articulista denuncia a discrepância entre a realidade e a ilusão há muito replicada, propondo como alternativa as ações higienistas, em caráter de urgência. O autor apresenta, por meio da expressão “tríade infernal”, os problemas de saúde que mais teriam assolado o Brasil de seu tempo em ‘Dezessete Milhões de Opilados’, ‘Três milhões de idiotas’ e ‘Dez milhões de impaludados’, destacando nesses textos as doenças da população caipira.

O jornalista estima que 70% dos brasileiros eram acometidos pela ancilostomose, conhecida também por cangoari, opilação ou amarelão. Sua descrição denuncia o Jeca, há muito doente, não visto por conveniência política:

(...) a triste criatura vira um soturno urupê humano, incapaz de ação, incapaz de vontade, incapaz de progresso.

(...)

O que nos campos a gente vê, deambulando pelas estradas com ar abobado, é um lamentável naufrago da fisiologia, a que chamamos homem por escassez de sinonímia. Feíssimo, torto, amarelo, cansado, exangue, faminto, fatalista, geófago, - viveiro ambulante do verme destruidor. (LOBATO, 2010, p. 30)

O Jeca não é mais o sujeito preguiçoso apresentado em ‘Urupês’ e “Velha praga’. Tal condição se dava devido ao estado de saúde, causado pela ausência de higienização e saneamento. Esse raciocínio sustenta a maioria dos artigos de *Problema Vital*, marcados por um tom propagandista, em um questionamento insistente às autoridades, aos políticos, aos funcionários públicos, aos habitantes da cidade e à intelectualidade brasileira. O pensamento de Lobato, porém, carrega ainda o valor negativo atribuído aos caipiras, pois a pobreza constitui uma espécie de doença generalizada nos campos.

Ao apresentar as três enfermidades de maior impacto sobre os caipiras, o autor descreve detalhadamente a necessidade de cuidados, as maneiras pelas quais a população contraía as enfermidades, como os parasitas avançavam em cada caso, insistindo recorrentemente na urgência de saneamento. Em diversos artigos do livro, a solução é só uma: sanear, a partir da orientação do grupo de Oswaldo Cruz:

Programa patriótico, e mais que patriótico, humano, só há um: sanear o Brasil!

Guerra com a Alemanha só há uma: sanear o Brasil.

Reforma eleitoral só há uma: sanear o Brasil.
Fomento da produção só há um: sanear o Brasil.
Campanha cívica só há uma: sanear o Brasil.
Serviço militar obrigatório só há um: sanear o Brasil. (LOBATO, 2010, p. 38)

Lobato (2010) ironiza as diferentes reações de setores da sociedade, negando as doenças ali expostas. “Os intelectuais literatejam”, “as autoridades não movem passo”, “a política sarcaptosa” interessada no “sono budista” do povo. Os funcionários públicos são comparados a parasitas. A discussão política é centrada em outras questões por conveniência. Os coronéis não acreditam em algo que não veem. Os proprietários, portadores de uma postura parasitária não se interessam pela saúde dos trabalhadores. O articulista apresenta, portanto, uma conjuntura que ignora aos problemas denunciados.

O caipira, além de pobre, está opilado, incapaz de trabalhar e de raciocinar, faminto, repleto de vermes, inválido e embriagado. Sua mulher ganha contornos martirizados: portadora de sífilis, perdendo uma quantidade de filhos absurda, devido à doença, parecendo crescer já envelhecida. “Do lado feminino é a mulher sem idade, macilenta aos 12 anos, velha aos 16, engrovinhada aos 20, múmia aos 30 e, como o homem, ocupada na tarefa de abrigar carinhosamente no seio à fauna infernal.” (LOBATO, 2010, p. 30).

Lobato defende que a ausência de saneamento afetaria diretamente a esfera econômica do Brasil, uma vez que a população atingida pelas doenças seriam também os trabalhadores que se empenhavam rumo ao progresso do país. Desse modo, o articulista apresenta uma visão utilitária em relação aos pobres: é necessário cuidar dos trabalhadores, habitantes dos campos, pois eles constituem peça fundamental para o crescimento da nação.

A sensibilidade para com os mais pobres não equivale apenas a um sentimento movido por uma consciência social ou humanitária do articulista, por determinada compaixão em relação aos pobres. Trata-se de um olhar prático e político. Lobato não resolveu proteger os pobres. Há, em sua perspectiva, um constante projeto de país, que agora depende do trabalho dos antigos preguiçosos.

Se em ‘Velha praga’ o escritor estava preocupado em alertar a população das cidades quanto a um dano ambiental, considerando facilmente a população do meio rural como culpada, agora é preciso enxergá-la mais de perto. Preocupar-se com os caipiras é movimento fundamental, tendo em vista a demanda de um mundo

competitivo, conduzido pelas grandes nações em um contexto modernizado. A pauta é baseada em um projeto econômico. Isso fica claro no momento em que o autor lista em “Déficit econômico, função do déficit da saúde” o comparativo de produção de alguns países da América.

Enquanto Cuba exporta por habitante 413 mil-réis, e o Canadá 392 mil-réis, e a Argentina 248 mil-réis, e o Uruguai 196 mil-réis, e a Nicarágua 126 mil-réis, e o Chile 121 mil-réis, nós, o colosso, nós, os oito milhões de quilômetros quadrados, nós, os 25 milhões de brasileiros, nós, que vamos do Amazonas ao Prata, nós produzimos apenas...39 mil miseráveis réis! Menos, só dois países da América: o Paraguai, a quem matamos na guerra todos os homens, e São Salvador, brasileiro que ninguém sabe ao certo onde fica. (...) (LOBATO, 2010, p. 61)

Trata-se de uma visão prática de um sujeito que está discutindo as possibilidades de crescimento do país. Assim foi em ‘Velha praga’ e ‘Urupês’, quando, mesmo culpando o caipira, o autor levantou problemas coerentes e relevantes para a sociedade brasileira: queimadas na Serra da Mantiqueira e idealização histórica da representação do homem do campo. Lobato mantém essa linha de raciocínio. Sua preocupação agora é sanear, curar, produzir, expressar um desejo, aderir a um sistema, a uma lógica de desenvolvimento, que não admite a lógica oriunda do campo, dos pobres, agora doentes do sertão. Vale salientar, porém, que tal raciocínio ratifica, por outro viés, uma constante de seus primeiros artigos de impacto: o caipira é companheiro do atraso.

A saúde dos jecas garantiria ao grupo de Lobato um impacto direto ao Brasil. Sua capacidade para o trabalho chama a atenção do autor. Se em ‘Velha praga’ o camponês europeu era o modelo a ser seguido, agora é preciso curar os trabalhadores brasileiros e contratá-los, tendo em vista sua importância no processo produtivo nacional:

Deste deperecimento progressivo da população defluiu nosso craque econômico. As lavouras organizadas, como a do café, entanguem-se no desespero da falta de braços, mal se interrompe a corrente da imigração europeia.
Braços! Braços! Há fome de braços. Um país de 25 milhões de habitantes não consegue fornecer braços para a lavoura do café, lavoura que *produz menos que uma das grandes empresas açucareiras de Cuba*.
É que os braços estão aleijados. (LOBATO, 2010, p. 36)

Os caminhos para o sucesso econômico brasileiro eram restritos. A mudança dependeria do trabalho de uma população que estava doente. A única medida

desejável eram adequações de cunho sanitário. O reconhecimento da população rural como propulsor econômico reforça esse discurso.

A população rural, esteio que é da riqueza pública, força primária da indústria extrativa, fonte de onde tudo promana, quanto mais doente se torna menos eficiente na produção de riqueza é.

Se está carunchada pelas verminoses, e enxague pela sucção dos parasitas endêmicos, o edifício construído sobre ela claro que há de ruir.

Opilada, impaludada, tracomatosa, embarbeirada, roída de inteligentísimos vermes por dentro e sugada no exterior por ineptos coronéis prepostos como manoplas estranguladoras no gasnete da vítima pelo bacharel político – triatoma por tabela que folga e ri nas capitais – , essa gente opera prodígios produzindo o pouco que ainda produz. (LOBATO, 2010, p. 62)

Não é possível o impacto produtivo se o trabalhador não está em plenas condições de saúde. Não é possível progresso econômico a partir de um Jeca doente e embriagado. Devido à enfermidade dos mais pobres e ao seu potencial produtivo desperdiçado, o gesto de sanear se torna patriótico. Por meio do saneamento e da higienização é possível produzir mais, gerar maior ganho econômico, desenvolvimento e progresso.

É necessário, portanto, olhar para o caipira, investigar sua realidade e fazê-lo calçar um sapato, prega Lobato, veementemente. É preciso retirá-lo de suas habitações rudimentares, ou alterá-las para que não seja também a residência dos parasitas que lhe subtraem a vida.

Nessas pocilgas humanas, falta de tudo, desde os elementos básicos da alimentação até as mais mezinhas noções de higiene, a vida é puramente vegetativa, sem beleza, sem dignidade, sem risos – um soturno e eterno gemido de dor transferido no rito apavorante da idiotia. (LOBATO, 2010, p. 35-36)

Em 'Um fato' Lobato conta o sucesso de uma intervenção de frades em uma região ribeirinha brasileira. Lá os religiosos conseguem fazer com que, a partir de novos hábitos sanitários, haja melhorias no estado do caipira doente. Neste artigo o autor amplia sua perspectiva. O reconhecimento do estado de saúde torna o homem do campo, anteriormente culpado, vítima espezinhada de uma conjuntura social mais ampla. Por isso Lobato reclama atenção ao Jeca, denunciando a contribuição de diferentes setores da sociedade para o esquecimento desta população.

Lobato parece utilizar o episódio de "Um fato" para desenvolver a narrativa *Jeca Tatuzinho*, peça publicitária de enorme repercussão, publicada em 1924. Esse

texto é intitulado 'A ressurreição' no volume *Problema vital, Jeca Tatu e outros textos* em edição atual da Globo, ficcionalizando a importância da adoção de hábitos de higiene para o progresso do homem caipira e do país.

4.3 A SERVIÇO DAS CAUSAS LOBATIANAS

Jeca Tatuzinho é uma anedota de cunho pedagógico, que foi distribuída no Brasil com o apoio de Cândido Fontoura. Uma historieta, de linguagem simples e acessível, que relata a anedota do personagem-título, com o intuito de difundir cuidados higiênicos e, posteriormente, de fazer propagandas de produtos farmacêuticos. Quanto ao aspecto formal, a narrativa utiliza linguagem simples e estrutura bastante previsível, mesma estratégia utilizada em *Zé Brasil*, publicada em 1947.

Zé Brasil e *Jeca Tatuzinho* são textos esquemáticos. Suas escritas se desenvolvem a partir de duas intenções distintas, mas um objetivo em comum: convencer uma população pobre e analfabeta de uma ideia que a beneficiará. Em 1924, Monteiro Lobato retomou as questões de saúde pública expostas nos artigos de *Problema Vital*, tornando-as compreensível para a população do campo, que poderia se reconhecer no drama e no êxito do caipira. Em 1947, o autor assume um posicionamento a favor do Partido Comunista Brasileiro, pautando a distribuição de terra, na tentativa de convencer os sujeitos da roça ao voto e às pautas ideológicas dessa vertente.

Ambas as cartilhas são emblemáticas para a obra de Lobato. Por meio delas, o autor tenta ampliar seu potencial comunicativo. Em seus diversos artigos o intelectual **fala sobre** o Jeca Tatu, apresentando seus defeitos para os habitantes da cidade em 'Urupês' e 'Velha praga', ou defendendo-o de uma percepção negativa generalizada em *Problema vital* e no epílogo do livro *O Saci-pererê: resultado de um inquérito*. Nas peças publicitárias, porém, existe a tentativa de **falar com** os caipiras brasileiros, no intuito de intervir diretamente em sua realidade. Para isso, Monteiro Lobato utiliza a estratégia formal, compondo uma historieta marcada por diálogos curtos, quase que ingênuos entre o Jeca Tatu e o médico na narrativa de 1924 e entre Zé Brasil e um jornalista na narrativa de 1947. Ambas as histórias desenvolvidas por meio de um sistema de perguntas e respostas.

As primeiras descrições de *Jeca Tatuzinho* retomam a figura dos primeiros artigos de Lobato: um sujeito dito preguiçoso, encoscorado, incapaz de movimento produtivo, visto como símbolo do atraso nacional.

Jeca Tatu era um pobre caboclo que morava no mato, numa casinha de sapé. Vivia na maior pobreza, em companhia da mulher, muito magra e feia, e de vários filhinhos pálidos e tristes.

Jeca Tatu passava os dias de cócoras, pitando enormes cigarrões de palha, sem ânimo de fazer coisa nenhuma. Ia ao mato caçar, tirar palmitos, cortar cachos de brejaúva, mas não tinha a ideia de plantar um pé de couve atrás da casa. Perto corria um ribeirão, onde ele pescava de vez em quando uns lambaris e um ou outro bagre. E assim ia vivendo.

(...) Todos que passavam por ali murmuravam:

– Que grandíssimo preguiçoso! (LOBATO, 2010, p. 102)

O ponto de partida explorado pelo texto publicitário resgata as imagens negativas da vida pregressa do Jeca Tatu. Seu estado de pobreza é evidente, sua mulher magra e feia, seus filhos pálidos e tristes, sua produtividade se estabelece a partir do que a natureza fornece. Esse contexto improdutivo, antiprogressista, revela a inércia do caipira, bem como o julgamento alheio sobre sua rotina. Nada na existência do Jeca valia a pena. Não tinha forças, tampouco disposição de carregar grande quantidade de peso, para que seu serviço rendesse mais. Tampouco se sentia motivado a consertar sua casa, fazer horta, plantar árvores frutíferas ou remendar roupa: Só pagava a pena beber pinga. “(...) E os passantes murmuravam: Além de vadio, bêbado...” (LOBATO, 2010, p. 103). Jeca não era capaz de desenvolver qualquer trabalho, impedindo possibilidades de prosperar de modo mais efetivo. No texto o caipira é comparado a um italiano, que reside nas redondezas e produz de outra maneira. O concorrente não perde suas plantações para as formigas. Jeca novamente fica para trás e é julgado pelos passantes. “Além de preguiçoso, bêbado; e além de bêbado, idiota – era o que todos diziam”. (LOBATO, 2010, p. 104)

O caipira, no entanto, recebe a visita de um médico, que observa sua condição de miséria, suspeita de seu estado de saúde, do amarelão, um dos males denunciados por Lobato em *Problema vital*, pedindo-lhe que suspenda a cachaça, calce os sapatos e tome os remédios recomendados.

Um dia um doutor portou lá por causa da chuva e espantou-se de tanta miséria. Vendo o caboclo tão amarelo e xucro, resolveu examiná-lo

– Amigo Jeca, o que você tem é doença.

– Pode ser. Sinto uma cansaça sem fim, e dor de cabeça, e uma pontada aqui no peito que responde na corcunda
Isso mesmo. Você sofre de ancilostomíase.

– Anci...o que? (LOBATO, 2010, p. 104)

Trata-se, portanto de uma doença. Antes de ser xingado, o Jeca Tatu deve ser compreendido como alguém que precisa de ajuda, precisa de uma ação higienista. Não é mais visto como preguiçoso, vadio, bêbado ou idiota, é preciso reconhecê-lo como alguém que precisa de tratamento, para que, a partir de então, ele possua condições de produzir o que se espera. A presença do médico na historieta resgata a máxima exposta em ‘Um fato’: “O caipira não “é” assim. “Está” assim.” (LOBATO, 2010, p. 69).

Jeca Tatuzinho segue um caminho previsível, facilidade exigida pela campanha que representa. A ideia da peça publicitária era disseminar cuidados requeridos a partir da contração de ancilostomíase, que melhorariam a vida do homem pobre do campo.

O doutor receitou-lhe o remédio adequado; depois disse:

– E trate de comprar um par de botinas e nunca mais me ande descalço nem beba pinga, ouviu?

– Ouvi, sim, senhor!

– Pois é isso – rematou o doutor tomando o chapéu. – A chuva já passou e vou-me embora. Faça o que mandei que ficará forte, rijo e rico como o italiano. Na semana que vem estareis de volta.

– Até por lá seo doutor!

Jeca ficou cismado. Não acreditava muito nas palavras da Ciência, mas por fim resolveu comprar os remédios, e também um par de botinas ringideiras.

Nos primeiros dias foi um horror. Ele andava pisando em ovos. Mas acostumou-se afinal... (LOBATO, 2010, p. 105)

O texto de lobato tenta introduzir aspectos da vida civilizada aos trabalhadores do campo. A presença do médico, diagnosticando o estado de saúde de Jeca Tatu, autorizaria a ideia de ciência negada pelos sujeitos do campo. Juntamente com o doutor e a ciência, aprofunda-se a necessidade de mudança de hábito. É preciso cessar com a pinga, tomar remédios e possuir botinas ringideiras, que impeçam a introdução dos vermes pelos calcanhares. Ao mesmo tempo que o texto reconhece a importância do caipira para o potencial produtivo do Brasil, atribuindo-lhe a devida importância, os elementos de solução de seus problemas se baseiam na lógica de dominação do contexto civilizado sobre o contexto rural.

No retorno do doutor, Jeca Tatu duvida da entrada dos vermes em seu corpo, fato que leva o médico a fazer uma experiência. O representante da ciência pede para que o Jeca ande descalço sobre a terra e depois mostra um tanto de “bicharia”, que o

caipira levaria consigo. O campônio fica admirado com o experimento e com a autoridade do conhecimento científico.

- E não é que é mesmo? Quem “haverá” de dizer!...
- Pois é isso, seo Jeca, e daqui por diante não duvide mais do que a Ciência disser.
- Nunca mais! Daqui por diante Nhá Ciência está dizendo e Jeca está jurando em cima! T’esconjuro! E pinga, então, nem pra remédio... (LOBATO, 2010, p. 106)

O episódio pretensamente inocente entre Jeca e doutor, entre o pobre do meio rural e o cidadão que possui recursos oriundos da civilização, torna-se marco da competência do cientista a partir de uma experiência prática. Esse aspecto pragmático do experimento ganha a confiança do caipira, por meio de uma linguagem simples e da valorização de um tipo de estudo até então desconhecido pelo homem do campo. O estudo prático dialoga com seu modo de viver, também pragmático: a hora do despertar, de ir para o trabalho, para comer, para se recolher e descansar, bem como os diferentes tipos de trabalho, carregar, plantar, pescar, colher.

À medida que Jeca calça os sapatos e adota os cuidados de higiene recomendados pelo doutor e pela Nhá Ciência ele se transforma. Sua disposição se revigora, tornando-se forte e produtivo. O caipira passa a carregar feixes enormes, a derrubar matas, a abrir roças, a consertar casas. Torna-se valente ao ponto de enfrentar onças e vencê-las:

- Tudo o que o doutor disse aconteceu direitinho! Três meses depois ninguém conhecia o Jeca.
- A preguiça desapareceu. Quando ele agarrava no machado, as árvores tremiam de pavor. Era pam, pam, pam... horas seguidas, e os maiores paus não tinham remédio senão cair.
- Jeca, cheio de coragem, botou abaixo um capoeirão para fazer uma roça de três alqueires. E plantou eucaliptos nas terras que não se prestavam para a cultura. E consertou todos os buracos da casa. E fez um chiqueiro para os porcos. E um galinheiro para as aves. O homem não parava, vivia a trabalhar com fúria que espantou até seu vizinho italiano.
- Descanse um pouco, homem! Assim você arrebenta... – diziam os passantes.
- Quero ganhar o tempo perdido – respondia ele sem largar o machado. – Quero tirar a prosa do “italiano”. (LOBATO, 2010, p. 106)

Na peça publicitária a concorrência com o italiano ganha força, lembrando a relação de rivalidade entre João Nunes e Pedro Porunga de ‘A vingança da Peroba’. No conto existe uma preocupação por parte de Nunes frente ao sucesso dos Porungas. Aqui há, primeiramente, os comentários quanto ao comportamento

negativo do Jeca. Julgamento expresso pelas palavras preguiçoso, vadio, bêbado e idiota. Posteriormente os comentários do italiano preocupam-se com a saúde do caipira. Agora, o esforço do Jeca indica o crescimento de sua produção. O italiano, assim como os Porungas para os Nunes, funciona como um parâmetro de produtividade. Na peça publicitária, no entanto, Jeca Tatu, o supera:

Dava gosto de ver as roças de Jeca. Comprou arados e bois, e não plantava nada sem primeiro afofar a terra. O resultado foi que os milhos vinham lindos e o feijão era uma beleza.
 O italiano abria a boca, admirado e confessava nunca ter visto roças assim
 E Jeca já não plantava rocinhas como antigamente. Só queria saber de roças grandes, cada vez maiores, que fizessem inveja no bairro.
 E se alguém lhe perguntava:
 – Mas para que tanta roça, homem? – ele respondia:
 – É que agora quero ficar rico. Não me contento com trabalhar para viver. Quero cultivar todas as minhas terras, e depois formar aqui uma enorme fazenda. E hei de ser até coronel...
 E ninguém duvidava mais. O italiano dizia:
 E forma mesmo! E vira mesmo coronel! *Per la Madonna!*... (LOBATO, 2010, p. 108)

A peça exagera em seu desfecho, pois além de o Jeca se adaptar, torna-se fazendeiro, transforma-se em um porta-voz, em um multiplicador quanto às medidas sanitárias a serem adotadas, replicando assim, um processo de intervenção para os trabalhadores da região. A prática de calçar os animais é um elemento de humor no texto, utilizado para dar exemplo a seus pares. Essa é uma estratégia da escrita lobatiana: compor caricaturas exageradas, que na narrativa em pauta convenceria a caipirada. É curioso notar que Jeca, assim como Lobato em muitos momentos, adota um plano de persuasão, para que seu discurso tenha adesão entre os seus.

E toda gente ali andava calçada. O caboclo ficara com tanta fé no calçado que metera botinas até nos pés dos animais caseiros!
 Galinhas, patos, porcos, tudo de sapatinho nos pés! O Galo, esse andava de bota e espora!
 – Isso também é demais, seo Jeca – disse o doutor. – Isso é contra a natureza!
 Bem sei. Mas quero dar um exemplo a esta caipirada bronca. Eles aparecem por aqui, veem isso e não se esquecem mais da história. (LOBATO, 2010, p. 108)

O texto apresenta um processo simplificado de progresso, claramente pautado em padrões estadunidenses de desenvolvimento e sucesso. Depois de higienizado, Jeca Tatu fala inglês e adquire um caminhão Ford, indicando, por meio da anedota distribuída pelos rincões do Brasil, um parâmetro de sucesso econômico. O processo

de dominação cultural, que acompanha o progresso, fica evidente a partir da mudança de postura do caipira. A cachaça, as cismas, o ritmo da vida tradicional é substituído pela velocidade na produção, pelo enriquecimento, pela adoção da ideologia dominante. Nesse sentido, a higiene pode ser lida como o primeiro passo de uma série de práticas que transformam o Jeca em outra coisa que não o caipira de outrora.

Em pouco tempo os resultados foram maravilhosos. A porcada aumentou de tal modo que vinha gente de longe admirar aquilo. Jeca adquiriu um caminhão Ford, e em vez de conduzir os porcos ao mercado pelo sistema antigo, levava-os de auto, num instantinho, buzinando pela estrada afora, *fom-fom! fom-fom!*...

As estradas eram péssimas; mas ele consertou à sua custa. Jeca parecia um doido. Só pensava em melhoramentos, progressos, coisas americanas. Aprendeu logo a ler, encheu a casa de livros e por fim tomou um professor de inglês.

– Quero falar a língua dos bifes para ir aos Estados Unidos ver como é lá a coisa.

O seu professor dizia:

– O Jeca só fala inglês agora. Não diz porco: é *pig*. Não diz galinha; é *hen*... Mas de álcool, nada. Antes quer ver o demônio do que um copinho da “branca”... (LOBATO, 2010, p. 109)

A partir da ideia de modernização, o Jeca adota a produção de seda, utiliza tecnologias nunca vistas, adquiri um telescópio para controlar as atividades da fazenda já famosa, controla o tratamento de animais por meio de um botão. Modelo de sucesso financeiro e social, o caipira ainda trata doentes, criando Postos de Maleita e Postos de Ancilostomose: “– Hei de empregar toda a minha fortuna nesta obra de saúde geral – dizia ele – O meu patriotismo é este. Minha divisa: curar gente. Abaixo a bicharia que devora o brasileiro...” (LOBATO, 2010, p. 110)

Aqui fica claro o encontro entre os raciocínios expostos em *Problema Vital* por Lobato e o sentimento do Jeca Tatu modificado pela ciência ao replicar a pauta de seu criador. Para que não deixe dúvidas o texto ainda insiste em registrar uma espécie de moral da história, assim como as antigas fábulas infantis: “Um país não vale pelo tamanho, nem pela quantidade de habitantes. Vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade da sua gente. Ter saúde é a grande qualidade de um povo. Tudo mais vem daí”. (LOBATO, 2010, p. 111)

Zé Brasil foi escrito aos moldes da peça publicitária *Jeca Tatuzinho* muitos anos mais tarde. Esta historieta foi produzida com o intuito de disseminar uma visão política e econômica. Nessa época, Lobato já havia se consolidado como um nome relevante em nossa cultura e literatura.

No fim da vida, Lobato está fortemente ligado aos valores do Partido Comunista Brasileiro (PCB), apesar de ter recusado uma disputa por cargo público. Ideologicamente próximo a esse grupo, o intelectual atualiza a figura do Jeca Tatu, no intuito de discutir a organização produtiva do ambiente rural. Para isso, questiona a tradição coronelista brasileira, reforçando uma visão do Brasil dividida entre grande proprietário e trabalhador dependente.

Em 1918, Lima Barreto, ao comentar sobre *Problema Vital*, elogia a maneira pela qual Lobato aborda a polêmica, alertando que a questão social do país se dava por meio da estrutura produtiva centrada na fazenda.

A cabana de sapé tem origem muito profundamente no nosso tipo de propriedade agrícola – a fazenda. Nascida sob o influxo do regime do trabalho escravo, ela vai se eternizando, sem se modificar, nas suas linhas gerais. Mesmo, em terras ultimamente desbravadas e servidas por estradas de ferro, como nessa zona da Noroeste, que Monteiro Lobato deve conhecer melhor do que eu, a fazenda é a forma com que surge a propriedade territorial no Brasil. Ela passa de pais para filhos; é vendida integralmente e quase nunca, ou nunca, se divide. O interesse de seu proprietário é tê-la intacta, para não desvalorizar as suas terras. (...) (BARRETO, 2004, p. 458)

Décadas depois, Monteiro Lobato rememorar o problema levantado por Lima Barreto. Em *Zé Brasil* há um claro distanciamento entre o grande proprietário e o trabalhador pobre do campo. Para Lima Barreto em 1918 e para Lobato em 1947, o país possuía uma questão central a ser combatida: o poder dos fazendeiros.

O primeiro ponto levantado em *Zé Brasil* é o retorno do conhecido Jeca Tatu, imagem de 1914, oriunda das primeiras caracterizações de ‘Velha praga’ e ‘Urupês’, somadas às mudanças de perspectiva, consolidadas em *Problema Vital*:

Zé Brasil era um pobre coitado. Nasceu e sempre viveu em casebre de sapé e barro, desses de chão batido e sem mobília nenhuma – só a mesa encardida, o banco duro, o mocho de três pernas, uns caixões, as cuias... Nem cama tinha. Zé Brasil sempre dormiu em esteiras de tábua. Que mais na casa? A espingarda, o pote d'água, o caco de sela, o rabo de tatu, a arca, o facão, um santinho na parede. Livros, só folhinhas para ver as luas e se vai chover ou não, e aquele livrinho do Fontoura com a história do Jeca Tatu. – Coitado deste Jeca! – dizia Zé Brasil olhando para aquelas figuras. – Tal qual eu. Tudo que ele tinha eu também tenho. A mesma opilação, a mesma maleita, a mesma miséria e até o mesmo cachorrinho. (...) (LOBATO 2010, p. 116)

Zé Brasil, diferentemente de Jeca Tatu, nasce coitado, sem acusações socioambientais, sem a fama de vilão. Sua moradia, no entanto, permanece a mesma:

casebre de sapé, sem mobília, com os mesmos utensílios de outrora. Ainda está lá o banco de três pernas, antes um representante da preguiça do caipira. O narrador lobatiano faz uma espécie de apanhado de elementos da vida do Jeca em outros momentos, marcando novamente a pobreza e a cultura desta população. O único livro presente em sua casa é a cartilha na qual se contava a história de Jeca Tatuinho.

Em oposição à origem registrada anteriormente, Zé Brasil nasce trabalhador. Sua rotina é intercalada com algumas refeições simples e muito esforço: “(...) A luta com a terra sempre foi brava. O mato não para nunca de crescer, e é preciso ir derrubando as capoeiras e capoeirões porque não há o que se estrague tão depressa como as terras de plantação.” (LOBATO, 2010, p.117).

O texto critica diretamente os intelectuais pela pecha de preguiçosos em torno do caipira. Lobato e muitos dos quais se relacionou durante diferentes momentos de sua vida eram instruídos, bacharéis, doutores, intelectuais, membros duma elite que estabeleceu valores, a partir de ideias oriundas de uma ideologia dominante. Nesse sentido, ele e os colegas, colaboradores de jornais, desde muito cedo, influenciaram a visão em torno das imagens negativas sobre o Jeca Tatu, mea-culpa expressa na narrativa de 1947:

A gente da cidade – como são cegas as gentes das cidades!... Esses doutores, esses escrevedores nos jornais, esses deputados, paravam ali e era só crítica: vadio, indolente, sem ambição, imprestável... não havia o que não dissessem do Zé Brasil. Mas ninguém punha atenção nas doenças que derreavam aquele pobre homem – opilação, sezões, quanta verminose há, malária. E cadê doutor? Cadê remédio? Cadê jeito? O jeito era sempre o mesmo: sofrer sem um gemido e ir trabalhando doente mesmo, até não aguentar mais e cair como cavalo que afrouxa. E morrer na velha esteira. (...) (LOBATO, 2010, p. 117-118)

Os jecas de modo geral foram ligados, recorrentemente, a valores negativos, carregando consigo atribuições pejorativas: preguiçosos, parasitas, raposas, criminosos, vadios, imprestáveis, indolentes, urupês, quaisquer, sarcoptas, inadapáveis, seminômades, entre outros. Em *Zé Brasil* esta perspectiva se inverteu. O vilão da história é a figura do Coronel Tatuíra. “Minha ideia é que nem deixam minha alma entrar no céu. Tocam ela de lá, como aqui na vida o Coronel Tatuíra já me tocou das terras dele”. (LOBATO, 2010, p. 118). Os esforços exercidos pelo texto giram em torno de uma caracterização negativa dos proprietários. Monteiro Lobato retoma as marcas do Jeca Tatu, para propor mais uma vez, uma inversão de valores quanto à

percepção histórica que leva em consideração a imagem dos pobres em relação aos fazendeiros:

- Eu era “agregado” na Fazenda do Taquaral. O coronel me deu lá uma grota, fiz minha casinha, derrubei o mato, plantei milho e feijão.
- De meias?
- Sim. Metade para o Coronel, metade para mim.
- Mas isso dá, Zé?
- Dá pra gente ir morrendo de fome pelo caminho da vida - a gente que trabalha e planta. Para o dono da terra é o melhor negócio do mundo. Ele não faz nada, de nada, de nada. Não fornece nem uma foice, nem um vidrinho de quina para a seção – mas leva metade da colheita, e metade bem medida – uma metade gorda; a metade que fica com a gente é magra, minguada... E a gente tem que viver com aquilo um ano inteiro, até que chegue o tempo de outra colheita. (LOBATO, 2010, p.118)

Em 1947, o raciocínio de Lobato, expresso por meio da narrativa, mantém à organização social já presente em ‘Urupês’ e ‘Velha praga’. Tanto lá quanto cá a sociedade é dividida em dois grupos distintos: donos de terras e agregados. O que se altera é o direcionamento de suas críticas. Anteriormente seduzido pela perspectiva de proprietário, o autor julgava os pobres. Agora, ainda que de maneira simplista, o texto dá voz a Zé Brasil e a seu interlocutor, questionando o poder do fazendeiro.

O Jeca de 1914 era tocado devido ao impacto ambiental que causava na Serra da Mantiqueira. Lá, criminoso, não era alcançado pelas normas. Em 1947, Zé Brasil é substituído por Totó Urumbeva, devido ao fato de produzir com êxito e causar despeito ao patrão. Dependente, ele é igualmente tocado pelo grande proprietário. Ao ser perguntado sobre leis, Zé responde: “(...) Para os pobres, a lei é a cadeia e se resignar um pouquinho é o chanfalho” (LOBATO, 2010, p.118). Em ‘Velha praga’ Lobato frustrava-se pela impunidade ao Jeca, agora sua narrativa clama por leis que protejam a relação entre o caipira e o dono das terras. Em ambas as produções, apesar da distância temporal de sua publicação e de perspectivas distintas por parte do autor e do narrador, o ponto em comum é o fato das regras civilizadas não alcançarem os pobres do campo.

O interlocutor de Zé Brasil o provoca, na tentativa de elucidar ao leitor a condição privilegiada do dono de terra. O texto se desenvolve com clara intenção didática, o que deixa evidente a intencionalidade e a estrutura de uma narrativa propositalmente simplificada:

- E se você fosse dono das terras, aí dum sítio de dez ou vinte alqueires?

– Ah! aí tudo mudava. Se eu tivesse um sítio, fazia uma casa boa, plantava árvores de fruta, e uma horta, e até um jardinzinho como o do Giuseppe. Mas como fazer casa boa e plantar árvores, e ter horta em terra dos outros, sem garantia nenhuma? Vi isso com o Coronel Tatuíra. Só porque naquele ano as minhas roças estavam uma beleza ele não resistiu à ambição e me tocou. (...) (LOBATO, 2010, p. 119)

O parâmetro de Zé Brasil é Giuseppe, provavelmente um imigrante italiano, figura que remete ao modelo europeu visto em ‘Velha praga’. Essas comparações se referem a forte presença de estrangeiros no interior brasileiro, rememorando sua chegada ao país ainda no início do século XX.

A narrativa denuncia um sistema de divisão que interessa ao coronel, uma organização de exploração do trabalhador, garantindo ganho para os donos do poder:

(...) O que ele quer lá é reideiro como eu fui, e são hoje mais de cem famílias que vivem no Taquaral. Desse jeito, o lucro do coronel é certo. Se vem chuva de pedra, se vem geada ou ventania, ele nunca perde nada; quem perde são os reideiros. (LOBATO, 2010, p. 119)

No decorrer do texto, a abordagem pró-comunista ganha vez e força na voz do interlocutor de Zé Brasil. A sugestão de uma divisão igualitária das terras do Coronel Tatuíra se constitui como um horizonte de esperança à realidade do trabalhador empobrecido. Diante de tal provocação, o caipira questiona seu interlocutor, duvidando do discurso otimista, frente à dura realidade:

– Mas, Zé, se essas terras do Taquaral fossem divididas por essas cento e tantas famílias que já vivem lá, não acha que ficava muito melhor?
 – Melhor para quem? Para o Coronel?
 – Não. Para o mundo em geral, para todos.
 – Pois está claro que sim. Em vez de haver só um rico, que é o Coronel Tatuíra, haveria mais de cem arranjados, todos vivendo na maior abundância, donos de tudo quanto produzem, não só da metade. (...) Mas quem pensa nisso no mundo? Quem se incomoda com o pobre Zé Brasil? Ele que morra de doenças, ele que seja roubado, e metido na cadeia se abre à boca para se queixar. O mundo é dos ricos e Zé Brasil nasceu pobre. Ninguém no mundo pensa nele, olha para ele, cuida de melhorar a sorte dele... (LOBATO, 2010, p. 119-120)

Depois de caracterizar negativamente o Coronel Tatuíra, responsável por tocar Zé injustamente de terras que produziram como nunca, o texto apresenta pensamento oposto do grande proprietário. Desse modo, caracteriza Luiz Carlos Prestes como um herói para o homem do campo. Ademais, a narrativa argumenta também sobre a ideia de comunismo, com clara preocupação de instruir os caipiras representados por Zé

Brasil. A tarefa didática da peça é repleta de dificuldades, pois, além de apresentar Prestes como uma alternativa de voto, precisa esclarecer seus ideais, convencendo os caipiras dos benefícios em optar por tal candidatura.

- Não é assim Zé. Apareceu um homem que pensa em você, que por causa de você já foi condenado pela lei desses ricos que mandam em tudo – e passou nove anos num cárcere.
- Quem é esse homem?
- Luiz Carlos Prestes...
- Já ouvi falar. Diz que é um tal comunista que quer desgraçar o mundo, acabar com tudo...
- Quer acabar com a injustiça do mundo. Quer que em vez de um Tatuíra, dono de milhares de milhares de alqueires de terra e vivendo à custa dos que trabalham, homem prepotente que faz o que fez a você... (LOBATO, 2010, p. 120)

Uma dificuldade enfrentada por Lobato na elaboração das cartilhas foram os altos índices de analfabetismo no Brasil nos dois momentos distintos. Isto certamente justifica a linguagem simples, a previsibilidade, a repetição de ideias nos dois casos. Jeca e Zé, lembremos mais uma vez, são arredios à civilização, de onde advém a escola, as letras, além de um suposto esclarecimento sobre si e sobre a sociedade. O que sustenta um determinado ciclo de opressão e dominação. Na narrativa o movimento de mudança dessa realidade é sugerido pelo interlocutor do caipira:

- Se ele tiver o apoio de vocês todos, quem poderá com ele? Vocês são a maioria. Vocês são os milhões; os Tatuíras não passam de centenas. Se sendo tão poucos os Tatuíras dominam e exploram a vocês que são milhões, isso vem duma coisa só: falta de conhecimento por parte de vocês. É que vocês não sabem! E o remédio é um só: procurar saber. No dia em que todos souberem como as coisas são, ah, nesse dia tudo começa a mudar, e em vez da felicidade ficar só com as centenas, passará também a ser dos milhões. (LOBATO, 2010, p. 122)

Zé Brasil ainda argumenta a confusão que os meios de comunicação causam na comunidade caipira, uma vez que os jornais difamam os comunistas. O interlocutor argumenta, indicando o interesse ideológico dos jornais vistos por todos, recomendando que Zé leia os jornais de Prestes, que abordariam as situações políticas de outra maneira. Por fim, Zé Brasil é convencido por seu interlocutor que sua melhor alternativa é Luiz Carlos Prestes, pois ao contrário do Coronel, aquele pensa verdadeiramente no trabalhador do campo.

A inversão proposta por Lobato em 1947 reconhece certos pontos cegos na história do personagem, mesmo que por meio de uma concepção de sociedade

simplificada. Aos olhos de Lobato, Jeca foi vilão, preguiçoso, doente, força produtiva desperdiçada, símbolo de nossa originalidade cultural e, por fim, sujeito historicamente oprimido, merecedor de algum mecanismo de equilíbrio social.

5 OS CAIPIRAS NA FICÇÃO DE LOBATO

Refletimos, por fim, sobre como os caipiras aparecem na ficção de Monteiro Lobato de modos distintos. Para isso, propomos leituras de dois textos emblemáticos de *Urupês*: ‘Bocatorta’ e ‘A vingança da peroba’, como amostragem parcial das maneiras como os jecas são representados na ficção do autor, textos que apresentam a dinâmica da vida caipira e possibilidades de expressões particulares. Uma construção de natureza distinta, pequenos quadros da sociedade do campo, contada geralmente a partir de seus causos, repletos de elementos de um universo particular, com organicidade própria.

(...) Na representação que dá Lobato ao espaço rural, faz-se presente uma natureza hostil, sovina e caprichosa; os habitantes do campo são em geral humildes, acanhados, debilitados física e psicologicamente, por vezes ignorantes e atormentados por vícios e as mais variadas limitações; o espaço descrito é pobre, decadente, com suas casas de pau a pique prestes a ruir, com um solo desgastado e mesmo estéril. O escritor busca uma representação verista da vida rural brasileira e empenha-se em denunciar as mazelas do país. (CECCANTINI, 2014, p. 49)

5.1 UMA LEITURA DE ‘BOCATORTA’

O enredo de ‘Bocatorta’ inicia a partir do relato de sumiços na fazenda “Atoleiro”, propriedade de Major Zé Lucas, onde reside com sua filha, Cristina, sua esposa, D’Ana, o capataz, Vargas e o agregado Bocatorta: filho de escrava e alvo da desconfiança de eventos recentes. Episódios misteriosos agitam o imaginário do povo da região. A partir da presença do noivo de Cristina, Eduardo, a curiosidade em torno da figura do agregado se torna o assunto principal entre os personagens. Isso desperta a atenção do rapaz da cidade, que insiste que o grupo ande até o abrigo de Bocatorta, com o intuito de dissipar as ideias, repletas de superstições. Apesar de cético, Eduardo vê Bocatorta e não consegue resistir. O rapaz se retira da presença do agregado, juntando-se às mulheres impressionadas. Depois da visita, o bacharel testemunha o adoecimento de sua noiva e nada pode fazer para ajudá-la. O estado de Cristina se agrava em poucos dias, falecendo em seguida. O desfecho da narrativa acontece quando Eduardo alerta Major Zé Lucas e Vargas sobre um fato que acontece no cemitério: o ato de necrofilia de Bocatorta sobre moça.

O tempo na narrativa se estabelece de modo linear, exceto quando as antecipações do enredo são insinuadas por meio do imaginário de Cristina, que vê em Bocatorta a cuca de seus sonhos de infância, relatando o pavor que sente em pensar sobre o agregado, ou ainda por outras pistas deixadas pela narrativa, já que se trata também de uma história de mistério.

As falas de Vargas, insinuando que Bocatorta é o culpado pelo sumiço de porcos, o desaparecimento do português Simas, ou da menina Luzinha funcionam como espécies de antecipações do desfecho da narrativa. São pistas que o enredo dispõe para sugerir uma solução ao caso da Fazenda “Atoleiro”.

Além de vários animais sumidos nele, conta-se o caso de Simas, português teimoso que, na birra de salvar um burro já atolado a meio, se viu engolido lentamente pelo barro maldito. Desde aí ficou o atoleiro gravado na imaginativa popular como uma das bocas do próprio inferno. (LOBATO, 2009, p. 119)

A narrativa joga com antecipações de situações importantes do enredo. A presença do cemitério, marcado por pegadas específicas é um ponto que alude ao fim dos eventos narrados. A compreensão de Vargas que Bocatorta emperraria a fazenda, túmulos remexidos e o falecimento de Sinhazinha Esteves também ofertam pistas para indicação de um mistério a ser desvendado.

O espaço ficcional é relevante para a leitura do texto. O atoleiro é um lugar que materializa a ideia estigmatizada de sertão trabalhada por Amado. Para os caipiras presentes na narrativa, o atoleiro funciona como lugar de um elemento maligno, *habitat* do homem do pântano. O conto coloca em discussão a compreensão histórica, que entende o ambiente rural brasileiro como lugar destinado aos pobres, iletrados e não civilizados. A narrativa exemplifica essa questão, pois estabelece por meio de um lugar específico de uma fazenda, o atoleiro, um lugar estigmatizado. Nesse sentido, o espaço rural, já compreendido como sertão cria outro sertão, outro local de estranhamento, lidando com os conflitos ali suscitados.

A primeira informação do conto se concentra em torno da existência do atoleiro. Um brejo, próximo às terras do Major Zé Lucas. Este lugar, a meio de caminho, está entre o povoado, onde reside alguma civilização e as matas virgens. O atoleiro dá nome à fazenda, evidenciando sua importância para a narrativa. Alvo de curiosidade generalizada da região. O lugar ganha importância no texto, pois perto dali está o abrigo do homem temido por todos, Bocatorta. O sujeito possui uma deficiência na

face, característica física que contribui para o imaginário local. As ideias que sustentaram o sertão como lugar de morada de espíritos malfazejos ratificam o caráter mitológico do local.

Genericamente, o mito é um elemento importante para a cultura caipira. Lobato expressa essa característica em 'Urupês', num primeiro momento, de modo pejorativo e breve. "O mobiliário cerebral do Jeca, à parte o succulento recheio de superstições, vale o do casebre (...)" (LOBATO, 2009, p. 174). De modo mais elaborado, o autor define o imaginário do Jeca Tatu a partir da referência a uma editora importante de seu tempo, combinando ideias entre credence e religião, numa conjuntura complexa e interdependente.

Todos os volumes de Larousse não bastariam para catalogar-lhe as credences, e como as linhas divisórias entre estas e a religião, confundem-se ambas em maranhada teia, não havendo distinguir onde para uma e começa outra. (LOBATO, 2009, p 176)

A vinculação da cultura caipira com a ideia de mito fica muito evidente nas narrativas de *Urupês*, ganhando relevância também em 'Bocatorta'. O personagem é atribuído de nuances, que compõem uma figuração que rememora a ideia genérica de monstro do pântano. Dessa forma o protagonista da narrativa é associado, recorrentemente, à ideia de traição e de demônio. Bocatorta é cercado de mistério e repleto de caracterizações negativas. Ao longo da história, o personagem é definido como pobre coitado, doente, gorila, cuca, coisa ruim, motivo de curiosidade, assombração, criminoso e é, de fato, culpado pelo ultraje ao corpo de Cristina. Sua constituição se dá por meio de pressupostos que criminalizam, repudiam, julgam e espetacularizam a figura de um homem negro, deficiente e pobre, condição social marcada negativamente. Bocatorta é diferente de Jeca Tatu em algum sentido, mas comparável ao caipira de "Urupês", já que sua existência é desprezível pelos próprios homens do campo.

A caracterização do atoleiro ajuda a compor Bocatorta, que se confunde com o ambiente. O pântano é compreendido como um lugar amaldiçoado. Seu habitante é visto como extensão do local, representando certo obscurantismo. Desse modo, o atoleiro simboliza a morada do demônio. Essa leitura se estabelece por meio dos discursos que caracterizam Bocatorta, além da atmosfera criada por elementos

narrativos, como a cuca nas memórias de infância de Cristina e os uivos e movimentos de Merimbico em diferentes pontos do enredo.

(...) Era ali o mato sinistro onde se alapavam Bocatorta e o seu cachorro lazarento, Merimbico, nome tresandante a satanismo para o faro poviléu. Às sextas-feiras, na voz corrente do arraial, Merimbico virava lobisomem e se punha de ronda ao cemitério, com lamentosos uivos à lua e abocamentos às pobres almas penadas – coisa muito de arrepiar. (LOBATO, 2009, p. 125)

As caracterizações de Bocatorta e do pântano se aliam. O texto se esforça para compor uma espécie de interdependência entre ambos. O personagem possui dificuldade para falar, fator que o isola da convivência social, barbarizando-o. O texto cria um monstro do pântano, procurando identificar o homem a seu *habitat*.

Bocatorta excedeu a toda pintura. A hediondez personificara-se nele, avultando, sobretudo, na monstruosa deformação da boca. Não tinha beijos, e as gengivas largas, violáceas, com raros cotos de dentes bestiais fincados às tontas, mostravam-se cruas, como enorme chaga viva. E torta, posta de viés na cara, num esgar diabólico, resumindo o que o feio pode compor de horripilante. Embora se lhe estampasse na boca o quanto fosse preciso para fazer daquela criatura a culminância da ascosidade a natureza malvada fora além, dando-lhe pernas cambaias e uns pés deformados que nem remotamente lembravam a forma do pé humano. E olhos vivíssimos, que pulavam das órbitas empapuçadas, veitados de sangue na esclerótica amarela. E pele grumosa, escamada de escaras cinzentas. Tudo nele quebrava o equilíbrio normal do corpo humano, como se a teratologia caprichasse em criar a sua obra-prima. (LOBATO, 2010, p. 126)

A caracterização do personagem é realizada pelo narrador, que no destaque retrata o momento do encontro entre o filho de escrava e o bacharel. Recorrentemente a voz narrativa se alia às percepções do noivo de Cristina, que assume no final do conto, a condição de testemunha do horror citadino frente às práticas chocantes do sertão.

A valorização negativa do atoleiro pode servir como um tipo de prelúdio da postura de Bocatorta: “Notabiliza-o, porém, a profundidade. Ninguém ao vê-lo tão calmo sonha o abismo traidor oculto sob a verdura (...)” (LOBATO, 2009, p. 119). A caracterização é do atoleiro, mas também serviria para descrever o movimento do agregado na narrativa. Bocatorta é acolhido pelo Major, espera-se dele fidelidade, atitudes morais positivas e não seu encantamento por Cristina, muito menos o gesto sobre a moça virgem e morta.

Quanto à morte da filha do Major, Bocatorta não é inocentado pelo narrador. O “monstro” desafia e vence os civilizados. O necrófilo parece se vingar, expondo certa fragilidade da realidade social dominante, reafirmando seu traço de barbárie. A civilização não cabe em sua composição. Bocatorta não compreende a normativa do litoral, de uma organização moral citadina, trazida para a Fazenda. Desse modo, o pobre, sem mãe, sem moradia adequada, sem possibilidade de relacionamento, sem instrução, não tem nada a perder ao não aderir tais valores.

O caráter amaldiçoado do filho de escrava ganha relevância, à medida que o conto avança. O comportamento das mulheres, principalmente de Cristina frente ao agregado faz da figura disforme uma espécie de símbolo diabólico, associando-o a uma ideia de maldição.

Para além da caracterização de Bocatorta, é interessante perceber que o texto sustenta determinada disputa social. Para isso, é preciso que pensemos sobre os detentores do poder naquele espaço ficcional, refletindo sobre as figuras de Major Zé Lucas e Vargas.

É comum nos contos de *Urupês* que os donos do poder estabeleçam padrões de cunho financeiro, emocional, civilizatório ou de sucesso, tentando ditar certas regras ao outro polo dessas relações, geralmente representado pelos caipiras empobrecidos. Esses sujeitos estão, frequentemente, em posição subalterna, diante dos ditames de outrem, na luta para sobreviver.

Em ‘Bocatorta’, o dono do poder é Major Zé Lucas, patrão comedido e generoso com as demandas de seu dependente: filho da antiga escrava de seu pai, o que rememora a relação de subordinação e afetividade entre os dois personagens. O Major Zé Lucas é o único personagem que defende o agregado, conseguindo se comunicar com ele de forma exitosa, sem ficar chocado com seu comportamento ou aparência.

– Bocatorta é a maior curiosidade da fazenda – respondeu o major. – Filho duma escrava de meu pai, nasceu, o mísero, disforme e horripilante como não há memória de outro. Um monstro, de tão feio. Há anos que vive sozinho, escondido no mato, donde raro sai e sempre de noite. O povo diz dele horrores – que come crianças, que é bruxo, que tem parte com o demo. Todas as desgraças acontecidas no arraial correm-lhe por conta. Para mim, é um pobre-diabo cujo crime único é ser feio demais. Como perdeu a medida, está a pagar o crime que não cometeu... (LOBATO, 2009, p. 120)

O agregado conta com a confiança do senhor que o protege das investidas violentas de Vargas. O Major define o agregado por sua condição social. O sujeito disforme é um “pobre diabo”. Acusado, animalizado, criminalizado. A oposição social entre o filho de escrava e o grande proprietário resgata certa visão sobre a sociedade brasileira, que colocou de um lado o senhor e de outro o escravo, a partir de uma relação afetiva mediada pela ideia de favor. Bocatorta é mais um dos tantos homens libertos que vivem no sertão, dependente do dono de terras, abandonado, carente de suas bondades por mais de uma geração.

Por outro lado, a relação histórica entre o senhor e os cativos no Brasil foi mediada pela prática exacerbada de violência. É neste contexto que se insere a figura de Vargas no conto. Muitos dos ditos vadios formavam a defesa do fazendeiro, representando seu poder e sua capacidade de dominação do meio de produção, frente a uma suposta incapacidade e a um suposto isolamento do homem comum do campo.

O conto ‘Bocatorta’ pode ser lido a partir desse raciocínio, quando pensamos a respeito da personagem Vargas. Sua relação com o agregado é resumida pelo ódio, que pode ser explicada por uma razão histórica. Apesar de pobre, como Bocatorta, o capataz possui como função a defesa da fazenda e dos interesses do Major, identificando-se com o dono do poder. O sentimento projetado sobre o agregado pode ser justificado por meio de uma relação de gerações anteriores entre feitores e escravos. Os antepassados do capanga ganharam a vida controlando escravos, prezando pela disciplina de seus atos, a partir de práticas violentas, alternativa apontada, repetidas vezes, como solução às circunstâncias do atoleiro.

Tarefas marcadas pela brutalidade, pelo controle e pela autoridade compuseram por muito tempo a rotina do trabalho nas fazendas, contexto que Vargas aparenta sentir falta. A liberdade de Bocatorta ofende o feitor. Sua raiva está fundamentada em um determinado contexto, já que pessoas como ele perderam a função social com a liberdade dos descendentes de africanos. O empregado tenta incitar punições contra o suposto criminoso, motivando sua expulsão, num primeiro momento, insinuando sua execução, por fim. O capanga rejeita a existência do negro empobrecido, caracterizando-o de maneira pejorativa:

– O doutor quer saber como é o negro? Venha cá. Vossa Senhoria agarre um juda de carvão e judie dele; cavoque o buraco dos olhos e afunde dentro duas

brasas alumiando; meta a faca nos beiços e saque fora os dois; arranque os dentes e só deixe um toco; entorte a boca de viés na cara; faça uma coisa desconforme, Deus que me perdoe. Depois, como diz o outro, vá judiando, vá entortando as pernas e esparramando os pés. Quando cansar, descance. Corra o mundo campeando feiura braba e aplique o pior no estupor. Quando acabar agarre no juda e ponha rente de Bocatorta. Sabe o que acontece? O juda fica lindo!... (LOBATO, 2009, p. 121)

Vargas assume ímpetos de violência e agressões verbais contra o agregado, acusando-o recorrentemente. O capataz se vê convencido de que os sumiços ocorridos na Fazenda correspondem a gestos ocultos do "monstro". Um traço de ironia do conto é colocar dois caipiras empobrecidos em funções opostas na narrativa. Característica que evidencia a multiplicidade indicada por esta tese. A representação do Jeca não se dá somente por meio do pobre diabo que servirá como mito do lugar. Quem caça Bocatorta também é caipira, o que faz com que a ficção de Lobato ultrapasse as expectativas tratadas por ele mesmo em seus artigos. A linguagem literária admite outras caracterizações, que não se desenvolvem no raciocínio anterior sobre o campônio paulista.

A postura protetiva de Major Zé Lucas se transforma em um ato de dominação e violência, quando o mandatário descobre o ato de necrofilia praticado sobre o cadáver de sua filha. Tal ultraje desperta a fúria e despeito do proprietário, revelando a traição de Bocatorta, que assim como o atoleiro da região, revela-se traiçoeiro.

Para além dos poderosos, os homens da cidade possuem características de oposição aos caipiras de *Urupês*, rememorando outra tensão histórica, agora, entre os ambientes de naturezas distintas. Geralmente os homens da cidade possuem postura intrometida e palpitam sobre o espaço rural, representando uma cultura que está sempre como uma espécie de parâmetro para outra. O espaço e o sujeito do campo funcionam, recorrentemente, como objeto de curiosidade e estão sob o juízo de valor do homem e da cultura cidadina. Os sujeitos da cidade possuem, frequentemente, certa vinculação com a origem do discurso, seja por meio de disputa do domínio da palavra, ou por uma efetiva preocupação de autoridade narrativa. As personagens cidadinas em *Urupês* funcionam por meio de modulação discursiva parecida. Representam alguns valores ligados ao espaço urbano, observando uma situação que se desenvolve no espaço rural, despertando observações e comentários a respeito do caráter, dito pitoresco, dos fatos. Em alguns casos o homem do espaço urbano se envolve com o acontecimento principal do conto, obtendo repertório de

vivência, ganhando história para contar, como é o caso do personagem Eduardo, em 'Bocatorta'.

Sob a perspectiva de Eduardo, que parte da cidade para o ambiente rural, evidencia-se o desencontro entre os valores urbanos e interioranos. A fazenda em relação ao lugar onde o rapaz viveu e se formou já seria um sertão por si mesmo. O atoleiro, porém, aprofunda essas diferenças. O brejo desperta sentimentos em todos, impactando, de modo especial, o rapaz, que possui papel importante no enredo, ditando, por meio de sua curiosidade, a sucessão dos acontecimentos.

Eduardo manifesta uma postura curiosa pela história de Bocatorta. "Interessado, o moço indagou da estranha criatura" (LOBATO, 2009, p. 120). O diálogo entre Vargas, homem responsável pela segurança da fazenda e Eduardo, leitor de Victor Hugo, revelam a distância entre a experiência de vida e o referencial cultural dos dois personagens.

- Se o doutorzinho o visse! É a coisa mais nojenta deste mundo.
- Feio como o Quasímodo?
- Esse não conheço, seu doutor, mas estou aqui, estou jurando que o negro passa adiante do...como é?
- Eduardo apaixonava-se pelo caso.
- Mas amigo Vargas, feio como? Porque feio? Explica-me lá essa feiura. (LOBATO, 2009, p. 120-121)

O campo é, para o recém-chegado, espaço de observação intelectual. O doutor, procura preencher sua estadia com uma análise de algo que considere relevante, conforme os costumes de seu lugar de origem. O sertão, tanto nas narrativas quanto no contexto social, serviu recorrentemente como uma espécie de distração estética ao homem da cidade. O atoleiro, acompanhado de seu habitante, desperta atenção similar no rapaz.

- Eduardo desferiu uma gargalhada.
- Você exagera, Vargas. Nem o diabo é tão feio assim, criatura de Deus!
- Homem, seu doutor, quer saber? Contando não se acredita. Aquilo é feiura que só vendo!
- Nesse caso quero vê-la. Um horror desse naipe merece uma pernada. (LOBATO, 2009, p. 121)

A insistência para que a noiva deixasse o conforto de sua vida na fazenda e provasse para si mesma que suas impressões sobre Bocatorta não passavam de imaginações infantis são recorrentes. O movimento de Cristina até o atoleiro é

provocado pelo rapaz, que vê no empirismo um meio para dissipar as crendices da moça.

Eduardo, não obstante, insistia.

– É o meio de te curares de vez. Nada como o aspecto cru da realidade para desmanchar exageros de imaginação. Vamos todos em farrancho – e asseguro que a piedade te fará ver no espantalho, em vez dum monstro, um simples desgraçado digno do teu dó. (LOBATO, 2009, p. 122)

Estão expostos aqui dois modos de viver distintos. Enquanto Eduardo aposta em um método científico para resolver a questão. Cristina e D’Ana são exemplos do recheio de superstições caipiras, mesmo pertencentes a outra classe social. Em ‘Bocartorta’ a distância entre o campo e a cidade está claramente estabelecida. O Capilé da vez é Eduardo, que tenta compreender o sertão com os olhos positivistas do mundo civilizado. A originalidade e a sabedoria do Jeca são falseadas pela postura cautelosa e medrosa de D’Ana e Cristina, que pressentem o perigo que o agregado representa.

Bocartorta funciona como uma espécie de deleite ao homem urbano, sedento por algo novo. O processo de modernização atinge, em cheio, o homem citadino burguês. Esse sofre uma expectativa constante por novas sensações. Algo que o retire do movimento e da velocidade daquela nova vida, pautada por automóveis, cinematógrafos, jornais, crescimento econômico e progresso. O homem moderno, representado pelo bacharel na narrativa, enxerga nas histórias que unem o atoleiro a Bocartorta, uma possibilidade de fuga, de escapismo frente a uma vida tediosa sedenta por movimento. O jovem precisa testemunhar o espetáculo de perto. A particularidade da vida dos caipiras proporciona ao rapaz da cidade uma espécie de gozo, em meio a uma vida enfadonha. O desejo de se deliciar com as anedotas em torno da figura do agregado o consome, expondo certo impulso do homem da cidade, supostamente controlado.

O prazer em objetificar o espaço e o homem do campo pode indicar o caráter narcisista da auto validação da cultura citadina. Eduardo não foge da regra, é o intelectual da vez, o civilizado da vez, que pretende ensinar a população da Fazenda “Atoleiro” a compreensão de sua própria realidade. Enquanto isso o rapaz tem urgência de sentir, encarando a ida ao atoleiro como um episódio pitoresco. Causo circunstancial, que compõe o imaginário da gente da roça. Ele, homem moderno e urbano, estaria acima de tudo isso.

O bacharel marca seu posicionamento científico frente às histórias levantadas por Cristina e D'Ana. O caráter cético do rapaz não convence o futuro sogro, que não duvida da veracidade dos causos locais. O futuro genro, porém, rejeita esse modo de ver a vida:

– A gente da roça numa folha de embaúva pendurada no barranco faz logo, pelo menos, um lobisomem e três mulas sem cabeça. Esse caso do cemitério: um cão vagabundo entrou lá e arranhou a terra. Aí está todo o grande mistério!

Cristina objetou:

– E os rastos?

– Os rastos! Estou a apostar como tais rastos são os do próprio coveiro. O terror impediu-lhe de reconhecer o molde do casco...

– E o padre Lisandro? – acudiu D'Ana, para quem um testemunho tonsurado era um documento de muito peso.

Eduardo cascalhou uma risada anticlerical e, trincando um rabanete expectrou:

– Ora, o padre Lisandro! Pelo amor de Deus, D'Ana! O padre Lisandro é o próprio coveiro de batina e coroa! A propósito...

E contou a propósito vários casos daquele tipo, os quais no correr do tempo vieram a explicar-se naturalmente, com grande cara de asno dos coveiros e Lisandros respectivos. (LOBATO, 2009, p. 123)

A oposição ao protagonista se dá por meio de seu conhecimento do mundo civilizado. Enquanto Bocatorta não se comunica verbalmente, Eduardo adota certa expansividade e articulação com as palavras. Desse modo, o conto demonstra a distância significativa entre um homem intelectualizado da cidade, esperado como partícipe da família mais importante da região, e um pobre, filho de escravos, repudiado por todos.

No entanto, o apreço por teorias leva o homem da cidade a cometer certos erros na vida prática. Tal imagem é ratificada quando Eduardo não resiste o sorriso do agregado, marcando a diferença entre Major e Vargas, sujeitos que conheciam Bocatorta, e Eduardo, conhecedor de Quasímodo, que não consegue lidar com a imagem do “monstro”:

(...) Eduardo não teve mão de si. Aquele riso naquela cara sobre-excedia a sua capacidade de horripilação. Voltou o rosto e se foi para onde as mulheres, murmurando:

– É demais! É de fazer mal a nervos de aço... (LOBATO, 2009, p. 126)

As culturas do campo e da cidade ainda são colocadas em choque em relação ao episódio da moléstia de Cristina, manifesta logo depois do passeio incitado por Eduardo. Nessa ocasião o rapaz está perdido “(..) sem bússola no bátrro das

moléstias. (...)” (LOBATO, 2009, p. 127), frente a D’ Ana, que se apoiava no esgotamento das técnicas medicinais caseiras. Dois conhecimentos distintos entre um e outro mundo, que não resolvem o problema de Cristina. O rapaz ainda chora a morte da menina, descobrindo o gesto de Bocatorta. Eduardo se mostra fraco, contrariando sua imagem de autoridade e de sabedoria, sustentada pelo fato de ser doutor e sujeito da cidade. O personagem, ironicamente não resiste ao ouvir o embate com o filho de escrava no fim da narrativa, ratificando mais uma vez sua inabilidade para conflitos que possam vir da vida prática.

Uma vertigem escureceu-lhe a vista; seus ouvidos cessaram de ouvir; seu pensamento adormeceu...
 Quando voltou a si, dois homens borrifavam-lhe o rosto com água gelada. Encarou-os, marasmado. Ergueu-se, mal firme, apoiado a um deles. E reconheceu a voz do major, que entre arquejos de cansaço lhe dizia:
 – Seja homem, moço. Cristina já está enterrada, e o negro...
 – ...está beijando o barro – concluiu sinistramente Vargas. (LOBATO, 2009, p. 131)

O jovem e o pobre disforme são, portanto, de lugares muito distintos. Um representa o litoral em desenvolvimento, o outro, o sertão obscuro, temido ou gozado pelos homens civilizados que o observam. O conto joga justamente com essas contradições. A narrativa evidencia por fim que o homem da cidade não dá conta da realidade social vivida no campo, tendo em vista a série de particularidades que o espaço e a gente da roça possuem. A realidade, supostamente fácil de compreender, pois já foram lidas nos livros, não cabe em sua experiência humana.

Cristina, a mocinha da narrativa em pauta, merece reflexão à parte. A personagem é caracterizada algumas vezes como santa. Bocatorta, por sua vez, é caracterizado como figura diabólica, marcado pela deformidade física e pela falta moral, opondo-se a menina com nome ligado ao próprio Cristo. A jovem é dona de uma imagem idealizada, pura e doce, conforme a cartilha do Romantismo. Compreendemos em nossa leitura que tal contraposição pode insinuar a possibilidade/impossibilidade de relação/interesse amoroso entre esses personagens. Cristina e Bocatorta, anjo e demônio, rica e pobre, possuem certa tensão particular, determinada complementaridade, expressa por uma insinuação ambígua entre sedução e repulsa.

A moça vivia no campo, contudo seus valores se vinculam à ideia de civilização, seguem um padrão moral majoritário, de um mundo que valoriza certa organização

citadina, linear e programada. O rapaz com o qual vai se casar é partícipe do mundo urbano, negando, por sua vez, as percepções da gente da roça, cultura também partilhada pela moça.

Cristina está, portanto, em um entre lugar, na fazenda, entre os mundos de Eduardo e Bocatorta. Sua visão sobre o agregado está também marcada por certa dubiedade, entre a rejeição de Eduardo e a identificação de seu pai. A natureza dos sentimentos de Cristina se insinua pela negação manifesta de uma possível identificação, devido justamente às reações efusivas e infantilizadas frente à figura do protagonista:

– Bocatorta? – exclamou Cristina com um reverbero de asco no rosto. – Não me fale. Só o nome dessa criatura já me põe arrepios no corpo.

E contou o que dele sabia.

Bocatorta representara papel saliente em sua imaginação. Pequenita, amedrontavam-na as mucamas com a cuca, e a cuca era o horrendo negro. Mais tarde, com ouvir às crioulinhas todos os horrores correntes à conta dos seus bruxedos, ganhou inexplicável pavor ao notâmbulo. Houve tempo no colégio em que, noites e noites a fio, o mesmo pesadelo a atropelou. Bocatorta a tentar beijá-la, e ela, em transes, a fugir. Gritava por socorro, mas a voz lhe morria na garganta. Despertava arquejante, lavada em suores frios. Curou-a o tempo, mas a obsessão vincara fundos vestígios em sua alma. (LOBATO, 2009, p. 121-122)

Os gestos e memórias de Cristina possuem certa ambiguidade. Numa primeira leitura o pavor da moça frente a Bocatorta fica em evidência. No entanto, elementos alusivos ao universo sexual não podem ser desprezados, considerando o potencial de sentidos do objeto literário: o beijo, o arrepio, os suores frios podem insinuar um desejo reprimido em relação ao pobre disforme. As reações desproporcionais, ao ir ao atoleiro, podem aludir também a um desejo, insuportável e inadmissível, de ver o filho de escrava. Cristina, a donzela perfeita, ruma para morte, ao encontro com a representação de seu pior pesadelo ou de um desejo indizível? A negação da idealização romântica distancia Cristina e Eduardo, impossibilitando um final feliz. Tais características somadas à alusão aos gestos sombrios da moça indicam certa imprecisão quanto a sua relação com Bocatorta.

O vínculo impossível, entre o que é cristão e o que é diabólico, entre o mais sublime belo e a feiura acentuada, entre a representação do civilizado e do bárbaro, entre o rico e o pobre, compõe ponto significativo na narrativa. O conto promove um encontro dialético, por meio de representações conflitantes e tensões sugestivas entre os dois personagens e seus espaços de origem.

A fala de Cristina evidencia novo jogo de antecipação narrativa, projetando imagens de seu encontro final com Bocatorta. Por intermédio da voz da própria vítima, o leitor acessa de modo antecipado o destino da moça. O contato entre essas personagens não se dá por meio do toque, apenas estar próximo ao atoleiro e olhar para sua cuca muda o destino de Cristina. Compartilhar o mesmo ambiente do suposto monstro a conduz para a morte, para os braços do indesejado, para o avesso da ideia de príncipe encantado.

O encontro com Bocatorta é a realização de seus piores temores, ou expressão de seus maiores desejos reprimidos? O narrador lobatiano, na tentativa de se firmar antirromântico foge do realismo e traz novamente, por meio do drama de Cristina, a figura da mulher decadentista. Em um instante a moça possui a beleza de Sulamita, no outro é beijada pela primeira vez depois de morta. Esse encontro com a finitude e com o suposto demônio recupera a ideia de sacrilégio, adotada pela literatura finissecular.

A negação da complexidade de seus sentimentos, de repulsa ou desejo pelo monstro, bem como a intensidade de seu medo, proporcional aos amores das donzelas românticas, enriquecem a relação entre Cristina e Bocatorta. Cristo e diabo, conhecido e desconhecido, civilização e barbárie, catolicismo e paganismo, riqueza e pobreza se complementam na narrativa. A moça se distancia do noivo e apesar de linda, como uma santa, possui gesto sombrio e misterioso. Seria o prelúdio de sua alma ao encontro com Bocatorta, ou o pavor de encontrá-lo?

Olhos, sobretudo, tinha-os Cristina de alta beleza. Naquela tarde, porém, as sombras de sua alma coavam neles penumbras de estranha melancolia. Melancolia e inquietação. O amoroso enlevo de Eduardo esfriava amiúde ante suas repentinas fugas. Ele a percebia distante, ou pelo menos introspectiva em excesso, reticência que o amor não vê de boa cara. E à medida que caminhavam recrescia aquela esquisitice. Um como intátil morcego diabólico riscava-lhe a alma de vovejos pressagos. Nem o estimulante das brisas ásperas, nem a ternura do noivo, nem o "cheiro de natureza" exsolvido da terra, eram de molde a esgarçar a misteriosa bruma de lá dentro. (LOBATO, 2009, p. 124)

Apesar de um noivado bem-sucedido com Eduardo, representante da riqueza e do progresso da cidade, Cristina parece mais que seduzida por Bocatorta, parece destinada ao homem do sertão: ignorante, demoníaco, pagão, pobre e dependente. Eduardo não compreende tais movimentos, que vêm à boca do próprio pai de Cristina, em tom de brincadeira, num traço de bastante ironia do conto:

– Mas, afinal, para onde vamos, meu pai? Afundar no atoleiro, como Simas? Meu pai já fez o testamento?
– Já, minha filha – chasqueou o major –, e deixo o Bocatorta para você... (LOBATO, 2009, p. 125).

Cristina admite ainda as naturezas estranhas de seus sentimentos que parecem fugir do controle na chegada ao brejo: “ – Bobinha! Tudo isso é medo? – Pior que medo, mamãe; é... não sei quê!” (LOBATO, 2009, p. 125).

Somente depois de expirar, no entanto, que a representante de Cristo encara o demônio frente a frente. A tensão traduzida pelo medo se resolve no fim do texto, quando os pesadelos de criança se tornam realidade.

Entre a cidade e o sertão, Cristina encontra no atoleiro algo que motiva sua vida interiorana. A cidade representa a paz, as informações dadas, o amor solidificado, a necessidade de se mostrar forte e orgulhosa, sua face de santa, sua beleza em botão. O atoleiro, desconhecido sertão, revela seu medo, sua face demoníaca, seu lado sombrio, sua alma perturbada, seu vínculo inominável com Bocatorta, que termina em um (in)desejado “beijo único de sua vida” (LOBATO, 2009, p.131).

O encontro entre a bela e a fera é impossível em vida, pela série de distâncias entre suas perspectivas, mas também por suas condições sociais. Filhas dos donos do poder não se casam com filhos de escravos empobrecidos. Esses são destinados a outros fins sociais: é preciso e urgente contorná-los como bárbaros, ladrões, disformes, criminosos, capazes das maiores atrocidades. Nesse contexto, a imagem de Bocatorta é composta por um narrador que assume uma perspectiva social elitizada. É preciso achar um culpado pelo atraso sofrido pelas cidades que rumam para o sucesso e para o desenvolvimento.

O texto considera a ideia de sertão colocada em perspectiva. Lobato insere seus personagens no devir de tais contradições, complexificando-os, além de uma simples enumeração dicotômica entre os dois espaços. Desse modo, o pobre, sem mãe, sem moradia adequada, sem possibilidade de relacionamento, sem instrução, não tem nada a perder, ao não aderir os valores civilizados, já presentes entre os caipiras que residem na região da Fazenda Atoleiro.

5.2 UMA LEITURA DE ‘A VINGANÇA DA PEROBA’

O conto ‘A vingança da peroba’ gira em torno da rivalidade entre duas famílias lideradas por sujeitos bem distintos: João Nunes, pobre diabo, cachaceiro e sonhador, personagem que muito reforça a primeira imagem do Jeca Tatu dos artigos clássicos, e Pedro Porunga, que é um caipira, que, antes de tudo, não bebe. Diante disso, sua vida nada tem a ver com a do vizinho. Pedro Porunga recorda o engajamento que vimos em Jeca Tatuzinho.

Ocorre que uma paca de Nunes foi caçada por um dos filhos de Porunga, fato que deixa Nunes muito brabo, uma vez que se tratava de um animal de estimação. O sucedido alimenta uma rivalidade entre as famílias, que aumenta com a vingança arquitetada por Nunes: retirar a peroba, que marca a divisa entre as duas propriedades, para fazer um monjolo. O projeto conta com a ajuda do compadre Teixeira Maneta. O instrumento, no entanto, sai com defeito, motivo de piada entre os Porungas: esses tudo sabem sobre o engenho. Nunes, repleto de vitórias parciais, no fim das contas, encontra, no seu plano mais ousado, a desgraça de sua vida. Seu filho Pernambi se torna vítima do monjolo tão desejado.

O clímax do texto é constituído por meio de uma sólida construção do espaço ficcional, dos personagens e da distinção entre uma família e outra. Antecipações outrora citadas na análise de “Bocatorta” retornam nas observações sobre “A vingança da peroba”. A partir do discurso do Pai de Teixeira Maneta, o texto apresenta pistas sobre o desfecho narrativo, por meio da ideia do mito do pau de feitiço.

O título da narrativa prenuncia uma espécie de vingança da madeira que foi arrancada da divisa entre as terras de João Nunes e Pedro Porunga. O objeto de disputa vitimará Pernambi bêbado num monjolo que não funciona. É como se a peroba se negasse a trabalhar para os Nunes e tomasse partido da competição. A narrativa se desenvolve em torno dessa percepção mítica: seria possível uma árvore se ofender e se vingar diante do gesto de cortá-la? No conto quem levanta esta possibilidade, deixando vestígios sobre o enredo é o compadre de João Nunes:

– O compadre sabe a história do pau de feitiço?

(...)

– Em cada oito de mato, dizia meu velho, há um pau vingativo que pune a malfeitoria dos homens. Vivi no mato toda a vida, lidei toda casta da árvore, desdobrei desde imbaúba e embiruçu até bálsamo, que é raro por aqui. Dormi no estaleiro quantas noites! Homem, fui um bicho do mato. E de tanto lidar

com paus, fiquei na suposição de que as árvores têm alma, como a gente. (LOBATO, 2009, p. 61)

O fim da história é predito diversas vezes pelo compadre de Nunes, que o alerta por meio de sua crendice. Segundo sua fé e seus ensinamentos, determinada árvore do mato, possuía alma, desejo próprio e costumava se vingar de quem a arrancasse da natureza, nem que fosse depois da obra pronta.

– Então, dizia ele, há em cada mato um pau que ninguém sabe qual é, a modo que peitado pra desforra dos mais. É o pau do feitiço. O desgraçado que acerta meter o machado no cerne desse pau pode encomendar a alma pro diabo, que está perdido. Ou estrepado, ou de cabeça rachada por um galho seco que despenca de cima, ou mais tarde por artes da obra feita com a madeira, de todo jeito não escapa. Não adianta se precatar: a desgraça peala mesmo, mais hoje, mais amanhã, a criatura marcada. (LOBATO, 2009, p. 62)

O monjolo de Nunes não serve para o aumento necessário de sua produção. Quando funciona, ronca, jogando milho para fora, ou matando seu único filho homem, preferido diante das muitas filhas que possuía. Maneta insiste no mito de pau de feitiço, rechaçado por Nunes, impressionado com o potencial de vingança da árvore.

Isto dizia o velho – e eu por mim tenho visto muita coisa. Na derrubada do Figueirão, lembra-se?, morreu o filho de Chico Pires. Estava cortando um guamerim quando, de repente, soltou um grito. Acode que acode, o moço estava com o peito varado até as costas. Como foi? Como não foi? Ninguém entendeu aquilo. Eu fiquei cismado e disse: “ É feitiço de pau...”. Como este um, quantos casos? O mundo está cheio. Sebastiãozinho da Ponte Alta fez uma casa, o pau da cumeeira ele mesmo o derrubou. Pois não é que a cumeeira arreia e estronda a cabeça do rapaz? Por isso meu pai, sabido que era, especulava primeiro se por ali perto não tinha havido desgraça. Era para ver se o feitiço estava solto ou preso, e precatar-se. (LOBATO, 2009, p. 62)

O espaço ficcional são as propriedades de Nunes e Porunga. O marco territorial é presente no início do texto, quando o narrador descreve o enquadramento da história.

A cidade duvidará do caso. Não obstante, aquele monjolo de João Nunes no Varjão foi durante meses o palhaço da zona. Sobretudo no bairro dos Porungas, onde assistia Pedro Porunga, mestre monjoleiro de larga fama, fungavam-se à conta do engenho risos sem fim. Sitiantes ambos em terras próprias, convizinhavam separados pelo espigão de Nheco – e por malquerença antiga. Levantara Nunes uma paca, certo domingo; mas ao dobrar o morro a bicha esbarrou de frente com um Porunguinha que casualmente lenhava por ali. Zás. Certo golpe de foice dá com ela em terra. (LOBATO, 2009, p. 55)

A paca foi morta por um Porunga que estava nos arredores. O acesso entre uma e outra propriedade permite certo caminhar nas redondezas. Por isso o menino de uma família estava por ali caçando a paca estimada por Nunes. Mesmo em um contexto de rivalidade, o trânsito aos espaços das duas famílias é possível. É isso que causa a confusão.

Para além do enquadramento ficcional, comum na composição das narrativas de *Urupês*. Uma reflexão possível a partir de um marco espacial da história é o fato de Nunes romper a divisão das propriedades. Este é um dado importante quando se pensa sobre os valores recém-chegados do capitalismo. Derrubar a divisão dos sítios é um ato bastante significativo para o conto, uma vez que se derruba o limite entre o mundo desorganizado de Nunes e o espaço das vidas supostamente produtivas dos Porungas.

Quando Pedro Porunga vem à casa de Nunes, aparentemente para propor trégua, o espaço se torna mais uma vez importante. O tratamento entre os caipiras a partir da visita do lugar do outro requer uma educação e uma cordialidade há muito perdida.

Fui chegando. Nunes, jururu, estava debulhando milho na porta. Quando me viu entreparou, amode que assombrado.

– “É de paz!” – eu disse, e me plantei diante dele. – Dois chefes de família, inda mais vizinhos, não podem viver toda a vida assim, de fucinho ‘trucido’ um pro outro. O que foi, foi. Acabou-se. Toque.

Ele relanceou os olhos para o lado da roqueira – eh, eh! – e muito desconchavado me espichou a mão sem abrir o bico.

– “Traga um café!” – gritou para dentro.

Enfiei os olhos pela casa: estava “assim” de mulherada na cozinha! Peguei de prosa. Ele foi respondendo. Conversava sem graça, amarradinha (...) (LOBATO, 2009, p. 65)

O gesto de aproximação à casa de Nunes, por parte de Porunga, tenciona apenas especular a eficiência do monjolo recém construído. Motivo do relato do de Porunga aos seus. Apesar de sua condição de aparente sucesso, a desgraça do vizinho cachaceiro é capaz de mover Pedro Porunga apenas para saciar a certeza de que o rival não consegue chegar a seu feito, a seu padrão.

A temática do conto se estabelece por meio da competição entre os dois sitiante. De um lado a vitória de Pedro Porunga, de outro a desgraça de João Nunes. Porunga é assim o parâmetro social a ser seguido, a partir das noções de trabalho e de produtividade frente a João Nunes, entregue a cachaça.

Porunga é um caipira que deu certo, tal qual Jeca Tatuzinho. Este, por meio da adesão de hábitos de higiene, progrediu até se tornar fazendeiro e multiplicador dos ensinamentos do médico que o curou. Vale lembrar que o movimento de Jeca Tatuzinho o conduz para outra cultura, outro modo de vida. Em 'A vingança da peroba', enquanto Nunes possui uma casa improdutivo, repleta de mulheres, os Porungas, em sua maioria homens, são trabalhadores por excelência.

Nunes e Porungas são caipiras fechados em um modo de vida tradicional, marcado pela ideia patriarcal. Onde homens e mulheres possuem valores diferentes. Por isso a predileção de Nunes por Pernambuco não causa constrangimento. Ao praticarmos uma leitura anacrônica, é claro que tal divisão é questionável, quando retomamos a organização do trabalho das comunidades caipiras, apresentado por Brandão (1983), por exemplo, os papéis por gênero na unidade familiar são apresentados de outra maneira. Para Brandão as funções de homens e mulheres para a produção da família caipira é, apesar da divisão por gênero, interdependente. Segundo o autor, enquanto os homens trabalhavam na roça, as mulheres trabalhavam na casa e no terreno, facilitando a rotina dos homens e conduzindo os afazeres do cotidiano. Vale ressaltar que a visão de Brandão é distante temporalmente do texto de Lobato, o que explica a marca conservadora das narrativas frente à perspectiva sociocultural contemporânea de discussões de gênero, por exemplo. A sociedade brasileira nos tempos da publicação do conto era outra. No espaço do campo, ainda mais diversa. De todo modo, é importante salientar que o texto manifesta um tom que definiríamos contemporaneamente como machista ou sexista, uma vez que homens e mulheres possuem papéis, valores e importância distintos na narrativa. Nunes, personagem que resume a desgraça, possui uma família de mulheres. Enquanto Porunga, supostamente em condições melhores, possui muitos filhos homens. É como se Pernambuco valesse mais do que as oito irmãs, todas chamadas marias, pois, pelo visto, não mereceriam distinção.

As mulheres de Porunga e Nunes são contornadas por uma perspectiva realista, figurações que consideram o caráter humano, inseridas em um cotidiano de um casamento tradicional. Essas personagens estabelecem relações que não são mais idealizadas, baseadas em um modo de viver prático. A esposa de João Nunes manifesta certo descontentamento com a postura intransigente e violenta do caipira.

A mulher botou as mãos na cabeça.

– Nossa Virgem! É coisa de louco! Pois o compadre nem braço tem...
 – Bééé! urrou Nunes, estomagado. – Cale essa boca! Mulher não entende das coisas...
 E ela, nas encolhas:
 Tá bom. Depois não se queixe.
 (LOBATO, 2009, p. 58)

A mulher e as filhas de Nunes apanham e servem a seus planos e a suas atitudes desajeitadas. São pobres citadas a chorar e a colaborar com a lógica improdutiva da família. O texto neste caso revela contradição entre o argumentado por Nunes e por sua mulher, mostrando que o discurso feminino é coerente e racional, enquanto o homem vive em um mundo de sonhos, contrariando o lugar comum (e preconceituoso), que afirma, sem constrangimento, que mulheres são seres regidos pela emoção, enquanto homens seriam regidos pela razão. Nunes não é nada racional...a certa altura, depois da construção do monjolo, após constatar que o instrumento não cumpria sua função com êxito, o caipira tem um acesso de raiva, que acaba em violência contra a esposa.

Num desses desabafos a tola da mulher meteu a colher torta no meio.
 – Eu bem disse, eu bem avisei. Mas o “queixo-duro” não fez caso...
 Ai! Nunes que só esperava por aquilo, passou a mão na sapuva e encarnando na esposa o odiado maneta deslombou-a numa sova de consertar negro ladrão.
 – Toma cachorro ! Toma, excomungado do inferno! Aprende a fazer monjolo, porco sujo! – e malhava...
 A mulher sumiu-se aos pinotes mato adentro, seguida do mulherio miúdo; e por oito dias andou em esfregações de salmoura pela polpa avergoada. Nunes, porém, melhorou consideravelmente com o derivativo. Mundificou-se a bília.
 (LOBATO, 2009, p. 64)

A covardia de Nunes é bastante notória no trecho acima. O personagem bate na mulher, nas filhas, no monjolo depois da desgraça, mas o sujeito que se diz honrado e que se mexe por meio do ego ferido não enfrenta de fato os Porungas. Nunes apenas discursa para as mulheres e para as filhas, que o temem, por conta de seu modo de ver a vida: “ – Homem que não bebe, não pita, não tem faca de ponta, não é homem – dizia Nunes” (LOBATO, 2009, p. 56)

Se pensarmos na mulher de Porunga, o relacionamento é figurado mais como uma espécie de parceria que deu certo. A personagem é chamada de sensata, pela colaboração que resulta no suposto sucesso de Pedro Porunga. Neste conto a mulher é colocada como atraso potencial de trabalho. O espaço feminino é restrito, secundário, além do fato das mulheres sofrerem violência, constantemente.

Pedro Porunga constitui um parâmetro a ser seguido ou invejado, repleto de filhos em princípio produtivos, com um casamento razoável, consegue condições de trabalho favoráveis a uma ideia de sucesso, funcionando como modelo a ser aderido pelos demais caipiras que por ali vivem.

Do outro lado tudo corria pelo inverso. Comedido na pinga, Pedro Porunga casara com mulher sensata, que lhe dera seis “famílias”, tudo homem. Era natural que prosperasse, com tanta gente no eito. Plantava cada setembro três alqueires de milho; tinha dois monjolos, moenda, sua mandioquinha, sua cana, além duma égua e duas porcas de cria. Caçava com espingarda de dois canos, “imitação Laporte”, boa de chumbo como não havia outra. Morava em casa nova, bem coberta de sapé de boa lua, aparado a linha, com maestria, no beiral; os esteios e portais eram de madeira lavrada; e as paredes, rebocadas à mão por dentro, coisa muito fina. (LOBATO, 2009, p. 56-57)

O conto lida de um lado com valores oriundos do fortalecimento dos preceitos capitalistas, que são próprios do tempo em que Lobato escreve. Ideias como concorrência, propriedade, sucesso por meio trabalho, acúmulo de excedentes são algumas das ideias que reforçam a lógica do mundo moderno, pelas quais os Porungas possuem determinado apreço. Essa família se identifica com o poder, com o modo “civilizado” que altera a maneira de produzir. Pedro Porunga é um sujeito que aprende e aplica os novos modos de lidar com a terra, conseguindo, a partir do esforço de sua família, atingir determinado *status* local.

João Nunes possui inveja e despeito frente a vida consolidada de Porunga que, em termos contemporâneos, “empreende” no ramo da agricultura. O trabalhador parece querer se integrar aos preceitos modernos, desafiando o vizinho malsucedido;

Compreendemos que Porunga figure um sujeito que deseja estar no poder, pois a ele interessa o estabelecimento do *status quo*, tal qual os poderosos em diferentes circunstâncias histórico-sociais. A concorrência do vizinho pobre o ameaça. É importante colocar entraves, para que ela seja diminuta e não barre seus negócios. O que interessa para os Porungas é manter os bens materiais e o destaque na região. É importante para a família manter Nunes como chacota do lugar, sua fama de cachaceiro, de louco, imaginativo, contribui indiretamente para o sucesso do rival.

Nossa virgem! Aquilo nunca foi monjolo, nem aqui nem na casa do diabo! Só se vê amarrilhos de cipó e espeques e macacos. A haste tem nove palmos e o cocho a mó que tem dez!...
– Quiá! quiá! quiá! – cacarejou a roda, que em matéria de monjolo era entendidíssima.

– A mão não pesa, home, não pesa nem arroba e meia! A virgem está errada e fora do prumo. Milho está que está alvejando o chão. A mão pincha duma banda.

Os Porunguinhos babavam.

– Então, roncar ele ronca?

– Nossa! Ronca que nem uma trumenta. Mas, socar? O boi soca! Nem três litros rende por dia. Homem, gentes, aquilo é coisa que só vendo! (LOBATO, 2009, p. 65)

João Nunes é um pobre diabo. Um sujeito repleto de vícios, destinado a derrota. Perdedor em várias esferas da vida, revelando-se símbolo do projeto não idílico de Lobato. Na obra *Urupês* Jeca Tatu, Chico Morimbondo e Manoel Peroba ganham outros nomes e outros contextos. Lidos como sujeitos imprestáveis para o que se propõem na vida. Esses caipiras só perdem e, mesmo quando possuem a mínima vitória, o resultado final é negativo. Biriba, de ‘Um suplício moderno’, ajuda a ganhar uma eleição e, como prêmio, continua na função de estafeta. Abre um boteco, para escapar da incumbência, e logo vai à falência, retornando ao posto indesejado. Sua vida não possui solução. Resta para ele apenas a fuga da estrutura de poder que suga sua existência. Pontes de ‘O engraçado arrependido’ também é recorrentemente derrotado: traça um plano, o executa. Entretanto, é arruinado por si mesmo, ao se estrangular por culpa e pelo fato de não conseguir o cargo que desejava. Tais personagens não conseguem sair de um ciclo de insucesso, da desgraça ou da falência. Assim ocorre com Elesbão, ao casar-se com Rosinha em ‘O mata-pau’, ou com o próprio João Nunes na narrativa em pauta. *Urupês* apresenta ao público fileiras de desgraçados, multiplicando os Jecas na ficção e humanizando uma ideia de caipira constituída pela tradição.

Representante maior dessa figura, Nunes é violento, agressivo, bêbado e desastrado. O caipira sustenta uma esperança infundada no monjolo, utilizando a madeira roubada dos Porungas. Fato que pode ser lido como gesto que impulsiona a má sorte, sua companheira ao longo da narrativa.

O caipira embriaga-se, ameaça, bate nas filhas e na mulher quando contrariado, resmungando sua autoridade, imagina os louros da conquista sem mover passo, além de achincalhar os vizinhos. “Nunes não sabia. Nunes não sabia coisa alguma, tirante emborcar o gargalo e difamar os Porungas.(...) (LOBATO, 2009, p. 61)

João Nunes, apesar de tentar, é imprestável para o trabalho. O personagem é o retrato do fracasso perante a ideia de sucesso trazida pelo mundo civilizado. O caipira da vez não presta para a labuta, mesmo seduzido pela ideia de vencer, pelo

ímpeto de superar seu rival. O personagem é marcado pela improdutividade, conduzido por uma vida pouco organizada, além de uma existência regada à cachaça e à imaginação, o que dificulta seus objetivos práticos:

Agravava a dissensão uma rivalidade quase de casta. Pertencia Nunes à classe dos que decaem por força de muita cachaça na cabeça e muita saia em casa. Filho homem só tinha José Benedito, de apelido Pernambi, um passarico desta alturinha, apesar de bem entrado nos 7 anos. O resto era uma récula de “famílias mulheres”. (LOBATO, 2009, p. 56)

Pernambi segue os passos do pai nas pancadas destinadas às irmãs e nos goles de cachaça, numa vida desregrada e improdutiva, torna-se uma espécie de duplo de Nunes, revelando o caráter narcísico da personalidade do protagonista do conto. “E cômico de que já era homem o piquirinha batia nas irmãs, cuspihava de esguicho, dizia nomes à mãe, além de muitas outras coisas próprias de homem.” (LOBATO, 2009, p. 66-67)

O otimismo inocente de João Nunes não combina com a visão prática dos Porungas, nem com as impressões de sua mulher, que, calada no relacionamento pela postura violenta e autoritária do caipira, deixa de expressar suas opiniões sobre o plano do marido. O projeto conta com a ajuda do compadre, descrito como um trabalhador informal, que vive de pequenos serviços rurais. Teixeira possui condição física limitadora, além de má fama.

Se a mulher emudecia, emudecia com ela a razão, porque o Teixeira Maneta era uma carapina ruim inteirado, dos que vivem de biscates e remendos. Só a um bêbado como o Nunes bacorejaria a ideia de meter a monjoleiro um taramela daqueles, maneta e, inda por cima, cego duma vista. Mas era compadre e acabou-se. “ Béééé!” (LOBATO, 2007, p. 59)

Para fazer o monjolo e começar a concorrer de fato com os Porungas, Nunes precisa de madeira adequada. Como não possuía tais recursos resolve derrubar a árvore que demarca a divisa de suas terras. O caipira se alegra com a ousadia de desafiar o rival, derrubando a árvore, assim como fizeram com a paca que estimulou as circunstâncias atuais. Nunes vingará o animal por meio do procedimento com a peroba, esperando a indignação alheia.

- Com ordem de quem, seu...
- Com ordem da paca ouviu? – revidou Nunes provocativamente.
- Mas paca é paca e essa peroba era o marco do rumo, meia minha, meia sua.

– Pois eu quero gastar a minha parte. Deixo a sua pra aí... – retrucou Nunes apontando com o beijo a cavacaria cor-de-rosa.
 Pedro continha-se a custo.
 – Ah cachorro! Não sei onde estou que não...
 Pois eu sei que estou em minha casa e que bato fogo na primeira “cuia” que passar o rumo!... (LOBATO, 2009, p. 59, 60)

O que estimula o conflito entre vizinhos é um objeto material. Possuir a peroba é estratégico para qualquer um dos caipiras, pois ela tinha uma espécie de função dupla no contexto em que viviam. Além de dividir as terras, o que por si só já justificaria o interesse dos Porungas em não a derrubar, preservando o limite da propriedade, trata-se de matéria prima para a construção do monjolo desejado por Nunes. A peroba é o único recurso aparente que ele possui para a construção do instrumento. O único meio para poder iniciar um movimento que poderia desencadear na concorrência almejada.

Depois do bate-boca por conta da peroba se ratifica a diferença de casta indicada pelo narrador. O progresso já convencera os Porungas. O recuo da briga para não haver sangue é mais um elemento que os aproxima da ideia de civilização. A lógica em que se instauram Nunes e sua trupe é bastante diferente. O que vale para eles é a ideia de honra. Fugir de uma briga não é opção, mesmo que isso fique apenas na conversa. Nunes conseguiu plantar com relativo sucesso e colocou suas energias na construção do monjolo, a partir do desejo de se vingar. Depois de obter a peroba num conflito com seu vizinho, que desiste da peleia, o pobre diabo corre à cachaça para comemorar a vitória, ainda que parcial, acompanhado de Teixeira Maneta e Pernambi.

A molhadela da garganta excedeu a quanta bebedeira tinham na memória. Nunes, Maneta e Pernambi confraternizaram num bolo acachaçado, comemorativo do triunfo, até que uma soneira letárgica os derreou pelo chão. Com a derradeira Maria pendurada do seio magro, a mulher olhava para aquilo sacudindo a cabeça a cismar...
 – Que monjolo sairá disto, mãe do céu... (LOBATO, 2009, p. 60)

As preocupações práticas de Nunes quanto à ideia de produtividade perdem a razão de ser frente aos desafios de Pedro Porunga. Enquanto este está lidando com cálculos para construir o próximo monjolo, Nunes está nutrindo sua ideia de honra, tentando responder o rival à altura. Seu ponto de vista prático não se consolida, não existe um ajuste entre o caipira empobrecido e as ideias que atraem e estão já consolidadas pelos Porungas. Nunes contempla a ideia de produtividade, de trabalho,

de empreitada de longe e se deslumbra com sua imaginação, vislumbrando o momento em que ele estiver lado a lado com Pedro Porunga. O desejo de ter o monjolo para Nunes se estabelece, portanto, por uma questão emocional. Pelo desejo de fazer frente ao vizinho aparentemente bem-sucedido.

Dias depois, bem fincado, bem socado o pilão, o monjolo recebeu água. Aberta a bica, um jorro de enxurro espumejou no cocho, encheu-o, desbordou para o “inferno”. A engenhoca gemeu na virgem e alçou o pescoço. O cocho despejou a aguaceira – chóó! A munheca bateu firme no pilão – pan! Nunes pulava de alegria
– Conheceu, porungada choca, quem é João Nunes Eusébio da Ponta Alta? (LOBATO, 2009, p. 63)

As vitórias de Nunes são sempre parciais. Assim ocorre o episódio da derrubada da peroba, com a briga que não acontece e ele se sente vencedor. Isso se dá também com a construção do monjolo, que não funciona por uma série de limitações, desperdiçando o milho que nele se pretendia beneficiar. O que importa para Nunes, no entanto, é atingir os Porungas. É uma questão de honra, mesmo que sua espingarda falhe em momento inoportuno:

Mas não lhe bastou aquele barulho, nem a gritaria da menina a palmear, nem os ladridos de Brinquinho que, espantado da maluqueira, latia de longe a salvo de pontapés. Queria mais. Correu à espingarda, espoletou-a e, erguendo-a para o “outro lado”, desfechou. Mas o caco velho da pica-pau não compartilhou da sua alegria, rebentou a espoleta e calou-se. Nunes ainda manteve uns segundos alçada, esperando o tiro. Como o fogo tardasse demais, remessou com ela para longe embrulhada num palavrão. Lembrou-se depois de três foguetes sobejados de uma reza; foi buscá-los; atacou-os em direção dos Porungas.
– Cheira essa pólvora, cuiada! (LOBATO, 2009, p. 63)

O insucesso Nunes gera contentamento no outro, como se vivessem numa gangorra. Porunga alegre-se com o insucesso do vizinho, que, por sua vez, adota uma postura ousada e descomprometida, em termos práticos, na tentativa de ameaçar a produtividade do rival. Por fim, a postura displicente de Nunes leva o pobre diabo a perder o que parece ser seu ente mais querido, seu único filho homem. Quem poderia no futuro ajudá-lo no trabalho, segundo a lógica do conto. Pernambi falece no monjolo tão sonhado por seu pai.

Nunes alcança o monjolo com dificuldade. E topa um quadro horrendo. No meio das filhas em grita, o corpinho magro de Pernambi de borco no pilão. Para fora, pendentes, duas pernas franzinas – e o monjolo impassível, a subir

e a descer, *chóó-pan*, pilando uma pasta vermelha de farinha, miolos e pelanca...

Esvaem-se-lhe os vapores do álcool e em semidemência Nunes corre ao machado, ringindo os dentes, aos uivos.

Chegou teu dia desgraçado! (LOBATO, 2007, p. 67-68)

João Nunes não possui quase nada: não possui paca, não possui madeira para construir monjolo. Possui a companhia de uma mulher que o critica, além das muitas marias para dar de comer. Perdera o filho favorito, que era quem lhe acompanhava no desejo de produzir, de plantar, de ter monjolo. Para sujeitos como Nunes se adequar aos preceitos da civilização, do progresso, do trabalho não compensa. Quando ele adere a essas ideias a vida lhe derruba fazendo-o perder tudo. Resta-lhe a cachaça e a fúria diante da peroba que, assim como anunciava Teixeira Maneta por diversos momentos na narrativa, resolvera se vingar. Pedro Porunga por sua vez é um caipira que não bebe e por isso consegue vencer. Supostamente mais produtivo, possui dois monjolos, muitos filhos para ajudar no eito, além da companhia de uma mulher que o ajuda. Porunga parece conhecer as especificações técnicas do trabalho. Até sua praga rogada sobre João Nunes se concretiza na narrativa: “– Você fica com o pau, cachaceiro à toa, mas inda há de chorar muita lágrima por amor disso...” (LOBATO, 2009, p. 60)

A Nunes resta apenas o desespero de uma batalha contra a peroba que atacara o filho querido. Numa luta em que já existe vencedor, o caipira se coloca desesperado frente a consciência de sua derrota. Nada de paca, peroba, monjolo, mantimentos, sucesso, resquício civilizatório, o que resta a ele é o caos e um símbolo da miséria humana: um filho morto nos braços.

Longo tempo durou o duelo da demência contra a matéria bruta. Por fim, quando o monjolo maldito era já um monte escavacado de peças em dismantelo, o mísero caboclo tombou por terra, arquejante, abraçado ao corpo inerte do filho. Instintivamente sua mão trêmula apalpava o fundo do pilão em procura da cabecinha que faltava. (LOBATO, 2009, p. 68)

‘A vingança da peroba’ é uma narrativa sobre o desejo insaciável do ser humano. Neste sentido, tanto Porungas quanto Nunes perdem. Cegos pela necessidade de ter. Os caipiras se perdem em seus sentimentos de despeito, inveja e ciúme. A solidariedade pelo trabalho, parcerias de outrora, não valem mais no universo ficcional desta história. A cultura tradicional se perdeu em busca de valores materiais, apenas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese se baseia na hipótese de que o Jeca Tatu é um personagem múltiplo. Tentamos demonstrar isso nos capítulos de análise.

O caipira foi visto aqui como um trabalhador pobre residente historicamente na região de São Paulo até extensões dos estados do Mato Grosso, Minas Gerais e Paraná. As reflexões sociais em torno desta população são complexas e dependem do contexto no qual ela está inserida. Dessa forma, tentamos resgatar o cenário de mudanças da Primeira República e considerar a valorização da ideia de progresso e de civilização, indicando que nos tempos de Lobato os jecas estavam vinculados a ideia de atraso, na contramão do modelo adotado pelas cidades. A partir desta premissa, tentamos compreender o significado histórico de pertencer ao sertão, espaço depreciado pelos homens civilizados e valorizado pelos ditos vadios e preguiçosos em diferentes períodos da história brasileira.

O caipira reuniu assim duas características estigmatizadas, o espaço onde se vivia e a ausência da condição material, motivações para emissão de juízos de valores por parte das elites. Essas, também compostas por intelectuais, definiram o homem pobre do campo por meio da ideia de vadiagem durante muito tempo. Os jecas foram vistos, portanto, como vagabundos, repletos de preguiça e inércia, ou, por meio, da urgência de produzirmos trabalhadores capazes, a serem destinados às fileiras organizadas do trabalho, quando conveniente para as elites. Diante disso, observamos algumas maneiras de perceber o caipira, visto por meio de duas tendências majoritárias e contraditórias: vadiagem e trabalho. Ambas as tendências são complementares e se fazem presentes na perspectiva de Lobato. Trata-se de uma pequena amostragem de diferentes opiniões, perfis e interesses distintos, que demonstram a pluralidade sobre o tema.

Diante disso, este trabalho tentou evidenciar a pluralidade dos Jecas a partir da afirmação crítica de Marisa Lajolo, que argumentou, ainda em 1983, as diferentes fases do personagem. Adotamos a perspectiva da estudiosa, complementando os momentos e figurações defendidos pela autora, inserindo a importante presença do epílogo do livro *O Saci-pererê resultado de um inquérito*. Nesta toada, tentamos compreender as mudanças dos Jecas de Lobato, ao longo do tempo, analisando textos específicos, com o intuito de comprovar tal pluralidade.

Monteiro Lobato utiliza o Jeca Tatu, constituindo-o de formas distintas. Primeiramente o caipira é culpado pelas queimadas. Depois é descolado de qualquer concepção idílica. Em seguida, enxerga no Jeca o oposto do Capilé, percebendo na sua postura a originalidade brasileira, frente à conduta imitativa do outro. Com importância nacional, o Jeca precisa ser curado. Para esclarecer sua argumentação, Lobato lança mão da cartilha *Jeca Tatuzinho*, tentando dialogar com os sujeitos pobres do campo, num grande apelo às causas higienistas e à propaganda do Biotônico Fontoura. No fim da vida, mais ligado a partidos de esquerda, Lobato faz com que Zé Brasil peça votos para Luís Carlos Prestes, numa tentativa de cooptar a população do campo.

Retomamos, por fim, a presença dos caipiras em *Urupês*, considerando que a ficção apresenta a multiplicidade dessa população de modo mais sutil. A obra prima de Lobato apresenta à sua maneira o universo do campo. O capítulo final de análise se dedica a compreender aspectos deste problema a partir de duas narrativas específicas: *'Bocatorta'* e *'A vingança da Peroba'*. Tentamos levantar aspectos dos textos que apontassem, no fim das contas, de maneira orgânica e distinta, a cultura caipira. Os jecas da ficção ganham multiplicidade por meio de uma literatura viva, que se atualiza a cada momento da leitura e na perspectiva dos leitores empíricos, experiência que o caráter ficcional dos textos permite. No capítulo final, esboçamos apenas algumas possibilidades de leituras, que podem se multiplicar a depender do leitor, de seu repertório de leitura e de sua vivência.

Defendemos que o Jeca é múltiplo, que se multiplica à medida que Lobato avança, que os contornos do personagem dependem do interesse do autor, ora furioso, condoído, piedoso, engajado, atendendo muitas vezes suas pautas. Acreditamos que o escritor perde determinado controle quando se propõe a relatar a realidade do caipira na ficção, que por sua natureza, dependem agora de outro, do leitor e de suas atualizações, desenvolvendo sentidos à medida que o tempo passa e as leituras se acumulam.

Desse modo, acreditamos que este estudo poderia ter abordado mais contos de Lobato. Seja em relação a outras narrativas de *Urupês*, ou por meio da análise de obras lançadas próximas ao seu grande sucesso. Para que pudéssemos compreender melhor os caipiras na ficção de Lobato, seria interessante abordarmos obras como *Cidades mortas*, *Negrinha* e *O macaco que se fez homem*, por exemplo.

Ademais, acreditamos que o personagem do Jeca Tatu se multiplica para além do universo lobatiano. Encontramos figurações distintas do caipira em clássicos da música sertaneja, em personagens icônicos como Chico Bento, ou Mazaroppi. Isso, porém, é assunto para outras pesquisas. A intertextualidade e os diálogos que o Jecas de Lobato provocaram desde seu nascedouro pode ser mais um tipo de pluralidade do personagem que mereça atenção e aponte para uma possibilidade de continuidade deste trabalho. Os ecos que este personagem pode ter deixado em nossa cultura e em nossa literatura merecem ainda investigação.

As discussões limitadas aqui com recorte meramente metodológico expressam uma escolha de organização de pesquisa, que pode certamente ser reorganizada em trabalhos futuros. Entendemos, absolutamente, que questões relevantes relacionadas ao Jeca Tatu possam ser dispostas por meio de outros parâmetros. De todo modo, tentamos apontar aqui a tal multiplicidade dos Jecas, considerando uma autoria específica, além de algum conhecimento histórico e biográfico sobre criador e criatura.

Vale ressaltar, por fim, que ainda hoje somos surpreendidos com afirmativas que definem os caipiras por expressões pejorativas, considerando o discurso avassalador da produtividade e da acumulação. Tais preceitos consideram que o homem se realiza apenas pela esfera capitalista, imponto um ponto de vista que atualiza de maneira megalomaniaca a ideologia do grande proprietário de outrora.

Com este estudo pude refletir um pouco sobre meu objetivo no doutorado e na vida. Transcrevo afinal parte de minhas motivações para ingressar no curso, provocações a nós todos, que amamos o que estudamos:

Meu interesse na área de letras se dá por meio de uma tríade bem específica: leitura, literatura e educação.

A leitura é um instrumento político e social, por meio dela podemos conhecer o mundo, conhecer o outro e conhecer a nós mesmos em última consequência. Por isso tenho convicção que refletir sobre processos de leitura, neste caso leituras críticas de obras literárias específicas, é também se posicionar diante da vida. Se posicionar diante de nossa realidade, complexa, plural e coletiva por excelência. A leitura nos abre os olhos e nos infla de certa criticidade, de certa animosidade frente a um mundo organizado, que preza pela manutenção de uma ordem excludente e repetitiva. Modificar esta ordem é a missão de todas as escolas que prezam pela realização efetiva de sua função social. Ler criticamente é reconhecer, até certo ponto, que outro

mundo é possível, que outra organização é necessária. Ler criticamente é admitir a importância de outros espaços e tempos. É compreender que outro modo de aprender é viável, que outro modelo de escola é necessário. É preciso ler, ler criticamente, diferentes objetos no mundo, para que possamos avançar e melhorar de alguma maneira o *status quo*, que estamos inseridos. Ler é perceber que vivemos em uma ordem discursiva, que estabelece ideias dominantes. Tais imagens nos transmitem uma representação (questionável) de que esses discursos são homogêneos. É preciso ir contra a corrente.

Participar de um curso de Pós-Graduação em Letras, dedicando-se à área de literatura, é, de maneira sistemática, questionar diferentes lugares comuns legitimados a nós ao longo do tempo. Ler é reconhecer a diferença, é se libertar de alguma maneira, é se posicionar pelas minorias, dispendo-se a ouvir vozes caladas historicamente. Ler é posicionar-se politicamente. Nada tão político quanto à literatura, num mundo que nos induz a pretensões superficiais, propomo-nos a observar os detalhes, ater-nos às profundezas, reconhecendo nos outros leitores um potencial de crescimento.

Ler é dialogar em outros espaços e tempos, mas também no mesmo espaço e tempo, tendo em vista nosso potencial de mudança. Assim, compomos de maneira coletiva outro modo de ver/ler um objeto específico e o mundo por consequência, pretendendo modificar a realidade que nos é apresentada. Estudar literatura é importante, portanto, para entendemos que o mundo que temos é um, apenas um, mundo possível. Cabe a nós constituir condições para a construção de outra realidade e, para isso, é necessário um processo reflexivo que questione e proponha modificações. Ler a realidade constituída não é apenas possível por meio da leitura literária, é um caminho, uma metodologia, uma opção do indivíduo que aqui se relaciona com a educação por meio da leitura e da literatura em um país que possui realidades urgentes a serem modificadas. Vamos ao trabalho! ”

O autor que agora encerra esta tese, ainda que limitada e repleta de lacunas, sai deste processo um ser humano melhor: com repertório histórico, literário, político social e cultural mais amplo, reconhecendo na vivência de meus pais um valor imensurável e colocando-me, ao cumprir mais uma etapa da vida acadêmica, como aprendiz, que batalha contra sua própria ignorância.

REFERÊNCIAS

- ALBANO, I. **Jeca Tatu e Mané Xiquexique**. Fortaleza: Secretaria da Cultura do Ceará, 1969.
- ALENCAR, J. **Iracema**. São Paulo: Ática, 2000.
- ALENCAR, J. **O Guarani**. São Paulo: Ática, 2004.
- ALENCAR, J. **O sertanejo**. São Paulo: Ática, 2004.
- ALENCAR, J. **Ubirajara**. São Paulo: Ática, 1984.
- AMADO, J. R. Sertão, Região, Nação. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, 1995, 145-151.
- AZEVEDO, C. **Jeca Tatu, Macunaíma, a preguiça e a brasilidade**. São Paulo, 2012. Tese de doutorado em História Social, Universidade de São Paulo.
- AZEVEDO, C. **Monteiro Lobato, furacão na Botocúndia: edição compacta / Carmen Lúcia de Azevedo, Marcia Camargos, Vladimir Sacchetta**. São Paulo: SENAC, 2000.
- BARRETO, L.; VALENÇA, R. (org.); RESENDE, B. (org). **Toda Crônica: Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Agir, 2004. Volume 1.
- BARRETO, L.; VALENÇA, R. (org.); RESENDE, B. (org). **Toda Crônica: Lima Barreto**. Rio de Janeiro: Agir, 2004. Volume 2.
- BRANDÃO, C.R. **Os caipiras de São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito**. São Paulo: EDUSP, 2017.
- CALVINO, I. **A espiral** *In*: As cosmicômicas. Trad. Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CORREIA, F. M.; MORAES, J. D. **De volta pro aconchego**. Intérprete: Elba Ramalho. *In*: Fogo na Mistura, 1985. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=HRFSmgOIVtE>. Acesso em: 30 out. 2021.
- CORTAZAR, J. **Continuidade dos Parques**. *In*: Final do jogo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990.
- DEL PICCHIA, M. **Juca Mulato**. São Paulo: Martins, “s.d”.
- KAFKA, F. **A metamorfose**. Tradução e posfácio Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2019.

LAJOLO, M. **Monteiro Lobato, livro a livro: Obra Adulta/** organização Marisa Lajolo. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

LAJOLO, M. **Monteiro Lobato, livro a livro: Obra Infantil/** Marisa Lajolo, João Luis Ceccantini (organizadores). São Paulo: Editora Unesp, 2009.

LAJOLO, M. **Monteiro Lobato: um brasileiro sob medida / Marisa Lajolo**. São Paulo: Moderna, 2000.

LINS, O. **O Vitral** *In*: Os melhores contos de Osman Lins. Seleção de Sandra Nitri. São Paulo: Global, 2003.

LISPECTOR, C. **Felicidade Clandestina** *In*: Felicidade Clandestina. Rio de Janeiro: Prumo, 2021.

LOBATO, M. **A barca de Gleyre / Monteiro Lobato**. São Paulo: Globo, 2010.

_____, M. **A chave do tamanho / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **A onda verde / Monteiro Lobato**. São Paulo: Globo, 2009.

_____, M. **A reforma da natureza / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **Aritmética da Emília / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **As aventuras de Hans Staden / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **Caçadas de Pedrinho / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **Cidades mortas / Monteiro Lobato**. São Paulo: Globo, 2009.

_____, M. **Dom Quixote das crianças / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **Emília no país da gramática/ Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **Fábulas / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **Geografia de Dona Benta / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2020.

_____, M. **Histórias diversas / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **Histórias de Tia Nastácia. / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **Histórias do mundo para as crianças/ Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva.. São Paulo: Ciranda Cultural, 2020.

_____, M. **Ideias de Jeca Tatu / Monteiro Lobato**. São Paulo: Globo, 2008.

_____, M. **Memórias de Emília / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **Mundo da lua / Monteiro Lobato**. São Paulo: Globo, 2008.

_____, M. **Negrinha / Monteiro Lobato**. São Paulo: Globo, 2009.

_____, M. **O escândalo do petróleo, georgismo e comunismo**. São Paulo: Globo, 2011.

_____, M. **O macaco que se fez homem / Monteiro Lobato**. São Paulo: Globo, 2010.

_____, M. **O minotauro / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **O picapau amarelo / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **O poço do visconde / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **O presidente negro / Monteiro Lobato**. São Paulo: Globo, 2010.

_____, M. **O Saci / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **O Saci-pererê: resultado de um inquérito / Monteiro Lobato**. São Paulo: Globo, 2008.

_____, M. **Peter Pan / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **Problema vital, Jeca Tatu e outros textos / Monteiro Lobato**. São Paulo: Globo, 2010.

_____, M. **Reinações de Narizinho / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **Serões de Dona Benta / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

_____, M. **Urupês / Monteiro Lobato**. São Paulo: Globo, 2009.

_____, M. **Viagem ao céu / Monteiro Lobato**; ilustrado por Fendy Silva. São Paulo: Ciranda Cultural, 2019.

MOLL, J. et. al. **Educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades**. Porto Alegre. Artmed, 2010.

NETO, C. **Às Quintas**. Porto: Livraria Chardron, 1924.

PRADO JR., C. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RIO, J. **A alma encantadora das ruas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

RIO, J. **Dentro da noite**. Rio de Janeiro: Antiqua, 2002.

Saint-Hilaire, A. **Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai**. São Paulo: Livraria Martins, "s.d."

SHWARZ, R. **Os pobres na literatura brasileira**. São Paulo, Brasiliense, 1983.

SCHWARCZ, L. **A abertura para o mundo: 1889 – 1930, volume 3/ coordenado Lilia Moritz Schwarcz**. – Rio de Janeiro, 2012. (História do Brasil nação: 1808 – 2010;

TEIXEIRA, R. Intérprete: Maria Bethânia. In: Amor, Festa, Devoção, 2011. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Vtyn644Fp-o>. Acesso em: 28 set. 2021.

TCHEKHOV, A. **O malfeitor e outros contos da velha Rússia**. Trad. Tatiana Belinky. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

VIANA, O. **Populações meridionais do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2005.